



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E OS ESTUDANTES
COTISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

RÉGIS RODRIGUES ELISIO

**Uberlândia – Minas Gerais
2018**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E OS ESTUDANTES
COTISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

RÉGIS RODRIGUES ELISIO

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Marta Emísia Jacinto Barbosa

**Uberlândia – Minas Gerais
2018**

RÉGIS RODRIGUES ELISIO

**POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E OS ESTUDANTES
COTISTAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para obtenção de título de graduado em História, à Comissão Avaliadora do Instituto de História, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), orientado pela Prof.^a Dr.^a Marta Emísia Jacinto Barbosa.

**Uberlândia – Minas Gerais
2018**



ALUNO(A)

RÉGIS RODRIGUES ELÍSIO

MATRÍCULA: 11411HIS031

TÍTULO:

**Políticas de Ações Afirmativas
e os estudantes cotistas da
Universidade Federal de
Uberlândia**

BANCA EXAMINADORA

ORIENTADOR(A)

PROFA. DRA. MARTA EMÍLIA JACINTO BARBOSA

EXAMINADORES(AS)

PROFA. DRA. REGINA ILKA VIEIRA VASCONCELOS


PROFA. MS. LORENA SILVA OLIVEIRA

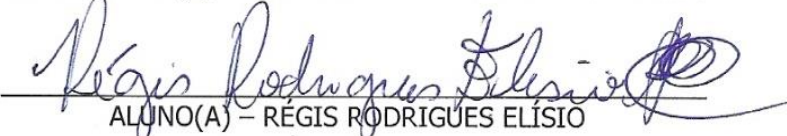
Em sessão pública, após exposição de cerca de 25 minutos, o(a) aluno(a) foi argüido(a) oralmente pelos membros da banca, por cerca de 1 hora(s) e 35 minuto(s), demonstrando suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema desenvolvido em sua monografia, sendo aprovado com nota 100 (Com). Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ATA que é assinada pelos membros da banca e pelo(a) aluno(a).

Uberlândia, 13 de dezembro de 2018.


ORIENTADOR(A) – PROFA. DRA. MARTA EMÍLIA JACINTO BARBOSA


EXAMINADOR(A) – PROFA. DRA. REGINA ILKA VIEIRA VASCONCELOS


EXAMINADOR(A) – PROFA. MS. LORENA SILVA OLIVEIRA


ALUNO(A) – RÉGIS RODRIGUES ELÍSIO


PROFA. DRA. REGINA ILKA VIEIRA VASCONCELOS
COORDENADORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

Elisio, Régis Rodrigues
Políticas de Ações Afirmativas e os estudantes cotistas da Universidade Federal
de Uberlândia / Régis Rodrigues Elisio. - Uberlândia/MG, 2018.
110 p.: il.

Orientadora: Marta Emísia Jacinto Barbosa
TCC (Graduação - História), Universidade Federal de Uberlândia,
Instituto de História, Programa de Graduação em História, 2018.

Inclui referencias.

1. Ações afirmativas. 2. Estudantes cotistas. 3. Acesso à Educação. 4. UFU.
I. Emísia Jacinto Barbosa, Marta. II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Graduação em História. III. Título.

*À minha mãe, Salomé – mulher
preta, guerreira, que sempre esteve
ao meu lado, me fortalecendo em
todos os momentos e zelando por
mim sem toscanear.*

“Enquanto os leões não tiverem seus próprios historiadores, as Histórias sobre caçadas continuarão a glorificar os caçadores”.

Escritor uruguaio Eduardo Galeano em menção a um provérbio africano.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a minha família. A Minha mãe, Salomé, professora da rede municipal de ensino que sempre defendeu a educação gratuita e, desde cedo, me conscientizou dos conflitos sociais em prol do ensino público de qualidade no Brasil. Ao meu falecido pai, Mário. A minha irmã, Ulliana, que recentemente graduou-se no curso de psicologia e sempre esteve ao meu lado com uma palavra amiga. Sou grato a minha avó, Ceni de Fátima, mulher, forte e corajosa, que nunca se dobrou por nada, sendo um grande exemplo e fonte de conselhos enriquecedores para mim. As minhas tias Ana, Helena (Nena), Antônia (Tonha), Ondina e Ivany que, sempre estiveram próximas e dispostas em ajudar no que fosse preciso.

Registro meus agradecimentos à professora Marta Emísia, do Instituto de História da UFU, que me orientou ao longo desse trabalho de monografia, respeitando minhas posições e contribuindo para uma produção íntegra. No qual, por meio de seu auxílio, mesmo diante de contratempos, fez com que esse processo se desse da maneira mais agradável possível. Agradeço também aos discentes da UFU, Anna Luiza Rodrigues, Kárita Darc Machado, Pablo Silva Prado e Lucas Guzzo dos Santos, por aceitar participar das entrevistas realizadas para este trabalho, compartilhando suas trajetórias até a universidade e o cotidiano acadêmico. Sendo fundamentais para conclusão deste projeto.

Aproveito para expressar minha gratidão pelo companheirismo do professor Christian Martins, atualmente docente na Escola de Educação Básica (Eseba/UFU), a quem tenho grande estima por ter sido meu professor de História durante o Ensino Médio, contribuindo para estimular meu interesse pela área, o qual ao longo da minha graduação, me supervisionou na disciplina de Estágio e, posteriormente, no projeto *A utilização do portfólio como proposta de registro da Participação da Comunidade na significação do sujeito e dos espaços escolares*, na Eseba.

Agradeço também, a professora Maria Clara Tomaz Machado e ao professor Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, pela orientação no projeto desenvolvido em casas de religiões de matriz africana, intitulado *Mulheres de Fé e de Festa: Ação afirmativa, audiovisual voltadas para a salvaguarda da memória ancestral*, durante estágio no Laboratório de Pesquisa em Cultura Popular e Produção de Vídeo Documentário (DOCPOP).

Registro meus agradecimentos ao professor Guimes Rodrigues Filho, do Instituto de Química, pelos trabalhos desempenhados na coordenação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) que, certamente, foi fundamental para despertar meu interesse no estudo das Relações Étnico-raciais e tornar o *campus* universitário um ambiente mais familiar. Aproveito para agradecer ao professor Rodrigo Ednilson da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que coordena a pesquisa nacional sobre a Trajetória dos Cotistas e que trouxe importantes contribuições para realização deste trabalho.

Agradeço também aos colegas atuantes no Movimento Estudantil, ao GRUCON (Grupo de União e Consciência Negra) que abriu meus olhos para as práticas de preconceito e discriminação ainda existentes em nossa sociedade e a família que me acolheu, o *Coletivo Ocupa Teatro* que, depois das ocupações nas Instituições de Ensino Superior contra a agenda de retrocessos imposta pelo governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB), em 2016, iniciou uma nova fase em minha vida, aprimorando minhas inclinações artísticas e possibilitando que eu participasse de um dos acontecimentos mais fascinantes da minha trajetória: O Espetáculo *Benedites*.

Por fim, sou grato aos meus ancestrais e a todos aqueles que lutaram em defesa do ensino superior público e pelo direito ao acesso à universidade. Pois, se hoje, na condição de jovem, negro, nascido na periferia, posso concluir minha graduação em instituição federal, tenho plena consciência que foi graças ao trabalho desses que, enfrentaram as dificuldades de seu tempo e se dispuseram em ser agentes transformadores da sociedade que estavam inseridos, que hoje estou aqui.

MEMORIAL SINÓPTICO

Meu nome é Régis. Nasci no município de Uberlândia, em Minas Gerais. Cresci no bairro *Mansour*. Graças à formação política de minha família, sempre soube que se tratava de um bairro pobre, periférico e que por esse motivo, não tínhamos acesso a regalias e à totalidade de nossos direitos fundamentais. Sou filho de uma professora de ensino fundamental e um pedreiro. Minha mãe sempre se esforçou para que eu pudesse ter a melhor educação possível. Por isto, evitou ao máximo que eu continuasse matriculado na escola do bairro. Assim, desde jovem aprendi a usar o transporte público e, com isso, todos os dias acordava cedo e dirigia-me ao centro da cidade para frequentar a escola. Eram duas conduções na ida e outras duas na volta, às vezes, por causa da lotação, eram três conduções para ir. Na época, eu achava ruim e reclamava, mas na verdade, eu não tinha ideia da oportunidade que eu estava desfrutando e dos apertos que minha mãe passava para custear as passagens de ônibus e manter a caixa escolar.

Nascido em família negra, tive a felicidade de ser inserido nos espaços de negritude ainda criança. Com meus irmãos e irmãs aprendi sobre racismo, segregação, desigualdades e injustiça social. Assim, fui adquirindo consciência da minha realidade e percebendo que se eu quisesse “ser alguém na vida” precisava ser melhor em tudo. Como minha mãe sempre dizia: “duas vezes melhor! ”. A paciência e persistência de minha mãe, fez com que eu nunca saísse da escola – por mais que eu quisesse. Sem falar que na condição de *negro, gay e periférico*, o ambiente escolar das escolas centrais, era o último lugar no qual eu gostaria de estar.

Minha mãe me incentivava a ler livros e brincávamos de descobrir palavras diferentes no dicionário (hoje, reconheço o quanto isto me serviu na academia). Ela me ajudava com as lições de casa e, quando chegavam reclamações da escola, estava sempre disposta a solucionar. Porém, durante uma grande parte da minha infância, não tínhamos muito contato, pois ela trabalhava de manhã e à tarde e, depois ia para a faculdade a noite. Por meio da formação universitária, minha mãe conquistou novas oportunidades e possibilitou uma outra realidade para mim e minha irmã. Logo que eu concluí o Ensino Médio e comecei a trabalhar, nos mudamos para um bairro mais bem estruturado, residindo ao lado do *campus* da universidade. Por mais que eu carregasse muitas dúvidas sobre ingressar na Universidade Federal de Uberlândia, estar mais próximo da UFU, acabou me incentivando a tentar uma vaga através por meio do Sisu.

Ter sido aprovado no curso de graduação em História representa uma grande conquista para mim. Porém, o sentimento de estar concluindo esta trajetória, apontando para o fechamento de um ciclo que se encerra e novas oportunidades que surgem no horizonte, certamente, é infinitamente maior do que quando ingressei, em 2014. São muitas as coisas que me passam pela mente e que eu gostaria de compartilhar neste memorial. Porém, entendo que as informações descritas já são o bastante. Por isso, limito-me em dizer que toda esta jornada valeu muito a pena e que ter sido aluno, orgulhosamente, cotista da UFU, transformou minha vida nos mais diversos sentidos.

Além disto, reitero que se hoje tenho a oportunidade de adquirir formação acadêmica, tenho convicção de que sem minha mãe isto não seria possível. Todavia, ainda que tenha sido árduo o caminho para chegar até aqui, meu coração está alegre, pois sei que para além de uma formação acadêmica, este processo é ícone de uma grande conquista e o resultado de séculos de resistência da comunidade negra nesse país.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo historicizar a implantação da política adotada para aumentar os níveis de inclusão social e de democratização do ingresso nos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), bem como apresentar o perfil e a trajetória dos estudantes cotistas que ingressaram na universidade pela modalidade de cotas raciais. Através das Atas e Resoluções aprovadas nos Conselhos Superiores da UFU, evidenciaremos o processo de estabelecimento do sistema de reserva de vagas com recorte étnico-racial, levando em consideração os conflitos que marcaram a elaboração desta política na universidade. Além disto, por meio dos relatos orais de estudantes cotistas, apresentaremos a realidade em que estes sujeitos estavam inseridos antes de ingressarem no universo acadêmico e, quais as mudanças identificadas depois de entrarem na universidade. Apontando os desafios enfrentados por estes estudantes no cotidiano acadêmico e as ausências detectadas na política de ações afirmativas. Com destaque a Lei 12.711/12 que, institui a política de reservas de vagas nas instituições federais de ensino, analisaremos as questões que envolvem a política de cotas raciais, à luz das principais referências sobre ações afirmativas e seus desdobramentos nas políticas educacionais brasileiras. Por fim, refletiremos sobre a efetividade do programa e suas contradições, traçando perspectivas para o aperfeiçoamento da política vigente no país.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Estudantes Cotistas. Acesso à Educação. UFU.

ABSTRACT

The present work aims to historicize the implementation of the policies adopted to increase the levels of social inclusion and democratization of admission to undergraduate courses at the Federal University of Uberlândia (UFU), as well as to present the profile and trajectory of the participating students who entered in the university by the modality of racial quotas. Through the Minutes and Resolutions approved by the UFU High Councils, we will highlight the process of establishing the system of reservation of vacancies with ethnic-racial cuts, taking into account the conflicts that marked the development of this policy in the university. In addition, through oral reports of quotaters students, we will present the reality in which of these subjects were inserted before entering the academic universe, and what changes were identified after entering university. Pointing out the challenges faced by these students in academic everyday life and the absences detected in affirmative action politics. With emphasis on Law 12.711 / 12, which establishes the policy of reservation of vacancies in federal educational institutions, we will analyze the issues that involve the policy of racial quotas based on the main references on affirmative actions and their developments in Brazilian educational policies. Finally, we will reflect on the effectiveness of the program and its contradictions, drawing perspectives for the improvement of the current policy in the country.

Keywords: Affirmative Actions. Students Quotes. Access to Education. UFU.

RESUMÉN

El presente trabajo tiene por objetivo historizar la implantación de las políticas adoptadas para aumentar los niveles de inclusión social y de democratización del ingreso en los cursos de graduación de la Universidad Federal de Uberlândia (UFU), así como presentar el perfil y la trayectoria de los estudiantes cotistas que ingresaron en la universidad por la modalidad de cuotas raciales. A través de las Actas y Resoluciones aprobadas en los Consejos Superiores de la UFU, evidenciamos el proceso de establecimiento del sistema de reserva de plazas con recorte étnico-racial, teniendo en cuenta los conflictos que marcaron la elaboración de esta política en la universidad. Además, a través de relatos orales de estudiantes cotistas, presentaremos la realidad en que estos sujetos estaban insertados antes de ingresar al universo académico y, cuáles los cambios identificados después de entrar en la universidad. Señalando los desafíos enfrentados por estos estudiantes en el cotidiano académico y las ausencias detectadas en la política de acciones afirmativas. En el marco de la Ley 12.711 / 12 que, instituye la política de reservas de plazas en las instituciones federales de enseñanza, analizaremos las cuestiones que involucran la política de cuotas raciales, a la luz de las principales referencias sobre acciones afirmativas y sus desdoblamientos en las políticas educativas brasileñas. Por último, reflexionamos sobre la efectividad del programa y sus contradicciones, trazando perspectivas para el perfeccionamiento de la política vigente en el país.

Palabras clave: Acciones Afirmativas. Estudiantes Cotizados. Acceso a la Educación. UFU.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição de vagas indicada pelo conselheiro-relator do processo 93/2003	33
Tabela 02 - Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (PAIES).....	38
Tabela 03 - Proposta 01 do Conselheiro – relator Prof. Humberto Ap.º Oliveira Guido.....	39
Tabela 04 - Proposta 02 do Conselheiro de vista Prof. Alcimar Barbosa Soares.....	39
Tabela 05 - Distribuição de vagas do Processo Seletivo 2013 – 1.....	46
Tabela 06 - Distribuição de vagas do Processo Seletivo 2013 – 2.....	47
Tabela 07 - Distribuição de vagas do Processo Seletivo 2014 – 1.....	47
Tabela 08 - Distribuição de vagas do Processo Seletivo 2014 – 2.....	47
Tabela 09 - Distribuição de vagas a partir do Processo Seletivo 2015 – 1.....	47

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 - Folder de convocação da Marcha Negra ocorrida na UFU.....51

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADUFU - Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia
CAFIL - Centro Acadêmico de Filosofia
CONSUN - Conselho Universitário
COPEV - Comissão Permanente de Vestibular
CRA - Cálculo de Rendimento Acadêmico
CTI - Centro de tecnologia da informação
DALVIM - Diretório Acadêmico Vinícius de Moraes
DIRCO - Diretoria de Comunicação
DIRPS - Diretoria de Processos Seletivos
DIRVE - Diretoria de Qualidade de Vida do Estudante
DISAU - Divisão de Saúde
EJA - Educação para Jovens e Adultos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FACED - Faculdade de Educação
FATEC - Faculdade de Tecnologia de São Paulo
FEELT - Faculdade de Engenharia Elétrica
IFBA - Instituto Federal da Bahia
IFES - Instituições Federais de Ensino Superior
ILEEL - Instituto de Letras e Linguística
LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis
ME - Movimento Estudantil
NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros
PAAES - Programa de Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior
PAIES - Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior
PcD - Pessoas com deficiência
PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro*
PMU - Prefeitura Municipal de Uberlândia
PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil

**Sabe-se que atualmente, este Partido alterou a nomenclatura para a mesma utilizada durante a Ditadura Militar. Retornando, dessa forma, para “MDB – Movimento Democrático Brasileiro”. Todavia, esta alteração foi realizada em período posterior as ações políticas abordadas neste trabalho. Por esse motivo, foi mantido “PMDB”.*

PROAE - Pró-reitoria de Assistência Estudantil
PPI - Pretos, Pardos e Indígenas
PRO-CIDADANIA - Programa de Inclusão e Acesso à UFU
PROGRAD - Pró-reitoria de Graduação
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
RANI - Registro Administrativo de Nascimento Indígena
RU - Restaurante Universitário
SEPPIR - Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SINEPE/TM - Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Triângulo Mineiro
SINTET - Sindicato dos Trabalhadores Técnico - Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia
Sisu - Sistema de Seleção Unificada
STF - Supremo Tribunal Federal
UDESC - Universidade Estadual de Santa Catarina
UEPA - Universidade Estadual do Pará
UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFC - Universidade Federal de Ceará
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFGD - Universidade Federal de Grande Dourados
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
UFPB - Universidade Federal de Paraíba
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal de Rio de Janeiro
UFRR - Universidade Federal de Roraima
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UFU - Universidade Federal de Uberlândia
UnB - Universidade de Brasília
UNESP - Universidade Estadual Paulista
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO I - Histórico sobre a política de reserva de vagas com recorte étnico-racial na Universidade Federal de Uberlândia: Um projeto em disputa.	24
CAPÍTULO II - O ingresso de estudantes cotistas e o cotidiano universitário....	51
CAPÍTULO III - Estudantes cotistas da Universidade Federal de Uberlândia....	63
3.1 Considerações sobre os estudantes cotistas entrevistados	64
3.2 Trajetória dos estudantes cotistas – caminhos e trilhas até a universidade	67
3.3 Olhares sobre a vida acadêmica: Atuação, desafios e perspectivas dos estudantes cotistas da Universidade Federal de Uberlândia	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
ANEXO I – Roteiro utilizado para as entrevistas	103
FONTES	104
BIBLIOGRAFIA	107

INTRODUÇÃO

*E quem garante que a História
É carroça abandonada
Numa beira de estrada
Ou numa estação inglória*

*A História é um carro alegre
Cheio de um povo contente
Que atropela indiferente
Todo aquele que a negue*

*É um trem riscando trilhos
Abrindo novos espaços
Acenando muitos braços
Balançando nossos filhos*

(Cancion Por La Unidad de Latino América, Pablo Milanés e Chico Buarque. Clube da Esquina II, 1994).

Uma das coisas mais fascinantes da História é oportunidade de aprender com o passado para interpretar o presente e, a partir da relação destes, traçar perspectivas para o que virá. Em uma de suas envolventes canções, Milton Nascimento e Fernando Brant, na voz indescritível de Elis Regina, afirma que *o que foi feito é preciso conhecer para melhor prosseguir* (Clube da Esquina II, 1994). Para além de uma expressão poética, a afirmação nos serve também para exemplificar a importância da História na vida e na sociedade. Afinal, como já nos alertava Edmund Burke, ainda no século 18, *um povo que não conhece a sua História está condenado a repeti-la*.

Através do conhecimento histórico, é possível rever posturas, trilhar novas rotas, identificar mentalidades e, mesmo que indiretamente, intervir no curso da vida em sociedade. À vista disto, é tarefa dos historiadores pesquisar e problematizar os ocorridos no passado, sem abandonar a realidade a qual estão inseridos no presente, em busca de narrativas relevantes para o conhecimento humano que, de certa forma, se reverbera na relação *passado, presente e futuro*.

Muitas vezes, alguns cientistas sociais (como nos convém chamar), ficam receosos com pesquisadores que se debruçam em produzir narrativas acerca dos fatos da atualidade. No entanto, ainda que o trabalho seja implicado pelo envolvimento inelutável do profissional no desenvolvimento das investigações, a necessidade metodológica de haver um distanciamento entre o pesquisador e o objeto de análise, não deve restringir as possibilidades de pesquisas, pelo contrário, pode ser explorada no sentido de ampliar as possibilidades historiográficas.

Colocamos isto, pois este trabalho dedica-se em abordar situações contemporâneas. Além disto, recentes discussões na área das Humanidades, têm apontado para a existência de um lugar social de fala do agente pesquisador. Ou seja, independente da temática, recorte temporal ou de outros fenômenos que o profissional da História esteja empenhado, sua identidade, tendências, personalidade, individualidade, enfim, a subjetividade do sujeito, estará expressa, implícita ou explicitamente, em todo o trabalho realizado. Assim, defender uma imparcialidade analítica absoluta, tal como sugeriam nossos antecessores positivistas, torna-se uma tarefa escusada.

Indubitavelmente, não é nossa intenção invalidar as contribuições que os historiadores positivistas trouxeram para historiografia universal. Contudo, convém salientar que por mais que o pesquisador se esforce, é inexequível assumir uma postura totalmente neutra diante do trabalho engendrado. Assim, considerando o ponto de vista apresentado, entendemos que a História tem lado, partido, não existe narrativa isenta de paixões, tal como muitas vezes pode-se esperar dos trabalhos do pesquisador.

Tal como colocamos, o tema abordado neste trabalho propõe-se ao estudo de questões atuais. E, temos ciência que devido às transformações políticas que estão em curso no Brasil, muitas das abordagens registradas nesta atividade podem, inclusive, sofrer alterações em um curto período de tempo. No entanto, entendemos que tais sinais não são motivos para que esta temática não seja desenvolvida. Longe disto! Exatamente pelas possibilidades de rupturas que, nos somamos a tantos outros pesquisadores engajados em registrar as questões vivenciadas nesse tempo. Ressaltamos que o ofício do historiador não se restringe a análise exclusiva do passado (como muitas vezes pode estar associado ao imaginário social), por isso, cabe aos profissionais da História, lançarem-se também, a compreensão de seu tempo.

Acompanhando a *História das Sociedades* percebemos que muitos são os conflitos ideológicos que marcaram as narrativas históricas ao longo do tempo. As várias considerações e convicções do pensamento humano são complexas e passíveis de diferentes interpretações. Porém, quando nos dedicamos em compreender os traços que desenham as opiniões dos sujeitos sociais, embarcamos numa longa expedição que nos leva a um pélago de reflexões que evidenciam a mentalidade das sociedades em curso.

No que diz respeito aos debates e assuntos polêmicos que se destacaram na sociedade brasileira, encontramos um ponto que por décadas foi (e talvez ainda seja), alvo de calorosas discussões no país: as políticas de ações afirmativas para ingresso nas instituições federais de ensino superior com recortes étnico-raciais.

Em 29 de agosto de 2012, durante o governo da presidenta Dilma Rousseff (PT), foi sancionada a Lei de número 12.711, registrada na pasta da subchefia de assuntos jurídicos da Casa Civil. O princípio regulamentado pelo decreto 7.824 do mesmo ano, dispõe sobre a política de ingresso nas universidades de ensino superior e instituições federais de ensino técnico de nível médio, vinculados a União. No texto, a legislação garante a reserva de, no mínimo, cinquenta por cento das vagas disponibilizadas a cada processo de seleção, a candidatos que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas de educação básica. Ademais, estipula que metade das vagas reservadas deve ser ocupada por aqueles que integram famílias com renda igual ou inferior a um salário-mínimo e meio por pessoa. Por fim, determina que parte dos estudantes que possuem direitos a usufruir destas vagas sejam, exclusivamente, *Pretos, Pardos, Indígenas* (PPI) ou pessoas com deficiência (PcD). Assim, instituiu-se oficialmente a política popularmente conhecida como “Lei de Cotas”, nas universidades e demais instituições federais de ensino.

Todavia, sabemos que as políticas públicas são resultados de disputas que visam contemplar grupos motivados por interesses de acordo com suas reivindicações. Outro aspecto importante é o fato de a sociedade ser organizada em classes econômicas e sociais. Assim, políticas que significam avanços para um grupo podem ser entendidas enquanto retrocessos para outros. Nesse instante, nos parece importante resgatar os estudos desenvolvidos por Karl Marx, ao afirmar que *a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história da luta de classes*¹. Por mais que as análises realizadas por Marx sejam passíveis de revisões, seus estudos ainda nos servem de base para muitas compreensões. Assim, as cotas raciais foram duramente criticadas por diversos setores da sociedade, pois o fato de amparar um grupo historicamente desfavorecido, principalmente no acesso a educação², implicava na não manutenção dos privilégios daqueles que detinham a exclusividade do espaço acadêmico.

¹ Para saber mais MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

² CRUZ, Mariléia dos Santos. *Uma abordagem sobre a história da educação dos negros* IN História da Educação do Negro e outras histórias. MEC: Brasília, 2005.

Posto isto, nota-se que foram diversos os conflitos que marcaram a trajetória da política de ações afirmativas no Brasil e transmutaram tanto na mentalidade da sociedade como também, nas próprias instituições do Estado. Por esse motivo, visando compreender os processos relacionados à execução da lei que reserva vagas para candidatos Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) no ingresso ao Ensino Superior e, conhecer mais sobre os estudantes cotistas da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), nos lançamos ao estudo do percurso de implantação da política na UFU, os sujeitos contemplados pela ação afirmativa e seus desdobramentos no cotidiano acadêmico.

A História é feita pelos sujeitos que nela existem. O trabalho do historiador consiste em identificar os andaimes que construíram determinados acontecimentos e divulgá-los, de modo a dar aos sujeitos, protagonistas ou não, à oportunidade de conhecer os feitos através de diferentes ângulos. As políticas públicas são grandes exemplos de marcos sociais que circunscrevem a História. Assim, considerando a importância dada ao debate de cotas no Brasil, optamos por abordar a Política de Ações Afirmativas.

CAPÍTULO I - Histórico sobre a política de reserva de vagas com recorte étnico-racial na Universidade Federal de Uberlândia: Um projeto em disputa.

No ano de 2003, apenas dois professores negros compunham o Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia (CONSUN/UFU). Tal como é apresentado pelo Estatuto da UFU, no Capítulo III, Seção I, o CONSUN é o *órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento, responsável por traçar a política universitária que orienta a UFU em todas as suas ações*³. Assim, entende-se que as decisões mais relevantes que desenham o espaço acadêmico e suas extensões, são tomadas nesta organização deliberativa. Posto isto, voltemos ao fato de apenas dois dos professores com assento no CONSUN serem negros, no ano supracitado.

Incomodados com um evento sobre “Política de Cotas”, realizado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia (PMU), no qual todos os convidados para a atividade eram pessoas brancas, os professores negros do Conselho Universitário decidiram fazer uma intervenção durante os informes da quarta reunião do CONSUN, realizada em 27/06/2003, no então prédio da Reitoria da UFU, situado na Avenida Engenheiro Diniz, 1178. Na ocasião, os docentes leram uma carta redigida por eles, denunciando a ausência de estudantes negros e indígenas na academia, explicitando o desconforto em relação à ação promovida pela PMU e reivindicando uma política de inclusão nos processos de seleção da UFU, conforme consta no tópico 2.2, registrado em Ata que, avaliamos ser pertinente transcrever aqui:

³ UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). **Estatuto da UFU**. Conselho Universitário: 287ª reunião, de 18/12/1998. Disponível em <http://www.ufu.br/legislacoes/estatuto-e-regimento-geral> Acessado em 16.jan.2018.

COMUNICADO DOS PROFESSORES NEGROS DA UFU,
MEMBROS DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO.

Senhor Presidente,

Senhores Conselheiros,

*Comunicamos aos membros desse egrégio conselho que a Universidade de Brasília em decisão recente do Conselho Universitário aprovou um projeto de ingresso dos alunos negros na instituição através das **cotas raciais**. O projeto elaborado pelo antropólogo, Prof. Dr. José Jorge de Carvalho, prevê que 20% das vagas do vestibular serão a partir de agora, prioritariamente destinadas aos vestibulandos negros, prevê, ainda, o estudo futuro para se definir percentuais que venham a contemplar aqueles que tenham ascendência indígena. Lembramos que a UERJ já havia adotado nesse ano medida semelhante, mas no âmbito federal trata-se de atitude pioneira, razão pela qual merece o registro. Também a UFMG, por decisão do seu Conselho Universitário, firmou recentemente o compromisso público de se elaborar uma proposta que possibilite o acesso aos segmentos socialmente excluídos. Cabe em primeiro lugar louvar as referidas iniciativas, pois têm como objetivo a reparação de injustiças históricas cometidas contra os povos que foram politicamente alijados da cidadania plena em nosso país. Sabemos que durante o período escravocrata os senhores de escravos atuavam de forma extremamente zelosa em relação aos bens materiais da sua prole. Hoje, vivemos em uma sociedade fundada no mérito, e os bens simbólicos, como os diplomas universitários, surgem como importantes elementos para a definição das posições sociais dos indivíduos. Pesquisas recentes mostram, porém, que uma forma de se manter os negros em posições subalternas na sociedade brasileira é vedar-lhes o acesso à educação. O número de negros que ingressam no ensino fundamental é infinitamente superior ao que se verifica ao fim e ao cabo no ensino universitário. Sabemos que os argumentos racistas de inferioridade intelectual não explicam o dado absurdo de possuímos apenas algo em torno de 2% de negros no ensino superior. Esses números apenas confirmam algo já apontado em outras pesquisas, isto é, que o racismo no Brasil é estrutural e eficaz para a reprodução das desigualdades sociais. Conforme a conclusão recente de um professor da USP “deixar do jeito que está para ver como é que fica” tem sido a saída do “racismo à brasileira” para não se fazer nada. Mais que isto tem servido para a reprodução da velha mentalidade dos senhores de escravos, que é a de assegurar que os bens que conferem distinção social fiquem restritos ao segmento branco. Entendemos que o momento é oportuno para que a questão seja discutida no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia. Os posicionamentos individuais, as atitudes desinformadas sobre o tema são esperados em uma sociedade veladamente racista, mas eles não contribuem para a solução da questão do ponto de vista dos negros. Explicitar posicionamentos em **documentos oficiais da UFU**, segundo os quais as cotas raciais não resolvem o problema da inclusão dos negros no ensino superior,*

expressa uma posição pessoal, que respeitamos em nome do pluralismo, mas não representa o pensamento de todas as pessoas que integram essa instituição. Gostaríamos de expressar democraticamente a nossa divergência e registrar que em questões polêmicas como essa exista sempre a sensibilidade de se ouvir ou convidar representantes da comunidade negra da UFU para se posicionar. Não foi o que ocorreu em debate público recente sobre as cotas raciais, organizado em convênio com a Prefeitura Municipal de Uberlândia. Nesse evento não havia nenhum representante, docente, discente, técnico-administrativo, ou mesmo um líder comunitário negro da UFU compondo a mesa. O debate democrático pressupõe sim o confronto idéias, mas também a construção de consensos como resultado do diálogo. Esperamos que este princípio, compartilhado por essa administração, norteie sempre o debate sobre as cotas raciais. A propósito, sugerimos que seja futuramente pautado no âmbito do CONSUN, a constituição de uma Comissão para análise de projetos e propostas de alternativas sobre as cotas raciais na UFU, pois entendemos que essa instituição não pode ficar à margem de um debate colocado pela comunidade negra, pelo atual governo (na figura do seu Ministro da Educação) e pelo Congresso Nacional, sob pena de continuarmos a reproduzir a velha ideologia dos senhores de escravos.

*Guimes Rodrigues Filho
Instituto de Química*

*José Carlos Gomes da Silva
Faculdade de Artes, Filosofia e Ciências Sociais.*

(ATA, 2003).

Depois que o texto foi apresentado a todos os conselheiros presentes, o então reitor da UFU, professor Arquimedes Diógenes Ciloni, teceu alguns comentários em resposta à questão colocada pelos professores protagonistas da manifestação. Assim, conforme segue nas linhas 126 – 136 do mesmo documento, o presidente do Conselho Universitário expressou sua opinião entendendo que as cotas raciais não resolveriam o problema da inclusão dos negros no ensino superior. Por fim, referindo-se ao debate realizado pela Prefeitura de Uberlândia, o mesmo *informou que a realização do evento não foi de responsabilidade da Administração da UFU, tendo o Reitor ali comparecido apenas como convidado*⁴.

⁴ Cf. Ata da 4ª Reunião/2003 do Conselho Universitário da universidade Federal de Uberlândia. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/atasResolucoes.php>. Acesso em 15. Jan.2018.

Considerando que se tratava da primeira vez que a temática sobre políticas de reserva de vagas destinadas a grupos étnicos específicos era colocada oficialmente no Conselho Universitário, muito possivelmente, esse momento foi carregado por tensões. Todavia, instantes como este não são incomuns em um ambiente que concentra o poder das medidas tomadas em uma universidade. Dessa forma, é diante desse cenário que se inicia a longa e conturbada trajetória das políticas de ações afirmativas com recorte étnico-racial na Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Embora tenha sido conflituoso o primeiro contato do Conselho Universitário com o tema sobre cotas raciais, no mesmo ano, durante a realização da 5ª reunião do CONSUN (25/07/2003), foi aprovada, por unanimidade (37 votos), a constituição de uma Comissão para desenvolver estudos sobre as políticas a serem adotadas para aumentar os níveis de inclusão social e de democratização ao ensino superior na UFU, nomeados pela portaria R N 836 de 29 de agosto. O grupo presidido pelo professor João Marcos Alem, tinha a função de apresentar um estudo acerca das medidas a serem adotadas para elaboração da política de ações afirmativas. Porém, somente em junho de 2004, durante a realização da 6ª reunião do Conselho (25/07/2004), que a temática, entrou na *Ordem do Dia*, na condição de apresentação de trabalho sem fins deliberativos.

Naturalmente, aqueles que conhecem a rotina de um Conselho Universitário entendem que as matérias colocadas em processo de discussão exigem tempo, até serem postas em regime de votação. No entanto, se tratando das ações afirmativas voltadas para *pretos, pardos e indígenas* (PPI), conforme evidenciaremos neste capítulo, nota-se que os trâmites demandaram um período de tempo, consideravelmente, superior a outros assuntos na UFU.

Quando nos dispomos a compreender o sistema de democracia que estamos submetidos, percebemos que é preciso vontade política dos sujeitos que ocupam cadeiras representativas nos espaços deliberativos para que matérias como políticas compensatórias, por exemplo, possam ser levadas adiante. No que diz respeito a este tema, não afirmaremos que os membros do CONSUN/UFU estariam desinteressados em democratizar o ingresso dos discentes na universidade, entretanto, este processo não se deu de maneira vertiginosa. Quanto aos motivos que engendram esta conjuntura, analisaremos mais tarde.

Num estudo assertivo sobre implantação de cotas raciais, a professora Neusa Chaves Batista, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), traz considerações pertinentes a respeito da atuação dos sujeitos políticos nos Conselhos Universitários durante os processos de desenvolvimento das políticas de ações afirmativas. Para a autora, examinando os discursos de conselheiros na elaboração das políticas de inclusão e democratização do ingresso acadêmico na UFRGS, o Conselho Universitário configura-se como uma arena de disputas entre projetos de universidade que refletem os interesses de grupos socialmente divergentes⁵.

Ademais, Batista evidencia as relações de poder presentes nas sessões dos conselhos que, acabam por inferir e traçar novos rumos para as decisões tomadas. De acordo com a autora, encontra-se no interior do Conselho uma hierarquia tradicional das instituições, a qual acaba por conceber maior prestígio as intervenções de determinados conselheiros em detrimento da atuação dos outros.

No CONSUN, os confrontos, conflitos e contradições sobre as ações afirmativas aparecem no jogo de palavras oriundo das discussões plenárias, dos pareceres, dos pedidos de vistas, no período de avaliação da política. Cada segmento apresenta argumentações cuja linguagem expressa às condições sociais de produção do texto. O CONSUN, neste sentido, é um espaço de poder simbólico, que se traduz pela legitimidade dada à linguagem institucional de que cada um dos conselheiros é portador. Contudo, as falas de cada segmento do CONSUN expressam certa hierarquia, reconhecida no rito oficial da instituição. Algumas vozes estão mais autorizadas do que outras em situações solenes, como são as sessões do Conselho. Esta “autorização” é revestida de um poder simbólico que vem de fora, isto é, das condições sociais de produção e reprodução da fala, e não propriamente da manifestação linguística. (BATISTA, 2015)

Ainda que as observações feitas por Neusa C. Batista estejam voltadas para o cenário da política de ações afirmativas na UFRGS, convém trazer seus estudos para contribuir com as análises sobre as discussões do CONSUN da UFU, pois embora os entraves e atuação dos segmentos sejam significativamente díspares, à função da argumentação e metodologia das sessões, dialogam bastante com a realidade do Conselho da UFU durante o debate das cotas raciais na universidade.

⁵ BATISTA, Neusa Chaves. **Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: O Conselho Universitário como arena de disputas.** IN: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, vol. 23, núm. 86, enero-marzo, 2015, pp. 95-128. Fundação Cesgranrio: Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399538148005> (ISSN 0104-4036) Acesso em 16.jan.2018.

Nesse instante, parece oportuno lembrar como se dá a composição do Conselho Universitário e quais os possíveis impactos que esse modelo de distribuição exerce nas decisões do CONSUN. Infelizmente, não é de conhecimento de toda comunidade acadêmica que as cadeiras do CONSUN são definidas conforme uma legislação aprovada em 28 de novembro de 1968. A lei de número 5.540⁶, pensada num contexto de Ditadura Militar, tem atualmente quase todos seus artigos revogados. Com exceção do artº16 que, apesar de atualizado pela Lei 9.192⁷, em 21 de dezembro de 1995, por intermédio do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), manteve o texto que, no inciso II, reserva 70% (setenta por cento) dos assentos dos colegiados/conselhos ao corpo docente.

Entendendo que a universidade é constituída também pelo segmento dos *estudantes e técnicos*, cabe a estes dois dividirem o que restou da distribuição arbitrária (não podemos ponderar de outra forma) que outorgou a legislação. Assim, reservado os setenta por cento ao segmento dos *docentes*, o conjunto dos *técnicos e estudantes* divide o restante das vagas, ficando cada um dos grupos com 15% (quinze por cento) de representação nos órgãos deliberativos. Inegavelmente, a aclamada autonomia universitária garantiria ao conselho a oportunidade de desatender a legislação antiquada e optar pela paridade representativa na divisão das cadeiras. Com a transferência voluntária de assentos, por exemplo. Porém, acreditamos não ser necessário e nem é intenção nossa levantar os motivos que impedem a realização desse processo. A propósito destas informações, caberá aos segmentos desfavorecidos se mobilizar no sentido de garantir a integralidade da democracia universitária, tal como já vem sendo feito por muitos de seus representantes.

Um exemplo da discrepância gerada por esta divisão reflete na formação do Conselho Universitário em 2004, quando pela primeira vez o CONSUN da Universidade Federal de Uberlândia optou por aprofundar os estudos a respeito da política de ações afirmativas no ingresso ao ensino superior. Procuramos a Secretaria Geral da Reitoria para acesso aos documentos que, devido ao ano trabalhado, não estão disponíveis para acesso na plataforma virtual das unidades organizacionais da UFU.

⁶ BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa Normas de Organização e Funcionamento do Ensino Superior e Sua Articulação Com A Escola Média, e Dá Outras Providências.** Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm Acesso 16.jan.2018.

⁷ BRASIL. Lei nº 9192, de 21 de dezembro de 1995. **Altera Dispositivos da Lei Nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968, Que Regulamentam O Processo de Escolha dos Dirigentes Universitários.** Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9192.htm#art1 Acessado em 16.jan.2018.

Durante esta investigação, detectamos que para nomeação de conselheiros não há a necessidade de portaria expedida pela reitoria e as Atas das reuniões, geralmente, não diferenciam os conselheiros por segmento. Assim, não foi localizada documentação oficial informando quem eram os representantes *discentes*, *docentes* e *técnicos*, da época. Contudo, examinando cada um dos conselheiros identificados nas Atas, por meio da plataforma *Lattes*⁸ e outros mecanismos de pesquisa em rede, foi possível distinguir com precisão o grupo que pertenciam no período analisado. Dessa forma, concluímos que apenas 6 (seis) dos Conselheiros eram estudantes e outros 6 (seis) representantes dos técnicos. Em contraposição a estes dados, o corpo docente ocupava 46 (quarenta e seis) cadeiras do CONSUN. Ainda que o número de cadeiras tenha aumentado com o passar dos anos, esta divisão permanece substancialmente desproporcional⁹.

Apresentamos estes dados não com o objetivo de pressupor que caso a representação dos segmentos fosse equilibrada, à realidade seria outra – devemos nos ater aos fatos. Expomos estas informações, pois confirmam a hegemonia dos docentes nas decisões que culminaram nas políticas afirmativas na UFU, independente da postura destes conselheiros serem interpretadas de maneira asseverativa ou nociva a construção do processo.

A comissão que apresentou os resultados de suas pesquisas sobre inclusão e democratização do ingresso na universidade, na 6ª reunião em 2004, encaminhou cinco proposições dirigidas ao CONSUN, constantes no Relatório Final dos trabalhos. Alguns questionamentos foram feitos por membros do Conselho, porém não constam maiores informações a respeito desses episódios na Ata desta sessão, apenas que o presidente do conselho, professor Arquimedes Diógenes, encerrou o ponto de discussão informando que a matéria voltaria a ser debatida em reuniões futuras. No entanto, devida as discussões sobre a Consulta Eleitoral para a escolha de Reitor e Vice-reitor da UFU solicitada pela Associação dos Docentes (ADUFU) e o Sindicato dos Trabalhadores Técnico - Administrativos em Instituições Federais de Ensino Superior de Uberlândia (SINTET), a política só pôde ser debatida duas reuniões posteriores.

⁸ Plataforma virtual criada e mantida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 1999, que compõe uma base de dados de currículos, núcleos de pesquisa e instituições de ensino das áreas de Ciência e Tecnologia, no Brasil. Disponível para acesso em <http://lattes.cnpq.br/>. Acessado 17.jan.2018.

⁹ Em pesquisa realizada recentemente, o Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia apresenta um total de 170 cadeiras, sendo 154 conselheiros votantes e 16 não votantes. O *Quórum* está fixado em 78 conselheiros. Em nível de informação, atualmente não constam representações de estudantes da pós-graduação com direito a voto.

Assim, a política de reserva de vagas reaparece no item 3.3, da 8ª reunião, realizada em 24/09/2004, tendo como prioridade discutir a realização de debates relativos à definição de políticas da UFU, no sentido de aumentar os níveis de inclusão social e de democratização do acesso ao ensino superior¹⁰. É importante resgatar que este tópico entrou em discussão devido às indagações dos conselheiros durante a 6ª reunião. Em razão da quinta proposição enviada pela comissão, presidida pelo professor João Marcos Alem, ser colocada em destaque, que afirmava:

Sob coordenação do CONSUN, promover um debate amplo com todos os interlocutores interessados e envolvidos na questão das ações afirmativas, por meio de eventos a serem realizados em 2004, a fim de colher subsídios para a implementação das políticas definidas no âmbito da UFU. (ATA, 2004)

Nesse trecho, os conselheiros ficaram em dúvida a respeito de como se daria a participação do CONSUN na promoção desses debates. Assim, durante a 8ª reunião em que se discutia este ponto, o Conselho Universitário optou, por unanimidade, pela formação de uma segunda comissão. Desta vez composta também por membros titulares do Conselho e presidida pelo professor Marcelo Soares Pereira da Silva, da Faculdade de Educação (Faced). O professor João Marcos Alem esteve de acordo com a decisão e, inclusive participou da nova formação. Os membros da segunda comissão foram nomeados pela reitoria, através da Portaria R N° 1.126, em 6 de outubro do mesmo ano.

Esta segunda Comissão, tinha por finalidade apresentar ao Conselho Universitário, proposta de trabalho, (inclusive com estabelecimento de calendário), para a promoção de debates relativos à definição de políticas da UFU para aumentar os níveis de inclusão social e democratizar o acesso ao ensino superior na universidade. De acordo com o texto oficial, a comissão deveria apresentar-se ao CONSUN em Outubro de 2004, porém, foi durante a 2ª reunião de 2005, realizada em 30 de março, que a política de reserva de vagas retornou para a pauta.

O professor Marcelo S., apresentou relatório da comissão, no qual constavam cinco outras proposições para prosseguir com os trabalhos referentes à elaboração de uma política de inclusão e democratização do acesso na UFU. Conforme reproduzimos:

¹⁰ Cf. Ata da 8ª Reunião/2004 do Conselho Universitário da universidade Federal de Uberlândia. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/atasResolucoes.php>. Acesso em 17.Jan.2018.

- 1) *Levantamento e/ou sistematização de dados institucionais no âmbito da UFU, realizados pelos setores competentes (COPEV, DIASE, DIRAC, INPSI) dentre outros, para caracterização dos níveis de inclusão/exclusão social e de democratização do acesso ao ensino superior na Instituição;*
- 2) *Debate em reunião aberta do CONSUN de experiências de políticas de inclusão implementadas em outras instituições de ensino superior com participação de representantes de instituições previamente definidas;*
- 3) *Realização em reunião aberta do CONSUN, de uma mesa redonda com a finalidade de aprofundar as análises e estudos com a finalidade de fornecer mais subsídios teóricos e políticos ao CONSUN com vistas à definição de políticas de inclusão na UFU. Esta mesa redonda contaria com a participação de, pelo menos, três debatedores, sendo: um representante do MEC, um pesquisador com reconhecida produção acadêmica sobre a temática e um representante da UFU com reconhecido acúmulo de estudos sobre a matérias;*
- 4) *Realização de uma reunião aberta do CONSUN para apreciação dos dados sistematizados pelos setores designados para esta finalidade;*
- 5) *Apreciação pelo CONSUN de proposta de ato normativo que regulamente as políticas que visem aumentar os níveis de inclusão social e democratização do acesso ao ensino superior na UFU. Quanto ao calendário para cumprimento da presente proposta de trabalho, sugerimos que a Reitoria, em conjunto com a comissão ou grupo de trabalho a ser constituído para condução dos encaminhamentos aqui indicados, proceda à sua definição. (ATA, 2004).*

A respeito do Calendário para realização das atividades propostas, tal como determinava a portaria de nomeação da Comissão, os representantes optaram por transferir esta função a Reitoria que, em conjunto com um novo grupo de trabalho, deveria definir as datas das atividades. Assim, não havendo maiores divergências entre os conselheiros, foi encerrada a sessão. Posto isto, um ano mais tarde, foi publicada, em 19 de abril, Portaria R N° 379/2006 que instituía a criação de uma terceira Comissão para a matéria. Desta vez, além de contemplar os segmentos acadêmicos, somava-se a esta nova composição, a participação de três representantes do *Movimento Negro*.

A Comissão, agora presidida pelo professor Newton Dângelo, do Instituto de História, tinha entre seus desígnios, considerar as proposições feitas pelas duas comissões anteriores e promover as atividades relativas à definição de políticas da UFU, no sentido de aumentar os níveis de inclusão social e de democratização do acesso ao ensino superior na universidade.

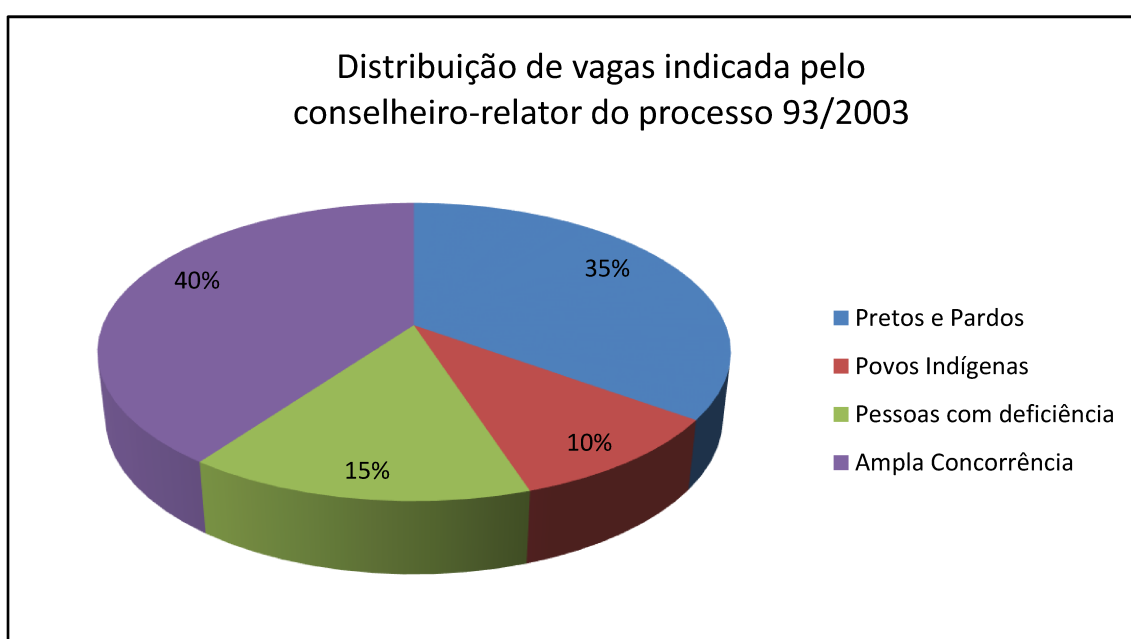
Quanto a esta Comissão, tendo em vista que já somavam três anos desde que a proposta de reserva de vagas para negros e indígenas havia sido colocada em discussão no Conselho Universitário, o professor Newton Dângelo, procurou acelerar os trabalhos do grupo, a fim de que o presidente do CONSUN pudesse indicar o conselheiro relator e a matéria fosse à votação ainda em 2006. Desse modo, durante a realização da 7ª reunião do Conselho Universitário, em 04 de agosto, do mesmo ano, os trabalhos estavam concluídos e foi apresentado pelo presidente da Comissão, informações sobre os estudos analisados e o calendário de atividades para discussões sobre as políticas a serem adotadas para inclusão e democratização do ingresso na universidade. Nesse momento, o professor Guimes Rodrigues, um dos autores da manifestação dos professores negros em 2003, que integrara todas as comissões sobre a matéria, havia solicitado seu desligamento desta última comissão. Assim, foi ouvida depois do presidente da comissão, a técnica-administrativa Maria de Fátima Oliveira que apresentou os resultados da *I e II Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Culturas dos Estudantes de Graduação da UFU (1996) e (2003/2004)*. Posteriormente, ocorreram intervenções do representante do Movimento Negro, Gilberto Neves. Por fim, a Comissão apresentou o seguinte calendário de atividades ao Conselho Universitário:

- 1) Em reunião com o Conselho Universitário, apresentar informações coletadas pela Comissão;*
- 2) 18/8/2016: primeiro debate com as comunidades universitária e externa sobre inclusão social e racial na UFU, a ser realizado no Anfiteatro do Bloco B do campus Santa Mônica, às 19h;*
- 3) 25/8/2006: segunda reunião ampliada do Conselho Universitário para apresentação de novos dados coletados pela Comissão e debate;*
- 4) no mês de setembro (data a confirmar): segundo debate com as comunidades universitária e externa;*
- 5) 22/9/2006: reunião do Conselho Universitário - data prevista para entrega do Relatório Final da Comissão ao Conselho Universitário com proposta de ato normativo para o processo;*
- 6) a partir da entrega do Relatório Final, caberá ao Reitor a nomeação de Relator para a matéria, com prazo e deliberação pelo Conselho Universitário até o final de outubro de 2006. (ATA, 2006)*

Em seguida, tendo sido apresentado o calendário de atividades, o professor Newton Dângelo comunicou a todos que a Comissão estaria disponível para recebimento de subsídios sobre o assunto e disponibilizou o telefone de seu escritório e endereço eletrônico para contatos. Finalizada a exposição da Comissão, o Calendário proposto foi aprovado por 32 votos favoráveis, nenhum voto contrário e 02 abstenções.

Assim, após a Comissão ter concluído o calendário de atividades e elaborado *Minuta de Resolução* sobre a política de inclusão e democratização do ingresso na universidade, o professor Humberto Aparecido de Oliveira Guido, do Departamento de Filosofia, foi indicado para ser o relator da matéria, registrada no *Processo 94/2003*. Apesar dos esforços em adiantar os trâmites para que a votação acontecesse ainda em 2006, por parte da Comissão, somente na 2ª sessão de 2007, em 04 de maio, que a política de cotas voltou a ser pauta do Conselho Universitário.

A Comissão optou por uma Resolução capaz de contemplar um sistema de cotas *étnico-raciais* e *sociais* que, ao mesmo tempo, promovia um amplo programa de inclusão na UFU. Para isto, considerava-se a reserva de vagas para candidatos provenientes de escolas públicas, com recorte étnico-racial e de pessoas com deficiência. Na mesma direção, o relator Humberto Aparecido, apresentou sua posição favorável à implantação de uma política de cotas na universidade, voltada para as ações afirmativas, baseadas no conceito de políticas compensatórias, tal como indicado pela comissão. Dessa forma, sugeriu a reserva de sessenta por cento (60%) das vagas destinadas a estudantes cotistas, distribuídos conforme o gráfico que elaboramos abaixo:



Considerando a relevância da matéria e as condições concretas para a adoção de mecanismos que contribuam para a transformação qualitativa da realidade social;

Considerando as limitações impostas pelo modelo de vestibular e de ingresso alternativo ao ensino superior utilizado pelas universidades brasileiras, que na maioria das vezes se serve de ações desconexas com a realidade da Educação Básica;

Considerando a urgência da implementação de ações efetivas voltadas para o resgate e a melhoria da escola pública, para que esta instituição social seja capaz de promover o ensino de qualidade capaz de formar novas gerações dotadas de capacidade crítica, senso de responsabilidade e iniciativa para a execução da emancipação social e econômica da sociedade brasileira;

Considerando a oportunidade real que a UFU tem para contribuir com a sociedade brasileira e alimentar o debate permanente relativo à autodeterminação da ordem social e econômica brasileira, premissas para o desenvolvimento sustentável e harmonioso capaz de assegurar o estado de bem estar social que supere os desníveis sócio-econômicos vigentes;

Considerando o arrazoado e as sugestões feitas na Análise deste Processo, Sou de PARECER FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE COTAS SOCIAIS PARA INGRESSO NA UFU, conforme a Proposta de Resolução substitutiva da original elaborada pela terceira Comissão para estudo de políticas a serem adotadas para aumentar os níveis de inclusão social e democratização do acesso ao ensino superior na UFU, salvo melhor juízo deste Egrégio Conselho.

*Conselheiro Humberto Aparecido de Oliveira Guido
Sala de Reunião dos Conselhos Superiores
Uberlândia, 04 de maio de 2007. (PARECER, 2007)*

Tendo em vista os conflitos que circundavam o processo de implantação de uma política de ações afirmativas que contemplasse candidatos em vulnerabilidade, considerando os recortes étnico-raciais e de pessoas com deficiência, certamente, era esperada por parte dos interessados na aprovação do programa, resistência dos grupos contrários à proposta desde sua inserção nas pautas do Conselho Universitário. Desse modo, as operações seguintes à decisão do conselheiro – relator acabou por interromper com o trabalho empreitado ao longo de todo processo. Entendendo o CONSUN como uma “arena de disputas” em conformidade ao que apontamos anteriormente, a partir desta data, intensificaram-se as mobilizações contrárias às proposições das Comissões e do parecer do relator, no sentido de contestar os recortes, sobretudo, étnico-raciais da resolução a ser votada.

O professor Pedro Barbosa, atualmente lotado no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, da Universidade Federal de Goiás (UFG), foi um dos integrantes desta terceira comissão, ocupando assento de representante do Movimento Negro, na época. Entre suas funções, Barbosa preocupou-se em registrar suas percepções a respeito dos desdobramentos do debate sobre a política de cotas sociais e raciais na Universidade Federal de Uberlândia, e tecer apontamentos pertinentes a respeito da necessidade de ações afirmativas no ingresso das universidades públicas brasileiras.

Durante a realização de evento internacional sobre políticas educacionais, organizado pela Faculdade de Educação da UFU, o autor apresentou seu artigo a respeito da temática ¹¹. No texto, intitulado *O Debate sobre a Adoção de Política de Cotas Sociais e Raciais na UFU*, Pedro Barbosa apresenta uma revisão bibliográfica sobre Educação das Relações Étnico-raciais, e a necessidade da promoção de ações voltadas para equiparar oportunidades entre *negros e não negros*, no Brasil.

Desta maneira, embasando suas análises nos trabalhos de outros pesquisadores como, por exemplo, Nilma Lino Gomes, Ronald Dworkin, Carlos Hasenbalg e Kabengele Munanga. Além dos debates feitos pelo Movimento Negro (uma vez que o representava na comissão), o professor diferencia *cotas sociais* de *cotas raciais* e reitera a necessidade de estabelecer como mecanismo de ingresso, um modelo que contemple estudantes pobres de escolas públicas, garantindo também, o recorte étnico nas modalidades de concorrência.

No universo das políticas afirmativas as cotas raciais entram como parte de um conjunto de ações. Para o movimento negro o fato de se propor o uso deste mecanismo é para promover a ascensão de negros no Brasil (a mobilidade social). Compreendem que Cotas são chances e oportunidades. Uma verdadeira democracia racial precisa ser visível no âmbito da sociedade e do mercado de trabalho. A ocupação de boas posições no mercado de trabalho depende do acesso à universidade. Portanto, conclui que sem a introdução de cotas, não haverá a oportunidade de acesso dos negros, índios e pobres à universidade. (BARBOSA, 2009)

¹¹ Para maiores informações V SIMPÓSIO INTERNACIONAL: O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO TEMPO PRESENTE, 5., 2009, Uberlândia. BARBOSA, Pedro. **O debate sobre a adoção de política de cotas so ciais e raciais na UFU**. Uberlândia, 2009. 19 p. Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CC09.pdf>. Acesso em: 17. Jan.2018.

Utilizando das discussões dos finais dos anos 1970, nota-se a diferença na realidade de pessoas pobres negras de outras pessoas pobres que não são negras. Assim, se inicia a distinção das demandas sociais das questões étnico-raciais, dando a elas abordagens específicas. A luz dos estudos de Carlos Hasenbalg (1979), conclui-se que, as dificuldades inerentes das mazelas sociais são agravadas a partir da simultaneidade de circunstâncias que tornam a vida do indivíduo mais árdua. Desta forma, não temos dúvidas que nascer pobre implica numa série de redução de direitos, porém, ao ser pobre e negro, estas privações são ainda mais drásticas. Pois, o preconceito acometido aos pobres é agravado pelo racismo e discriminação motivado por intolerâncias étnicas, estruturadas em contradições históricas.¹²

Semelhante ao trabalho de Barbosa, encontramos o texto do historiador Gilberto Neves, publicado anos antes, em 2003.¹³ Devido aos estudos e atuação política do autor, o mesmo também foi indicado para integrar a terceira comissão na condição de representante do Movimento Negro, em 2007. As abordagens feitas por Neves não fogem do ponto de vista das colocações de Barbosa, o que aponta para um alinhamento de ideias no ativismo antirracista, acerca da temática. O autor direciona seu texto a Universidade Federal de Uberlândia, afirmando a insuficiência das "políticas universais" e a necessidade do estabelecimento de um programa complementar de ações afirmativas, com a finalidade de reparar as oportunidades dos negros. O historiador constrói sua narrativa examinando as "raízes da desigualdade", a partir dos estudos do período colonial, lista países que já haviam aderido à proposta e conclui seu trabalho, um tanto como um manifesto, enfatizando a importância de a UFU tornar-se inclusiva.

A universidade pode e deve dar a sua contribuição neste momento histórico, no qual o Brasil se vê diante da possibilidade de desenvolver um novo modelo de Nação. Todos estão se redefinindo. A universidade tem o desafio de refazer o seu projeto para encontrar o seu espaço na Sociedade do Conhecimento e da Globalização Excludente. A UFU, em particular, tem que se planejar no contexto nacional e regional (...). Nessa perspectiva de compromisso com a inclusão social, a UFU deveria dar um passo à frente. Assumir as propostas de políticas afirmativas de forma ampla, tendo na defesa da introdução das cotas para negros a marca de uma corajosa ação de vanguarda cultural e social. (NEVES, 2003)

¹² HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2005.

¹³ NEVES, Gilberto. **Cotas para Negros na Estratégia de Inclusão Social na Universidade**. Educação Popular, Uberlândia, v. 02, n. 01, p.40-44, nov. 2003. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20021>. Acesso em: 26 jan. 2018.

Todavia, ainda que os pesquisadores tenham levado estas questões para o âmbito do processo 93/2003, estes pontos não foram os mais relevantes durante a votação do parecer do relator. Depois das intervenções dos conselheiros Sylvio Luiz Andreozzi e Jimi Naoki Nakajima, solicitando que a proposta fosse rejeitada por "destaque total da matéria", o conselheiro Alcimar Barbosa Soares, da Faculdade de Engenharia Elétrica (FEELT), solicitou "vista do processo" pelo período de vinte dias, *devido à complexidade, bem como a necessidade de maior enriquecimento sobre o assunto*. Diante desta petição, o CONSUN acatou o requerimento com 25 votos favoráveis, 08 votos contrários e 02 abstenções. Assim, na reunião seguinte (5ª sessão), o conselheiro de vista Alcimar Barbosa, apresentou a seguinte crítica:

Diante das observações feitas, e com todo respeito devido ao ilustre relator, é opinião deste conselheiro que os argumentos apresentados em seu Parecer, apesar de importantes, são ainda tímidos para a busca de soluções efetivas para as enormes questões associadas à vergonhosa injustiça social brasileira e não atendem na plenitude o tema em pauta (Inclusão Social e Democratização do Acesso ao Ensino Superior). Por conseguinte, carecem de complementação, a medida do possível e a juízo do CONSUN. Nesse sentido, com as vênias de estilo, vejo-me obrigado a discordar do voto favorável do ilustre relator e peço que este importante conselho se digne a apreciar e ratificar nossa proposta substitutiva para a matéria, conforme anexos. (ATA, 2007)

Após posição discordante feita pelo relator de vista, foi apresentada uma nova proposta que seria levada ao CONSUN na reunião posterior. Dessa forma, na 6ª reunião do Conselho Universitário, realizada em 28/09/2007, o processo voltou a ser debatido. Porém, desta vez, com duas possibilidades. O presidente do CONSUN, professor Arquimedes Diógenes, abriu o ponto de discussão (3.7), informando aos conselheiros a determinação do Tribunal Regional Federal de Minas Gerais, sobre a decisão que submetia todas as universidades públicas do estado, a reservarem cinquenta por cento (50%) das vagas de ingresso, aos estudantes oriundos de escolas públicas. Contudo, entendendo que a medida infringia o princípio da *Autonomia das Instituições Públicas Federais*, comunicou também que, assim que a universidade fosse oficialmente notificada, a procuradoria da UFU interporia recurso contrário à sentença.

Assim, passou-se para apreciação das propostas a ser discutida sobre o ponto em pauta. Os conselheiros Humberto Guido (primeiro relator) e Alcimar Barbosa (relator de vista) informaram ao CONSUN que suas proposições possuíam direcionamentos bastante divergentes, os quais não eram passíveis de convergência. Desta forma, caberia ao Conselho decidir por aclamação qual das propostas seria acatada.

Nesse tempo a UFU possuía duas principais formas de ingresso: O vestibular tradicional e o *Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior* (PAIES). O programa havia sido suspenso em 2001, em decorrência de movimentos grevistas, porém não encontramos maiores informações a respeito desse fato. O documento mais recente disponibilizado para estudos sobre o PAIES é a Resolução 04/2003¹⁴. O projeto previa que cinquenta por cento (50%) das vagas dos cursos semestrais e vinte e cinco por cento (25%) de cursos anuais, fossem ocupadas por estudantes do Ensino Médio. Assim, o PAIES consistia numa avaliação realizada em três etapas, na qual, a cada ano, o candidato realizava uma das fases para ingresso na universidade.

Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior – PAIES	
1º ano do Ensino Médio	1ª Etapa da avaliação PAIES
2º ano do Ensino Médio	2ª Etapa da avaliação PAIES e classificação
3º ano do Ensino Médio e conclusão	3ª Etapa da avaliação PAIES e resultado

Contudo, uma vez que não havia distinção das escolas públicas dos colégios particulares, o programa não apresentou nenhum tipo de inclusão ou democratização de acesso ao Ensino Superior. Inclusive, não consideramos o PAIES uma política de ação afirmativa. Acompanhando os candidatos que ingressaram pelo programa, nota-se que maioria dos estudantes havia cursado o Ensino Médio em instituições privadas da região. Desta maneira, o programa acabou por preservar o caráter regionalista e elitista dos processos de ingresso.

Desta forma, o conselheiro de vista, professor Alcimar Barbosa, depois de recusar a resolução apresentada por Humberto Guido, propôs uma alteração na proposta e lançou um amplo projeto a respeito da temática, o qual denominou de *Programa de Inclusão e Acesso à Universidade Federal de Uberlândia (PRO-CIDADANIA)*¹⁵. Na recomendação, o conselheiro sugere a exclusão da reserva de vagas destinadas ao PAIES, para que os candidatos pudessem disputar pela totalidade das vagas, e propõe que esta forma de ingresso seja, exclusivamente, para estudantes das escolas públicas, sem recortes adicionais.

¹⁴ Resolução 04/2003 do Conselho de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONGRAD-2003-4.pdf> Acessada em 29. Jan.2018.

¹⁵ BARBOSA, Alcimar. Pré-Projeto do Programa de Inclusão Social e Acesso à Universidade Federal de Uberlândia (PRO-CIDADANIA). CONSUN, 2007.

A grande diferença entre as propostas dos conselheiros estava no fornecimento de reserva de vagas atendendo ao recorte étnico-racial, como sugerido pela comissão responsável pelos estudos acerca da matéria. Para melhor visualização das sugestões de resolução, elaboramos os quadros a seguir:

Proposta 01

Autor: Conselheiro – relator Prof. Humberto Aparecido de Oliveira Guido

Matéria: Previa que 60% das vagas fossem reservadas a candidatos oriundos de escolas públicas, considerando os recortes étnico-raciais e pessoas com deficiência. Aprovou as orientações do Grupo de Trabalho constituído para elaborar Proposta de Minuta de Resolução, bem como as contribuições das comissões anteriores.

Proposta 02

Autor: Conselheiro de vista Prof. Alcimar Barbosa Soares

Matéria: Recusava a reserva de vagas para que os estudantes que cursavam o Ensino Médio na rede pública de ensino pudessem concorrer à totalidade das vagas disponíveis e lançava um programa de Inclusão e Acesso a universidade, sem recortes a grupos específicos. Desconsiderava os estudos realizados pela comissão a partir do conceito de políticas compensatórias.

Tendo os conselheiros apresentado suas divergências a respeito da pauta, foi encerrada a reunião devido o tempo para discussão ter esgotado e detectada ausência de *quórum* para deliberações. Por conseguinte, a matéria voltou a ser pautada na 7ª reunião do Conselho Universitário. Todavia, esta sessão do CONSUN foi marcada por um instante de tensão durante a apresentação das comunicações dos conselheiros. O professor Sidiney Ruocco Júnior, então presidente da Comissão Permanente de Vestibular (COPEV), na época, responsável pelos processos seletivos da universidade, havia sido acusado de racismo por causa do tema de uma das provas de fevereiro de 2007. Entretanto, apesar de não terem sido encontradas maiores informações a respeito deste evento, a sessão foi interrompida por alguns minutos para que os conselheiros elaborassem uma moção de apoio ao professor e a COPEV, entendendo não haver fundamento nas acusações realizadas.

Superado este incidente, logo em seguida foi apresentado o ponto de pauta 3.1, referente ao Estudo de políticas a serem adotadas, no sentido de aumentar os níveis de inclusão social e de democratização do acesso ao ensino superior na UFU.

Desta vez, o presidente do CONSUN havia convidado o procurador federal, Dr. José Humberto Nozella, para que participasse da sessão do Conselho, buscando cientificar os membros sobre as possíveis implicações jurídicas que a universidade poderia vir a sofrer de acordo com a decisão tomada pelos conselheiros. Depois da exposição do procurador, ocorreram diversas intervenções dos conselheiros, inclusive surgiu uma nova proposta de resolução, as quais findaram nos seguintes encaminhamentos:

a) O Conselho deverá definir se aprova ou não a reserva de vagas;

b) caso não seja aprovada a reserva de vagas, o Conselho passará à análise da proposta apresentada pelo Conselheiro Alcimar;

c) caso o Conselho aprove a reserva de vagas, será iniciada a análise da proposta do Relator ou do Conselheiro Valder, apresentada nesta sessão;

d) deverá ser definido o tipo de reserva a ser feita (cotas sociais, cotas sociais e étnicas ou outras);

e) o Conselho deverá deliberar o percentual de vagas a ser reservado, passando em seguida à análise dos processos seletivos a serem preservados ou extintos. (ATA, 2007)

Desta forma, no dia 26 de outubro de 2007, quando se realizava a 8ª reunião do Conselho Universitário, a matéria foi novamente colocada em pauta. Marcada por diversas intervenções dos conselheiros, a sessão foi bastante agitada. Esta seria a última vez que o processo 94/2003 entraria na pauta do CONSUN, sob relatoria do conselheiro Guido. Durante as orientações acerca da temática, o conselheiro Thiago dos Santos Silva, representante discente, interrompeu a fala do presidente Arquimedes Diógenes e solicitou, em nome do Conselho dos Diretórios e Centros Acadêmicos da UFU, que a votação fosse adiada, pois a matéria ainda não havia sido aprofundada pelo segmento discente. Além disto, Silva prosseguiu afirmando que, caso o conselho não aprovasse a suspensão do ponto de pauta, o Movimento Estudantil se absteria da decisão. O pedido do conselheiro foi colocado em apreciação e recusado por 33 votos contrários.

Na sequencia, duas propostas a respeito da matéria foram colocadas em votação. Proposta 01: Com a instituição de reserva de vagas – do relator Humberto Aparecido. Proposta 02: Pela bonificação, sem a reserva de vagas – do relator de vista, Alcimar Barbosa. A primeira proposta foi aprovada por 23 votos favoráveis. Assim, o parecer de vista do conselheiro Alcimar, foi rejeitado.

Nesse instante, o conselheiro Humberto Aparecido prestou mais alguns esclarecimentos a respeito da sua proposta. Reiterando que a mesma tinha por objetivo a institucionalização da reserva de vagas para os candidatos que tiveram sua escolarização realizada integralmente em escola pública, contemplando em seu interior às cotas étnico-raciais e de pessoas com deficiência. Salientou também que seu parecer baseava-se nos arrazoados das três Comissões, que discutiram amplamente sobre a intensificação das políticas de inclusão social na universidade.

Na ocasião, os professores Valder Steffen e Mauro Prudente, baseado no Programa PAIES, apresentou nova proposta ao CONSUN que havia sido levantada na reunião anterior. Posto isto, foi realizado o segundo pedido de suspensão de pauta. Desta vez, pelo conselheiro Jimi Naoki Nakajima que, baseou sua solicitação no posicionamento contrário do Instituto de Biologia em relação à política de cotas e a necessidade de sua Unidade apreciar a proposta dos conselheiros Valder e Mauro. Semelhantemente, foi rejeitado por 29 votos contrários.

À vista disto, depois de amplo debate entre os conselheiros, o presidente, professor Arquimedes, colocou em regime de votação outras duas proposições:

- *Proposta 01 – Cota social, apenas para alunos de escolas públicas, sem recortes;*
- *Proposta 02 – Cota social, apenas para alunos de escolas públicas, com recortes a serem definidos.*

O resultado obtido nesta votação foi de 27 votos favoráveis à primeira proposta, 13 a favor da segunda proposta e 04 abstenções. Assim, por consequência, o parecer do professor Humberto Guido que contemplava percentagem de reserva de vagas a grupos específicos, foi recusado pelo Conselho Universitário e o processo 93/2003 foi transferido para relatoria do conselheiro Valder Steffen Júnior. A partir de então, a UFU se empenharia em construir uma política específica para alunos oriundos de escolas públicas, porém, independente do grupo étnico ou de pessoas com deficiência que integravam.

Passado alguns meses, a política de inclusão social e de democratização do acesso à universidade, voltou a ser pauta do CONSUN, em 30 de maio de 2008. Nesta sessão, foi aprovado o pedido do vereador Fernando Rezende (PMDB) e do professor Márcio Brasileiro de Freitas, ambos representantes do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Triângulo Mineiro (SINEPE/TM), para que externassem o posicionamento das instituições privadas a respeito das cotas para estudantes de escolas públicas.

Considerando que à medida que instituía a realização de um processo seletivo específico para estudantes da rede pública ainda estava em fase de estruturação por parte do Conselho Universitário, os representantes do sindicato solicitou ao CONSUN que a decisão fosse revista, uma vez que, de acordo com eles, a resolução implicaria em muitos prejuízos para alunos do 2º grau. Tendo em vista que foram realizadas duas intervenções por parte de conselheiros, uma contrária a abertura das discussões (prof. Alcimar Barbosa) e outra favorável ao pedido do SINEPE/TM (prof. Alfredo Neto), o presidente submeteu a votação do Conselho que, rejeitou o pedido por 35 votos. Assim, o conselheiro-relator, Valder Steffen, apresentou seu parecer, prestou esclarecimentos e, tendo sido detectada a ausência de *quórum*, a discussão foi postergada para próxima reunião.

Ainda que os candidatos *pretos, pardos, indígenas* e pessoas com deficiência tenham sido excluídos desta primeira proposta de ação afirmativa, mesmo assim conselheiros e sociedade estavam intrigados e polarizados a respeito da política da reserva de vagas. Muitas universidades já haviam oficializado as cotas com recorte étnico racial em seus mecanismos de ingresso no ensino superior, mas ainda assim, o tema era visto como uma grande polêmica em diversas áreas.

Convém ressaltar que, registra-se nesse tempo, uma intensificação em defesa das cotas raciais por parte das organizações sociais. A atuação, sobretudo, do Movimento Negro, foi fundamental para que as discussões avançassem. Todo o contexto nos conduz também a analisar a relação do poder judiciário frente às denúncias abertas contra as universidades que já haviam aderido à política e, os processos que eram interpelados contra estas instituições. A respeito das disputas no âmbito jurídico, podemos citar o *Manifesto em defesa da Justiça e Constitucionalidade das Cotas*, lançado em 13 de maio de 2008, em Brasília, o documento pressionava o então presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, a garantir o direito da política de ações afirmativas para equiparação de oportunidades no acesso ao ensino superior.

Num estudo sobre a relação das Instituições Públicas de Ensino que já haviam aprovado políticas de ações afirmativas, em 2008, encontramos um total de noventa e três instituições que, estabeleceu uma política de cotas no acesso a universidade.¹⁶ Divididas da seguinte maneira:

- *67 Instituições de Ensino Superior Público adotam Ações Afirmativas Étnico-raciais (73%);*
- *61 Instituições de Ensino Superior Público adotam algum tipo de cota percentual (67%);*
- *40 Instituições de Ensino Superior Público adotam algum tipo de cota étnico-racial percentual (45%);*
- *08 Instituições de Ensino Superior Público adotam recorte de renda (10%). (MANIFESTO, 2008)*

Enquanto 93 instituições já haviam, cada uma a sua maneira, implantado ações para democratizar e aumentar os níveis de inclusão social em seus *campi*, a Universidade Federal de Uberlândia pensava em formas para organizar uma política que contemplasse os estudantes oriundos do ensino médio público. No entanto, a UFU não era a única instituição que ainda não havia vencido os debates acerca das cotas. Também em 2008, discutiam-se políticas de ações afirmativas nas Universidades Federais de Mato Grosso/MT (UFMT), Ceará/CE (UFC), Roraima/RR (UFRR), Paraíba/PB (UFPB), Goiás/GO (UFG), Rio de Janeiro/RJ (UFRJ), Ouro Preto/MG (UFOP), Grande Dourados/MS (UFGD), Sergipe/SE (UFS), Minas Gerais/MG (UFMG) e, nas Universidades Estaduais Sudoeste da Bahia/BA (UESB), Santa Catarina/SC (UDESC) e Pará/PA (UEPA).

De qualquer forma, as discussões continuaram nas reuniões seguintes do Conselho Universitário da UFU. Assim, durante a realização da 5ª reunião, em 27 de junho de 2008, novamente o item sobre Estudos de políticas a serem adotadas, no sentido de aumentar os níveis de inclusão social e de democratização do acesso ao ensino superior na Universidade Federal de Uberlândia, foi apresentado no ponto 2.5 da sessão. Desta fez, tendo como relator o professor Valder Steffen.

¹⁶ Para saber mais: MANIFESTO em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas. **120 anos da luta pela igualdade racial no Brasil**. Fundação Palmares: Brasília, 2008 p.28.

*Ao Presidente do Conselho Universitário e Senhores
Conselheiros.*

Com relação ao item 2.4 [2.5] da pauta, que diz respeito ao aumento dos níveis de inclusão social e de democratização do acesso ao ensino superior, trago algumas preocupações a serem ponderadas por este Conselho. Primeiramente, entendemos justa e necessária a implantação de dispositivos que facilitem o acesso e a inclusão social dos jovens que não têm condições econômicas de melhor se prepararem para disputar vagas ofertadas. Sabemos que a proposta do Professor Valder Steffen Júnior foi elaborada com muito critério e seriedade, todavia talvez o momento de implanta-la não seja oportuno, considerando que tramita no Congresso Nacional projeto de Lei (n. 1736/07) que cuida do mesmo assunto e sendo aprovada, obrigaria a Universidade à novas adaptações. Outra questão que merece atenção diz respeito as conseqüências e impactos que a implantação prematura da medida causariam aos alunos que já vêm se preparando para o PAIES e terão suas expectativas frustradas o que muito provavelmente acarretará protestos e medidas judiciais, causando desgaste desnecessário à imagem da Universidade perante boa parcela da comunidade. Entendemos que o momento é de prudência e reflexão para não encerrarmos de maneira prematura a discussão sobre a inclusão e democratização do acesso ao ensino superior. Sendo assim, solicitamos que este conselho aprecie, com a serenidade e seriedade que lhe é peculiar, a suspensão temporária de implantação da medida, seja até a votação do projeto de Lei no Congresso Nacional, até 2009 para melhor avaliação dos impactos e preparação da comunidade.

Uberlândia, 27 de junho de 2008.

(ATA, 2008)

Apesar de a matéria ter ponto de pauta específico, durante as comunicações, a conselheira Rosalina Cardoso Vilela, solicitou permissão para a leitura de um documento, no qual, mais uma vez, pedia que a matéria fosse suspensa pelo CONSUN. Desta vez, o argumento era de que o Congresso já estaria se articulando no sentido de encontrar uma solução a nível nacional para a pauta. Todavia, levando em consideração que não se tratava da primeira solicitação para interrupção do ponto, o presidente, prof. Arquimedes Diógenes, optou por não acatar a solicitação, uma vez que o conselho já havia decidido sobre a continuidade do processo. Assim, o professor Valder Steffen, conselheiro-relator da pauta, apresentou dois projetos de resolução. Porém, devido à ausência de *quórum*, a reunião foi encerrada em seguida.

Assim, na reunião posterior, no qual o conselheiro-relator não pode estar presente, o professor Mauro Prudente foi delegado para representar o conselheiro Valder Steffen e, acompanhar as discussões na condição de relator. A proposta de resolução apresentada referia-se ao *Programa de Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior da Universidade Federal de Uberlândia*. No geral, tratava-se de um projeto semelhante ao PAIES, porém, exclusivo para as escolas da rede pública. Ainda que os colégios privados tenham protestado formalmente durante a sessão por meio de nota, o CONSUN manteve a proposta voltada para as escolas públicas. Quanto ao nome dado a proposta não houve divergências consideráveis, apenas em relação à sigla que, após amplo debate, foi posta em votação e definiu-se como: PAAES – o que evidencia ainda mais a proximidade da proposta com o programa anterior. Assim, não havendo maiores discussões, o professor Mauro Prudente realizou a leitura do parecer do conselheiro-relator, Valder Steffen.

Considerando a urgência de implementação de ações efetivas voltadas para o resgate e a melhoria da qualidade da escola pública, permitindo que esta importante organização social seja capaz de promover ensino de qualidade, formar novas gerações dotadas de capacidade de análise e de crítica, senso de responsabilidade e iniciativa para a execução da emancipação social e econômica da sociedade brasileira; considerando que a Universidade não pode isoladamente evocar apenas as questões do mérito acadêmico, sem oferecer às camadas menos favorecidas da sociedade nenhuma alternativa que permita o acesso à Universidade Federal de Uberlândia; considerando que o financiamento da universidade federal é feito com recursos do conjunto da sociedade brasileira, esta constituída em sua maioria por cidadãos que não têm tido acesso a esta instituição, como consequência de um sistema perverso de exclusão social; considerando as manifestações do Conselho Universitário em sua 8ª reunião, realizada em 30 de novembro de 2007; considerando finalmente as várias manifestações e sugestões ocorridas durante a longa tramitação deste processo, recomendo a este Egrégio Conselho Universitário aprovar o Programa de Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior da Universidade Federal de Uberlândia – PAAES, nos termos das Propostas de Resolução anexas a este Parecer.”(ATA, 2008)

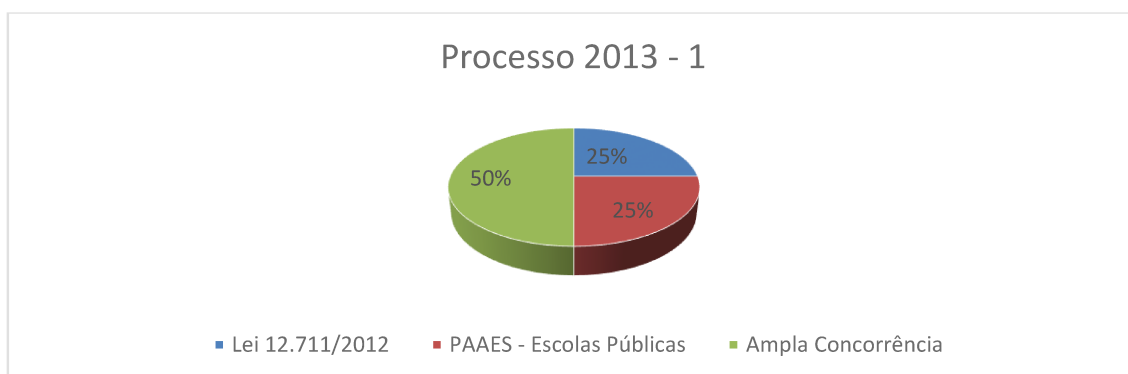
Finalizada a leitura do parecer, o texto foi aprovado, por unanimidade, com 40 votos favoráveis. A medida entrava em vigor no mesmo ano, sendo necessária imediata adequação por parte da COPEV (responsável pelos processos seletivos). A proposta que levava cinco anos para ser aprovada, não contemplava candidatos *pretos, pardos, indígenas* ou *pessoas com deficiência*: os sujeitos percussores das discussões levantadas pelos conselheiros negros, em 2003.

Tendo sido aprovado o programa PAAES, somente em abril de 2012, durante a realização da 3ª reunião que, a reserva de vagas para *pretos, pardos e indígenas* voltou a ser colocada no Conselho Universitário. O professor Newton Dângelo que, havia presidido a última Comissão sobre a temática em 2007, desta vez, representando a Associação dos Docentes (ADUFU), utilizou das comunicações para expressar sua satisfação em relação à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), na aprovação do estabelecimento de cotas raciais nas universidades e, sugeriu que o CONSUN da UFU retomasse as discussões.

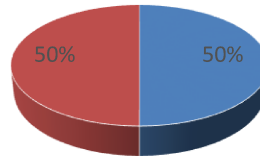
Todavia, mesmo diante da decisão do STF, a matéria permaneceu inalterada, até novembro de 2012, onde após aprovação da Lei 12.711 e do Decreto 7.824, a Universidade se viu obrigada a instituir uma política que contemplasse os candidatos *pretos, pardos e indígenas*. Assim, durante a 14ª reunião do CONSUN, havia um único ponto de pauta a ser discutido, sob relatoria do professor José Rubens Damas Garlipp, do Instituto de Economia: *Aplicação da Lei nº 12.711, de 29/8/2012, que “Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências” – Processo nº152/20125*. Dessa forma, o conselheiro-relator deu parecer favorável afirmando que,

Pelo exposto, s.m.j. deste Conselho Universitário, somos pela implementação da reserva de vagas de que tratam a Lei no 12.711, de 2012, e o Decreto no 42 7.824, de 2012, nos cursos de graduação desta Universidade a partir do ano letivo de 2013. (ATA, 2012)

Contudo, tal como garantia a legislação, o processo se deu de maneira gradativa, sendo implementada a política de reserva de vagas conforme organizado nos gráficos a seguir:

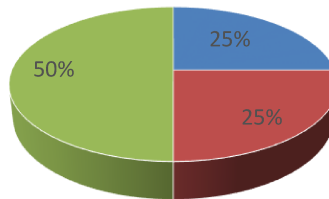


Processo 2013 - 2



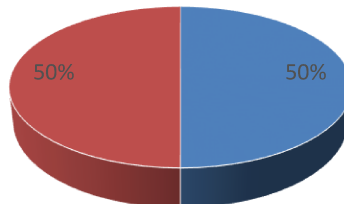
■ Lei 12.711/2012 ■ Ampla Concorrência

Processo 2014 - 1



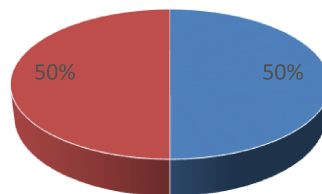
■ Lei 12.711/2012 ■ PAAES ■ Ampla Concorrência

Processo 2014 - 2



■ Lei 12.711/2012 ■ Ampla Concorrência

A partir do Processo 2015 - 1



■ Lei 12.711/2012 ■ Ampla Concorrência

Por fim, o conselheiro relator concluiu o parecer afirmando que,

(...) somos ainda pela extinção do Programa de Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior (PAAES) da Universidade Federal de Uberlândia, instituído pela resolução nº 20/2008 deste Conselho, em função da implementação da reserva de vagas determinada pela Lei 12.711, de 2012, garantida a participação de todos os candidatos inscritos nos subprogramas 2010-2013 e 2011-2014. (ATA, 2012)

Encerrada a leitura do parecerista, o Conselho Universitário se viu diante de uma nova disputa: A extinção do Programa PAAES. Uma vez que o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), aplicado pelo Governo Federal para avaliação dos anos finais da Educação Básica, já era utilizado como mecanismo de seleção para ingresso no Ensino Superior em muitas Instituições Públicas de Ensino, no entendimento do conselheiro-relator, não havia necessidade de manter um programa que, *grosso modo*, assemelhava-se ao exame nacional. Assim, aberta as inscrições para discussão do parecer, o conselheiro Diego Aguirre de Melo, representante discente, foi o primeiro a manifestar-se contrário a exclusão do PAAES, entendendo que, a defesa da permanência do processo de seleção, não seria necessariamente, um enfrentamento a política de Cotas. Posteriormente, em apoio à fala de Aguirre, a conselheira Mônica Alves Costa Ribeiro, coordenadora do curso de Direito, defendeu a necessidade de garantir a avaliação em três etapas, pois, no entendimento dela, daria ao candidato a oportunidade de se recuperar de um possível mau desempenho em alguma das etapas e, garantiria a *diversidade e peculiaridades* da região. Por fim, a conselheira compartilhou seu posicionamento contrário a qualquer política de cotas, pois, de acordo com Mônica Alves, o Governo estaria transferindo a responsabilidade da carência de investimento no Ensino Fundamental e Médio para as Universidades. (ATA, 2012)

Em oposição às colocações dos conselheiros favoráveis a manutenção do Programa de Ação Afirmativa de Ingresso no Ensino Superior (PAAES), o conselheiro-relator do processo, José Rubens, afirmou que o ENEM era uma forma de estabelecer uma política geral, sendo a única forma de ingresso que, garantia ao estudante, por meio de uma única modalidade de prova, escolher e ter o mérito de alcançar o que escolheu em qualquer região do país.

O conselheiro prosseguiu lembrando que uma Política de Permanência Universitária já havia sido iniciada e que o motivo da extinção do PAAES era reunir esforços para uma política nacional, uma vez que a Universidade é financiada com recursos da União e deve receber estudantes de qualquer região do país, sem que estes sejam submetidos a critérios locais, tal qual como ocorrido em processos anteriores, em que alguns conteúdos eram de domínio quase exclusivo de candidatos residentes em Uberlândia/MG, a exemplo, da história do “Zé [João] Relojoeiro”¹⁷. Por fim, em menção as palavras do Ministro Marco Aurélio de Mello do STF, Rubens afirmou que “não basta não discriminar, é preciso ter ação”.

Como a discussão foi focalizando cada vez mais na definição do processo de seleção, o reitor, prof. Alfredo Júlio, colocou em votação o art.3º que tratava exclusivamente da exclusão do PAAES. Na votação, os conselheiros deliberaram pela extinção do Programa com 35 votos favoráveis. Posteriormente, a resolução que tratava da implementação da política de cotas na Universidade, foi aprovada com 53 votos favoráveis, 10 contrários e nenhuma abstenção.

Tendo o CONSUN deliberado a favor do parecer do conselheiro-relator José Rubens, o processo 152/2012 sobre a matéria, culminou na Resolução 25/2012 que, *dispõe sobre a aplicação da Lei nº 12.711 e demais condições estabelecidas pelo Decreto nº 7.824 e pela Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 18/2012, na UFU*¹⁸. Além de instituir um programa de reserva de vagas raciais, o documento também extinguiu o PAAES, garantindo a participação dos candidatos inscritos nos subprogramas 2010-2013 e 2011-2014.

Desta forma, após 09 (nove) anos desde o protesto dos professores negros do Conselho Universitário, ocorrido em 27 de junho de 2003, a Universidade Federal de Uberlândia instituiu a reserva de vagas para candidatos *pretos, pardos, indígenas* no dia 20 de novembro de 2012. Contudo, convém ressaltar, não pelo interesse da Comunidade Universitária, mas pela força da Lei que, não obstante, é resultado das conquistas protagonizadas pelo ativismo da comunidade afro-brasileira.

¹⁷ Vítima de um crime que sensibilizou a região do Triângulo Mineiro, na década de 1950, “João Relojoeiro” é considerado Santo pelos moradores de Uberlândia. João Luiz Fagundes, nome de registro, foi preso injustamente em setembro de 1959, acusado de roubar uma joalheria na Avenida Afonso Pena, área central da cidade. Na época, foi agredido, torturado e assassinado. Atualmente, no dia de finados, seu túmulo é um dos mais visitados na cidade. Para maiores informações: CORREIA, Iara Toscano. **Caso João Relojoeiro - um santo no imaginário popular**. EDUFU: Uberlândia, 2004.

¹⁸ Resolução 25/2012 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2012-25.pdf> Acessada em 30. Jan.2018.

CAPÍTULO II - O ingresso de estudantes cotistas e o cotidiano universitário

Tendo o Conselho Universitário (CONSUN), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), aprovado a aplicação da legislação 12.711 de 2012 que, garante a reserva de vagas para estudantes oriundos de instituições públicas de Ensino Médio, com recorte étnico-racial e de pessoas com deficiência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), gradativamente, transformações significativas ocorreram no ambiente acadêmico.

Entendendo que a política de cotas visa contemplar grupos que, por múltiplos motivos, historicamente, estiveram distantes do espaço universitário, certamente, era de se esperar que sujeitos de outras realidades sociais se vinculassem a universidade a partir da política de ações afirmativas. Situação que, conseqüentemente, implicou no surgimento de novas demandas de convívio dos *campi* universitários.

No ano de 2013, pouco depois de ter sido aprovado a política de ações afirmativas para o ingresso de estudantes *pretos, pardos e indígenas* na UFU, a universidade se viu diante de uma polemica que envolvia tensões raciais. Com o intuito de conscientizar as pessoas sobre a eminência da violência nos *campi*, a Prefeitura Universitária lançou uma “cartilha educativa”, semelhante a um *gibi* de “História em Quadrinhos”, instruindo os frequentadores da UFU sobre como agir para não serem vítimas das ocorrências que circundavam a universidade. Entretanto, no material distribuído, as figuras dos *criminosos* e de *pessoas estranhas à comunidade acadêmica*, foram todas representadas por personagens negros.

Em uma universidade majoritariamente branca, muito possivelmente, situações como esta passariam despercebidas no cotidiano acadêmico. Contudo, se tratando da UFU que, neste tempo, já recebia estudantes de outras etnias-raciais, sobretudo, por meio das ações afirmativas, o desfecho foi diferente. Apesar da tímida presença de pessoas negras na comunidade universitária, o grupo foi suficiente para denunciar a discriminação e movimentar a universidade no sentido de vetar a distribuição da cartilha e conduzir os agentes responsáveis pela produção do conteúdo a uma reflexão sobre relações étnico-raciais.

Todo contexto, evidencia a relação destes novos sujeitos que chegaram à universidade e sua participação no processo de transformação do espaço acadêmico. Uma vez que os sujeitos sociais exercem influência direta no espaço em que estão, a maior presença de pessoas pretas, pardas e indígenas, implicou no constrangimento da universidade frente às questões étnicas e a necessidade de transformação do espaço.

No caso da UFU, à medida que os estudantes cotistas ingressavam nos cursos de graduação, novas pautas e outros sujeitos passaram a reivindicar seus direitos e ocupar os espaços de construção da universidade. À vista disto, podemos apontar como marco deste processo, a *Primeira Marcha pelos Direitos Civis da Comunidade Negra Universitária*,¹⁹ ocorrida em 20 de maio de 2016, na qual, centenas de pessoas entre estudantes cotistas e não-cotistas, técnico-administrativos, professores, militantes políticos e outras sensíveis às causas da negritude, organizaram uma grande caminhada no *campus* Santa Mônica e ocuparam a 4ª Sessão Ordinária do Conselho Universitário²⁰. Depois de intervenções dos participantes da marcha, foi apresentada ao CONSUN, uma série de medidas voltadas para permanência de estudantes negros, indígenas e quilombolas na universidade, recebido pelo então presidente do Conselho, o professor Elmiro Santos Resende (reitor). De acordo com os registros e informações de jornais locais, após a ação na sala do Conselho, os manifestantes seguiram para a Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG, dando continuidade aos protestos.



Folder de convocação realizado pelos organizadores da Marcha.

¹⁹ **MILITANTES PROMOVEM MARCHA PELO DIREITO DOS NEGROS NA UFU.** Uberlândia, 20 maio 2016. Disponível em: <<http://www.agenciaconexoes.org/single-post/2016/05/20/Militantes-promovem-marcha-pelo-direito-dos-negros-na-UFU-1>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

²⁰ Cf. Ata da 4ª Reunião/2016 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/Atas/ataCONSUN-2016-4.pdf> Acesso em: 19 mar. 2018.

Uberlândia, 20 de maio de 2016.

Para: Magnífico Reitor Elmiro Santos Resende

De: Comunidades Negras Universitária e Externa

Vimos por meio deste, solicitar que o Magnífico Reitor e sua equipe atendam as reivindicações abaixo que foram elaboradas por ingressantes da comunidade interna e externa da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

A intenção desse documento é alertar essa universidade para o descaso com as Leis Federais de Ações Afirmativas, bem como, que sejam pensadas, elaboradas e aplicadas outras ações desse caráter, que possibilitem o acesso e permanência de estudantes negros/as na Universidade Federal de Uberlândia, assim como, uma política interna de combate ao racismo.

Demandas da comunidade negra para a UFU

- *Criação de reserva técnica para contratação de docentes negros/as nos concursos públicos por meio da Lei de Cotas Raciais no serviço público federal;*
- *Efetivação da Política Pública de reserva de vagas para negros/as, indígenas e quilombolas, com bolsa, nos programas de Pós-Graduação da UFU;*
- *Criação e efetivação de uma comissão permanente de acompanhamento do sistema de ingresso pelas cotas, bem como, para análise das possíveis fraudes ocorridas no processo de admissão do/a estudante cotista;*
- *Transformação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) em unidade acadêmica;*
- *Criação de uma ouvidoria específica para receber os casos de racismos ocorridos dentro da universidade, bem como, para analisá-los e tomar as devidas providências;*
- *Criação de um programa de divulgação das cotas raciais para as escolas públicas e quilombolas das cidades em que a UFU tem campi;*
- *Criação de um programa de capacitação dos vigilantes da UFU, no que se refere, à temática racial, para que esse não continue acreditando na falsa ideia de que “todo negro/a é suspeito”, como reforçou a cartilha de segurança da UFU de 2013;*
- *Criação de editais específicos para estudantes cotistas dos campi avançados;*
- *Criação de editais específicos para estudantes cotistas, no que se refere a bolsas de extensão, graduação, pesquisa’’ e intercambio;*
- *Criação de um setor de recepção e orientação para os/as ingressantes cotistas;*
- *Concurso para professores de História da África e Educação para as Relações Étnico-Raciais para todas as áreas;*
- *Criação de um programa de permanência, específico para estudantes cotistas, no qual, esse estudante já ingresse na UFU recebendo as bolsas que lhe são cabíveis;*
- *Agilidade da análise dos documentos do/a ingressante por cotas;*
- *Criação de um programa de capacitação para os profissionais terceirizados em trabalho na UFU, no que se refere à temática racial;*
- *Obrigatoriedade da participação de docentes e técnicos nos cursos de educação para as relações étnico-raciais, com carga horária mínima de 120 horas;*
- *Criação de programas de extensão específicos para temática afro-racial, indígena e quilombola. (NEAB, 2016)*

Toda esta situação evidencia tanto o caráter politizador, como o processo de conscientização dos sujeitos sociais, impulsionados, direta e/ou indiretamente, pela universidade. Por meio do ingresso na UFU, os estudantes cotistas, organizaram-se com seus pares a fim de exigir tanto da universidade, como do município de Uberlândia/MG, políticas capazes de garantir sua permanência e melhor qualidade de vida. Tais circunstâncias nos conduzem ao entendimento sobre Ações Afirmativas do professor Rodrigo Ednilson de Jesus, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Atualmente, o *sucesso* ou *fracasso* de estudantes universitários é avaliado pelo Cálculo de Rendimento Acadêmico (CRA). Apesar das especificidades de cada universidade, no geral, o cálculo leva em consideração, a carga horária cursada e matriculada, os componentes curriculares com reprovação por frequência, trancamentos parciais, assiduidade e nota. Desta forma, a partir de uma fórmula definida pelos Conselhos de Graduação, obtém-se um número que determina o rendimento dos estudantes, que, no caso da UFU, deve ser acima de 30 (trinta)²¹.

Todavia, em evento recente promovido pelo Instituto de Ciências Sociais da UFU com participação do professor Rodrigo Ednilson, o mesmo apontou para o fato de o êxito dos estudantes universitários, estar relacionado também, a outros aspectos que o atual CRA é incapaz de contabilizar. Pois, se depois de ingressar na universidade, o estudante passou a ter maior acesso ao universo da cultura como, por exemplo, idas ao teatro, isto também deve ser compreendido como “sucesso acadêmico”. Semelhantemente, se este estudante adquiriu consciência étnica, reconheceu sua sexualidade, identidade de gênero e/ou afins, também se trata de “sucesso acadêmico”. Ou seja, a universidade proporciona aos indivíduos um conjunto de possibilidades que superam o conhecimento exclusivamente técnico. Ainda que, convém ressaltar, estas circunstâncias não substituí a importância da produção acadêmico-científica na vida dos estudantes cotistas.

Certamente, muitos são os pesquisadores que tem se dedicado em analisar os métodos avaliativos com o objetivo de apresentar outras possibilidades para melhor compreensão dos processos de ensino-aprendizagem, no Ensino Superior. Contudo, não nos cabe aprofundar nesta questão aqui.

²¹ Cf. Resolução Nº 15, de 10 de junho de 2011, do Conselho de Graduação que, aprova as Normas Gerais da Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-no-152011-de-10-de-junho-de-2011-do-conselho-de-graduacao-normas-gerais-da>. Acesso em 09. Abr. 2018.

Posto isto, com maior participação da comunidade negra na UFU, os assuntos da negritude receberam outros olhares pela comunidade universitária. Exemplo disto é o estabelecimento da Comissão de Acompanhamento do Ingresso de Estudantes por meio do Sistema de Cotas Raciais, nomeada em setembro de 2014. Na ocasião, a então ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Luiza Bairos, esteve presente no prédio da Reitoria para participar da cerimônia.²²

No ano de 2014, apesar de a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) utilizar da reserva de vagas para inclusão de *pretos, pardos e indígenas* (PPIs) nos cursos de graduação há 2 (dois) anos, a diversidade étnica nos *campi* universitários permanecia inferior aos prognósticos esperados pela implementação da política de ações afirmativas. Além disto, nesta época, a Universidade de Brasília (UnB), – percussora na reserva de vagas com recortes étnico-raciais nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, – já utilizava de comissões de avaliação de candidatos PPIs, para homologação do acesso as vagas reservadas. Todo contexto, apontava para a eminência de um possível uso inadequado da política de ações afirmativas por candidatos que não pertenciam aos grupos étnicos contemplados na legislação. Fato que, mais tarde, seria comprovado pelas denúncias de fraudes no sistema de cotas PPIs em diversas Instituições Públicas de Ensino Superior. Inclusive, na UFU.

A Comissão instituída em 2014 avalia somente os casos de estudantes denunciados. Assim, compete à comissão (que, por sinal, ainda está ativa), aferir o parecer contrário ou favorável à denúncia. Nos casos de constatação de uso incorreto das cotas, recomenda-se o desligamento do estudante denunciado.

Por esse motivo, e, em resposta as reivindicações dos estudantes e demais sujeitos interessados na fiscalização do uso correto das vagas reservadas aos candidatos pretos, pardos e indígenas; dois anos mais tarde, em 2017, a Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD), por meio da Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS), responsável pelo ingresso dos estudantes na UFU, lançou o Edital Complementar nº 05, referente à seleção 2017 – 2 que, comunicava aos candidatos PPIs, a necessidade de se apresentarem presencialmente para homologação de matrícula pela Comissão Para Diversidade Étnica, instituída por meio da Portaria Nº 12 de 10 de julho de 2017.²³

²² Cf. **COMISSÃO TOMA POSSE NA UFU**. Uberlândia, 06 setembro 2014. Disponível em: <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2014/09/comissao-toma-posse-na-ufu>. Acesso em: 26 mar. 2018.

²³ Cf. **COTAS RACIAIS: UFU FAZ USO DE COMISSÃO AVALIADORA PARA VALIDAR AS MODALIDADES AUTODECLARATIVAS**. Uberlândia, 08 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.agenciaconexoes.org/>. Acesso 09 abr. 2018

A Comissão Para Diversidade Étnica tinha a finalidade de examinar, exclusivamente, os fenótipos²⁴ dos candidatos autodeclarados Pretos e Pardos e, averiguar o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), daqueles autodeclarados indígenas. A primeira etapa das entrevistas foi agendada para os dias 15 e 16 de julho (sábado e domingo), no Bloco 3Q, do *campus* Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia. Na ocasião, foi montada pela Diretoria de Processos Seletivos e a Prefeitura de Campus, um esquema logístico para preservar a imagem dos candidatos.

Dessa forma, assim que finalizado os trabalhos da Comissão para Diversidade Étnica, veio à confirmação das suspeitas do uso inadequado das vagas reservadas na universidade. Na primeira etapa de avaliação, foram agendadas 435 (quatrocentas e trinta e cinco) entrevistas, as quais, 158 (cento e cinquenta e oito) candidatos se eliminaram do processo pelo não comparecimento e, dos que se apresentaram apenas 140 (cento e quarenta) inscrições atendiam aos critérios exigidos para homologação de matrícula na modalidade de cotas étnico-raciais.

Considerando a importância das ações da UFU na região, os resultados apresentados pela universidade acabaram gerando polêmica²⁵ na comunidade, sobretudo, uberlandense. Diante disto, a Comissão, juntamente com a Diretoria de Promoção à Igualdade Racial de Uberlândia, a equipe da Diretoria de Processos Seletivos e a Pró-reitoria de Graduação da UFU, se reuniu em 21 de julho, a fim de avaliar os aspectos do processo. Na ocasião, esteve presente o Prof.º Dr. Domingos Barbosa dos Santos, na época, Coordenador da Política de Ações Afirmativas da Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) que, “destacou a importância de iniciativas que estimulam o preenchimento das cotas por candidatos que são efetivamente pretos, pardos e indígenas”²⁶.

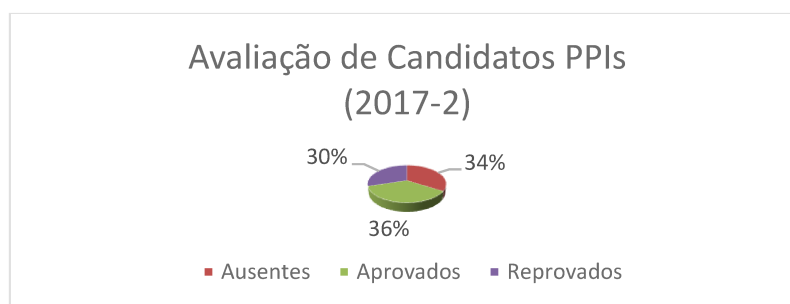
²⁴ Consideramos “fenótipo” o conjunto de características observáveis predominantes. Como, por exemplo, a textura do cabelo, cor da pele e formato do rosto.

²⁵ **COTAS RACIAIS: EXIGÊNCIA DE ENTREVISTA ELIMINA QUASE 70% DOS CANDIDATOS EM FEDERAL.** Uberlândia, junho de 2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/cotas-raciais-exigencia-de-entrevista-elimina-quase-70-dos-candidatos-em-federal-6f8vg2rsdlb3iixigo5k4a6e3> Acessado em 25/04/2018.

²⁶ **SECRETÁRIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO GOVERNO FEDERAL SE REÚNE COM COMISSÃO QUE AVALIA COTISTAS NO VESTIBULAR.** Uberlândia, 21 de julho de 2017. Disponível em <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2017/07/secretario-de-aco-es-afirmativas-se-reune-com-comissao-que-avalia-cotistas-no>. Acesso 09. Abr. 2018.

Semelhantemente, considerando o número de queixas registradas no Ministério Público Federal, o Procurador da República, Onésio Soares Amaral, também se reuniu com a Comissão para Diversidade Étnica e, após análise dos procedimentos realizados pela universidade, descartou irregularidades na entrevista de candidatos cotistas.²⁷

Tendo as instituições aprovado os trabalhos da Comissão, foram realizadas novas convocações de candidatos por política de ações afirmativas²⁸, as quais, ao final do processo, dos 1.093 (mil e noventa e três) convocados, 371 (trezentos e setenta e um) não compareceram (se desclassificaram) e, 396 (trezentos e noventa e seis) foram aprovados. Conforme pode ser mais bem visualizado no gráfico que elaboramos abaixo:



Considerando estes resultados, é compreensível o fato de tanto a comunidade universitária, como também, a comunidade externa, se manifestar sobre o ocorrido. Tendo em vista que se tratava do primeiro processo em que se averiguava o perfil dos estudantes que ocupam as vagas reservadas a PPIs na universidade, setores do Movimento Negro e demais organizações sociais, passaram a questionar os números de estudantes pretos e pardos que, até então, eram apresentados pela Administração da UFU. Todo o contexto acabou por coincidir com a realização da *VI Conferência Municipal de Promoção da Igualdade Racial*, realizada nos dias 21 e 22 de julho do mesmo ano, em Uberlândia/MG, na qual, entre as pautas do movimento, foi incluída a questão da Política de Ações Afirmativas na Universidade Federal de Uberlândia, sendo motivo de ampla discussão.²⁹

²⁷ **PROCURADOR DESCARTA IRREGULARIDADE NO VESTIBULAR DA UFU.** Uberlândia, 26 de julho de 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/procurador-descarta-irregularidade-em-entrevista-de-selecao-de-cotistas-no-vestibular-da-ufu.ghtml>. Acesso 08.abr.2018

²⁸ **VESTIBULAR 2017/2: CANDIDATOS SÃO CONVOCADOS PARA SEGUNDA ETAPA DE ENTREVISTAS.** Uberlândia, 18 de julho de 2017. Disponível em <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2017/07/candidatos-sao-convocados-para-segunda-etapa-de-entrevistas>. Acesso 08.Abr.2018. Acesso em 08.Abr.2018.

²⁹ **UBERLÂNDIA PROMOVE A IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL.** Uberlândia, 20 de julho de 2017. Disponível em http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/noticia/14022/uberlandia_promove_a_iv_conferencia_municipal_de_promocao_da_igualdade_racial.html Acesso em: 08. Abr. 2018.

NOTA DA COMISSÃO PARA DIVERSIDADE ÉTNICA DA UFU

Com o objetivo de proteger e garantir os direitos dos candidatos pretos, pardos e indígenas (PPIs), a Diretoria de Processos Seletivos da Universidade Federal de Uberlândia (DIRPS/UFU) instaurou, como instância de verificação de autodeclaração (modalidades 1 e 3), a assim denominada COMISSÃO PARA DIVERSIDADE ÉTNICA. Tal Comissão responde às orientações do Ministro Relator da ADPF 186 (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental), Ricardo Lewandowski, que, não sem efeito, registram a necessidade de criação de mecanismos que contribuam com processo criterioso de identificação dos candidatos nos processos seletivos/concursos em modalidades de cotas raciais. A COMISSÃO PARA DIVERSIDADE ÉTNICA instaurada pela DIRPS é, em sua essência, multidisciplinar. Formada por membros da comunidade acadêmica da UFU e por membro do Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial – COMPIR, comporta integrantes com substantiva bagagem teórico-teórica em temas relativos à diversidade e com histórico de engajamento em causas étnicas no contexto acadêmico e social: todos, então, capacitados para a homologação/enquadramento dos candidatos nas etnias contempladas pelo sistema de ingresso na Universidade. Por importante, registre-se que não cabe (e não caberá) à Comissão em tela qualquer investigação/avaliação de natureza acadêmica. Sua estrita função é aquela de detectar possibilidades de autoidentificação inadequada eventualmente assumida por candidatos não detentores de fenótipos negroides, com evidente risco de se tornarem – ou de terem sido – alvos de discriminação racial na sociedade brasileira. No horizonte da Comissão, portanto, não são avaliados critérios de ancestralidade ou documentais, visto que, como bem resume Oracy Nogueira, caracteriza no contexto brasileiro o preconceito de MARCA e não de origem ou hereditariedade. Assim, a Diretoria de Processos Seletivos informa que nas entrevistas realizadas foram considerados, exclusivamente, critérios fenotípicos objetivos, calibrados também por treinamento da Comissão, vale dizer: traços físicos negroides que demonstram a percepção social do candidato enquanto pretos e pardos ALVOS DE DISCRIMINAÇÃO. Quanto aos candidatos autodeclarados indígenas, foi solicitada a apresentação de documentação que comprove sua relação com a comunidade em questão Registro Administrativo de Nascimento de Indígena (RANI). O número de ausências somado ao alto índice de não homologações evidenciam o uso indevido das políticas de cotas e a desinformação de muitos candidatos quanto às condições mínimas necessárias para que façam jus à vaga nas Modalidades 1 e 3. Semelhantemente, certifica-se a necessidade de uma efetiva Educação para as Relações Étnico-Raciais nos estabelecimentos de ensino, para que a população brasileira compreenda como se dão as relações raciais no país, quem são as reais vítimas da discriminação racial e, dessa forma, não cometam o equívoco de ocupar vagas destinadas à parcela da população que resiste à discriminação cotidiana. Tal necessidade já é verificada desde a promulgação das leis 10.639/03 e 11.645/08, mas ainda não cumprem seu papel na educação em seus diversos níveis. A Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS) se compromete a manter/ampliar o raio de ação da COMISSÃO PARA DIVERSIDADE ÉTNICA na UFU e reitera o compromisso desta Universidade com as causas democráticas da diversidade étnica, visto desejar, sem vínculos político-partidários ou ideológicos, a justa atribuição de vagas reservadas a quem de direito, vale dizer, pretos, pardos e indígenas, contra a cultura da afroconveniência e da desinformação em âmbito sócio-acadêmico.

Uberlândia, 24 de julho/2017.³⁰

³⁰ **NOTA.** Uberlândia, 24 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.sistemas.dirps.ufu.br/sisarg/ArquivoAdministrativos/download/967edfdcdfbcc3b2d253fac24326e5b5> Acessado em 08.Abr.2018.

Todo contexto contribuía com a confusão social que cada episódio, continuamente, foi causando, principalmente, em Uberlândia/MG. Diante desta realidade, os integrantes da Comissão para Diversidade Étnica, viu a necessidade de se manifestarem em público. Assim, foi publicada uma Nota de Esclarecimento, junto aos resultados do processo seletivo supracitado, a fim de conscientizar, minimamente, as pessoas que se sentiam lesadas pelo procedimento de averiguação de candidatos PPIs.

Não obstante, diante desse conturbado cenário, o fato de a administração superior optar pela exoneração do então diretor de processos seletivos, professor Dennys Garcia Xavier, do Instituto de Filosofia, acabou por impulsionar ainda mais as polêmicas a respeito do referido vestibular³¹. Pois, ainda que de acordo com a Reitoria a decisão pelo desligamento de Xavier não estava relacionada aos resultados da Comissão para Diversidade Étnica, esta associação se manteve no imaginário da comunidade universitária, dos interessados no processo e, inclusive, nas manchetes dos noticiários locais.

Todavia, os trabalhos da Comissão para Diversidade Étnica não foram interrompidos. No ano seguinte, em 2018, os episódios referentes às análises fenotípicas dos candidatos PPIs, passaram por alterações procedimentais e desenrolaram-se de maneira mais discreta, evitando grandes polêmicas como no processo anterior. A professora Maura Alves de Freitas Rocha, do Instituto de Letras e Linguística (ILEEL), foi nomeada para assumir os trabalhos da Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS), em substituição ao professor Xavier. Porém, apesar de ser a pessoa em que a administração superior confiava para a continuidade das atividades da DIRPS, a notícia não foi bem recebida pelo noticiário local. Durante o período de nomeação de Rocha, uma condenação em primeira instância, por improbidade administrativa ligada a processos seletivos da UFU, ajuizada pelo Ministério Público Federal em 2013, acabou por ganhar maior visibilidade, após anúncio da reitoria. Porém, mesmo com os bulícios, a escolha da professora para ocupar o cargo foi mantida³².

³¹ **APÓS MUDANÇAS NO VESTIBULAR DA UFU, DIRETOR DE PROCESSOS SELETIVOS É EXONERADO DO CARGO.** Uberlândia, 25 de julho de 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/apos-mudancas-no-vestibular-da-ufu-diretor-de-processos-seletivos-e-exonerado-do-cargo.ghtml> Acesso 08. Abr.2018.

³² **PROFESSORA DE LETRAS E LINGUÍSTICA ASSUME DIRETORIA DE PROCESSOS SELETIVOS DA UFU.** Uberlândia, 26 de julho de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/professora-de-letras-e-linguistica-assume-diretoria-de-processos-seletivos-da-ufu.ghtml> Acesso em 30/04/2018.

No processo seletivo 2018 – 1, algumas alterações foram realizadas. Os membros da Comissão para Diversidade Étnica foram outra vez nomeados, os quais, alguns integrantes do processo anterior saíram e outros profissionais foram incluídos na equipe. Por causa da portaria normativa número 4 (quatro), publicada recentemente em 06 de abril de 2018, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, estamos desautorizados a divulgar o nome dos integrantes da Comissão, em cumprimento ao critério de sigilo estabelecido pelo novo documento. Porém, os nomes e a devida formação dos integrantes desta Comissão, constam divulgados nas portarias da UFU, uma vez que foram nomeados em período anterior a normativa supracitada.

Além disto, de acordo com a nova portaria do governo federal, as equipes de averiguação de candidatos pretos, pardos e indígenas, passaram a se chamar “Comissões de Heteroidentificação”. Dessa forma, acreditamos que em período oportuno, a Universidade Federal de Uberlândia, deverá também, atualizar o nome das comissões, nos editais de processos seletivos para ingresso acadêmico. Todavia, estas mudanças ainda não foram oficialmente divulgadas pela universidade.

A alteração mais significativa que podemos destacar acerca do processo seletivo 2018 – 1, diz respeito ao procedimento de entrevista dos candidatos PPIs. Considerando as agitações que marcaram as primeiras avaliações dos candidatos no ano anterior, a Pró-reitoria de Graduação, anunciou uma plataforma virtual criada pela equipe de tecnologia da informação da UFU (CTI), a fim de se configurar enquanto base para análise dos candidatos cotistas³³. Dessa forma, as pessoas interessadas em ocupar vagas nas modalidades PPIs, passam a ter que enviar fotos, documentos de identidade e vídeo de autodeclaração étnica no ato da solicitação de matrícula, via rede. Todavia, não fica totalmente descartada a possibilidade de o candidato ser convocado para uma averiguação presencial e, além disto, mantém-se à análise exclusivamente fenotípica.

Em 2018, é possível identificar outros aspectos positivos dos trabalhos da Comissão para Diversidade Étnica. Neste processo, ao contrário dos resultados do ano anterior, mais de 70% dos candidatos PPIs foram aprovados na averiguação³⁴.

³³ **UFU ADOTA SISTEMA ON-LINE PARA VERIFICAÇÃO DE AUTODECLARAÇÕES DE COTISTAS.** Uberlândia, 25 de janeiro de 2018. Disponível em <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2018/01/ufu-adota-sistema-line-para-verificacao-de-autodeclaracoes-de-cotistas> Acessado em 30/04/2018.

³⁴ **MAIS DE 70% DOS CANDIDATOS COTISTAS TÊM MATRÍCULA CONFIRMADA PELA UFU.** Uberlândia, 16 de março de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/mais-de-70-dos-candidatos-cotistas-tem-matricula-confirmada-pela-ufu.ghtml> Acessado em 30/04/2018.

Os dados apresentados neste ano indicam maior conscientização por parte daqueles que fazem o uso da política de ações afirmativas. De acordo com as informações, dos 800 (oitocentos) candidatos que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas para ingressar no primeiro semestre de 2018 na UFU, 600 (seiscentos) foram homologados pela equipe de averiguação. Todavia, considerando que os resultados ainda estão sendo contabilizados pela instituição, estes números devem sofrer alterações. Porém, com a maioria das vagas já preenchidas, não devem ocorrer mudanças muito significativas nos resultados já anunciados.

Ainda sobre a averiguação dos candidatos PPIs, nos convém uma última reflexão acerca do estabelecimento da comissão de averiguação fenotípica dos candidatos. Mesmo que os procedimentos de análise já estavam em vigor na UFU, localizamos que durante a 9ª reunião do Conselho de Graduação (CONGRAD), em 22 de setembro/2017, os conselheiros indicaram outra Comissão para tratar sobre a política de ações afirmativas na universidade. A ação foi aprovada por unanimidade (68 votos).

Esta comissão, instituída por meio da Portaria SEI REITO Nº 273, tinha como finalidade elaborar os critérios a serem aplicados pela Comissão de Heteroidentificação (anteriormente, Comissão Para Diversidade Étnica), na aferição das autodeclarações dos candidatos Pretos, Pardos e Indígenas (PPIs), nos processos seletivos de ingresso na UFU e, também, apresentar uma proposta de resolução.

Acreditamos que esta medida se fez necessária para atender com as exigências administrativas e os trâmites regulares das entidades deliberativas da universidade. No caso, o CONGRAD. Não obstante, recordando a maneira com que se desenvolveu às primeiras averiguações de candidatos cotistas (em 2017), percebemos que este movimento partiu de “órgãos de baixo”. Foi a Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS) quem nomeou, organizou e deu início aos trabalhos da Comissão para Diversidade Étnica. Ainda que, certamente, tenham ocorrido diálogos entre a DIRPS e a Administração Superior, todo o contexto nos leva ao entendimento de que esta decisão partiu, exclusivamente, da DIRPS.

Elencamos este fato nos desdobramentos da política de ações afirmativas na UFU, pois mesmo que a autonomia da DIRPS a respeito da decisão de averiguar os candidatos PPIs seja passível de diferentes interpretações, evidencia que o processo não se deu por decisão da comunidade universitária devidamente representada nos conselhos superiores e, sim, pela determinação da Diretoria de Processos Seletivos que, por algum motivo ainda desconhecido, decidiu fiscalizar o uso das vagas reservadas.

Diante disto, surgem questionamentos que, dado ao tempo em que se elabora este texto, não nos permitem conclusões: A comunidade universitária estaria disposta em averiguar os ingressantes cotistas para evitar o uso indevido das vagas reservadas? Independente de gestão, o uso das vagas por candidatos autodeclarados PPIs estaria na lista de prioridades da Administração Superior da UFU? Onde se encontra os resultados da Comissão de Acompanhamento de Estudantes Cotistas instituída em 2014? Acaso a universidade que levou nove anos para estabelecer a políticas de ações afirmativas estaria aguardando outra legislação para averiguação das vagas de estudantes cotistas?

Todas estas e outras questões surgem da incompletude do quebra-cabeça que constrói a narrativa da política de ações afirmativas na Universidade Federal de Uberlândia. De acordo com a lei 12.711 de 2012 que, institui a política de cotas nas universidades, o período de vigência para o estabelecimento da política é de 10 (dez) anos. Ou seja, dentro de 4 (quatro) anos, em 2022, estaremos discutindo os resultados das ações afirmativas no Brasil. Todavia, o que se percebe é que, ao longo dos anos que sucederam a promulgação da “Lei de cotas”, se quer conseguimos garantir que os estudantes que fazem o uso da política, sejam, com efeito, pertencentes aos grupos étnico-raciais contemplados na legislação.

CAPÍTULO III - Estudantes cotistas da Universidade Federal de Uberlândia

Durante o período que nos dedicamos para elaboração deste trabalho, identificamos a existência de muitas produções acerca das Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais. Porém, possivelmente pelo tempo em que às pesquisas foram realizadas, são poucos os trabalhos que apresentam estudos sobre o perfil dos estudantes cotistas e às transformações ocorridas na vida desses sujeitos depois de ingressarem na universidade. Por esse motivo, neste capítulo, vamos apresentar a trajetória de alguns estudantes cotistas dos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), objetivando, evidenciar a realidade em que estes indivíduos estavam inseridos antes de se matricularem no ensino superior e quais as mudanças ocorridas a partir do contato com a vida acadêmica.

Entendemos que para uma análise assertiva sobre políticas de ações afirmativas no Ensino Superior, se faz necessário considerar todos os aspectos envolvidos nesta temática. Para isto, é preciso romper com as análises exclusivamente quantitativas, nas quais os estudantes são reduzidos a números, gráficos e outros indicadores de natureza, unicamente, técnica. Pois, a partir dos múltiplos ângulos possíveis de serem explorados, pode-se avaliar com maior completude a implementação das ações afirmativas a fim de lançarmos perspectivas para a política na Educação.

Pensando nisto, elaboramos um questionário que teve por objetivo identificar o perfil dos estudantes que fazem uso da política de ações afirmativas, visando explorar, sobretudo, a realidade histórico-social desses indivíduos. Para isto, construímos um roteiro de entrevista que considerou questões que, apesar de serem inerentes da vida acadêmica, não podem ser quantificadas e nem são utilizadas como critério de avaliação na universidade. As entrevistas perpassaram pela atuação política, atividades acadêmicas e os vínculos empregatícios. Tendo como foco a trajetória desses estudantes para chegar até a universidade e considerando suas percepções acerca da instituição, o programa de ações afirmativas e demais aspectos gerais. Para facilitar na leitura das informações optamos por manter os tópicos abordados nas entrevistas, separados. Dessa forma, será possível uma análise das considerações dos estudantes entrevistados, a partir dos pontos indagados de acordo com a estrutura utilizada ao longo das entrevistas.

Considerações sobre os estudantes cotistas entrevistados

Para seleção dos estudantes entrevistados, foram compartilhadas mensagens por meio de redes sociais, informando sobre a proposta da pesquisa e abrindo para indicações de pessoas interessadas em participar da entrevista. Após meses de divulgação, conseguimos a colaboração de quatro estudantes para iniciarmos a coleta de informações. Curiosamente, alguns estudantes cotistas evitam falar sobre estas questões. Porém, isto será melhor explorado mais tarde. Todavia, importa dizer que, por esse motivo, enfrentamos dificuldades em reunir um grupo de estudantes dispostos em participar da pesquisa.

Anna Luiza Rodrigues Félix, é discente do curso de graduação em História. Atualmente, tem 21 anos. Ingressou na Universidade Federal de Uberlândia em 2015 e pretende concluir seu curso até 2020. Mulher e negra, optou pela modalidade de ingresso que contempla estudantes oriundos de escolas públicas, com recorte étnico-racial e de renda. A estudante ao ser consultada sobre a possibilidade de participar da entrevista, se prontificou imediatamente e, logo no início, esboçou interesse pela temática das Relações Étnico-Raciais.

Kárita Darc Machado, nossa outra entrevistada, é graduanda em Filosofia. Atualmente, com 29 anos. A discente ingressou no curso em 2014 e pretende concluí-lo até 2020. Também na condição de mulher negra, Kárita fez uso da modalidade de ingresso voltada para estudantes de escola pública, com recorte étnico-racial e de renda *per capita*. Envolvida em muitas atividades, a estudante passa o dia na universidade. Foi por meio da rede de amigos que conseguimos convidá-la para participar desta entrevista, a qual gentilmente, aceitou.

Nosso terceiro entrevistado é Lucas Guzzo dos Santos, discente do curso de graduação em Letras, licenciatura, com habilitação em Português. O jovem tem 25 anos e ingressou na universidade em 2017. Pretende concluir seu curso em 2020. A modalidade de ingresso a qual se vinculou considera estudantes egressos de escolas públicas, com recorte étnico-racial. Lucas se autodeclara *preto* e faz questão de se afirmar enquanto *gay*. Soube da realização da entrevista por intermédio de uma professora de seu instituto e concordou em contribuir com a pesquisa.

Nosso último entrevistado é Pablo Silva Prado. Também do curso de graduação em Filosofia, o jovem ingressou na universidade em 2015 e tem se organizado para concluir seu curso em 2019. Sua modalidade de ingresso contempla estudantes oriundos da rede pública, com recorte étnico-racial. Soube da nossa entrevista por meio do comunicado enviado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da universidade.

Todos os estudantes entrevistados se autodeclararam negros. Num primeiro momento, nossa intenção era construir uma narrativa que fosse capaz de incluir discentes indígenas, quilombolas, garantir a paridade de gênero, equilibrar o número de estudantes de todas às grandes áreas do conhecimento (humanidades, exatas, engenharias e sociais aplicadas), entrevistar pessoas *trans*³⁵e, não obstante, ter depoimentos de discentes *lésbicas*³⁶, *gays*³⁷ e *bissexuais*³⁸. Esta proposta se fez necessária, pois considerando as discussões que circundam a academia em nossos dias, certamente, é inegável a necessidade de considerar estas inquietações nas produções do presente.

Entretanto, ao procurarmos a relação de estudantes matriculados com esses quesitos para que, contatássemos a fim de convidá-los para participar da pesquisa, fomos informados pela Diretoria de Processos Seletivos (DIRPS) e, reiterado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) que, por questões legais, os dados dos discentes são mantidos em sigilo. Dessa forma, os órgãos mencionados estariam impedidos de compartilhar estas informações, ainda que para finalidade de pesquisa.

Deste modo, foi necessário utilizar de outras ferramentas para localizar os discentes que poderiam contribuir com este trabalho. Contudo, levando em consideração os dispositivos limitados disponíveis para entrar em contato com estes estudantes, somado ao fato de graduandos com este perfil representarem a minoria nos espaços acadêmicos, foi necessário reduzir os filtros de análise para que pudéssemos prosseguir com a pesquisa.

³⁵ *Transgênero* ou *travesti* (trans) refere-se as pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele que lhe foi atribuído no momento do nascimento. Assim, uma pessoa com um pênis pode não se identificar do sexo masculino e vice-versa.

³⁶ Mulheres que sentem atração afetiva e/ou sexual por outras mulheres.

³⁷ Refere-se aos homens que se sentem atraídos (sexualmente e/ou emocionalmente) por outros homens.

³⁸ Trata-se de pessoas que sentem atração sexual e afetiva por ambos os sexos, homens e mulheres.

Assim, da proposta inicial conseguimos cumprir somente com a paridade de gênero entre homens e mulheres *cis*³⁹. Sendo dois rapazes *gays* e duas mulheres: uma *bissexual* e outra *heterossexual*. Do mesmo modo, todos os estudantes estão concentrados na grande área das humanidades. Infelizmente, os estudantes cotistas consultados nos demais cursos, não tinham disponibilidade ou não se sentiram à vontade para participar.

Outra questão bastante preocupante identificada ao longo da seleção de entrevistados, foi o fato de não ter sido encontrado nenhum indício de estudantes indígenas na universidade. Recorremos as listagens de aprovação disponibilizadas nas plataformas virtuais para reconsiderarmos esta situação. Porém, os candidatos que optam pela modalidade de cotas não são diferenciados pelas possibilidades de autodeclaração (pretos, pardos ou indígenas). Assim, torna-se impossível a identificação da autodeclaração do estudante, uma vez que consta, apenas, a informação genérica da modalidade escolhida.

Baseado num sobrenome reconhecidamente indígena, tentamos contato com um estudante optante pela modalidade de cotas. Todavia, o mesmo informou que apesar da marcante ascendência indígena na família, ele se autodeclara *pardo*, por causa da miscigenação entre seus pais. Inclusive, de acordo com o estudante, esta havia sido a informação registrada junto a documentação da universidade. Assim, para evitarmos maiores constrangimentos, encerramos as buscas por estes discentes, esperando que alguma pessoa próxima pudesse nos indicar. No entanto, não obtivemos sucesso.

Diante das incertezas e dos imprevistos que sublinhavam nossas investigações, acrescidos do fato de que era preciso avançar nas pesquisas para cumprir, ainda que parcialmente, com os prazos estipulados no projeto inicial, foi preciso uma tomada de decisão. Assim, optamos por nos debruçar no material que já estava disponibilizado e examinar o quadro dos cotistas em andamento. Todavia, apesar dos percalços, foi possível desenvolver um trabalho capaz de cumprir com a proposta central do projeto e, ao mesmo tempo, agregar novos aspectos que se tornaram possíveis de acordo com as análises.

³⁹ *Cisgêneras* ou *cis* são pessoas opostas as *transgêneras* (trans). Assim, refere-se ao indivíduo que se identifica com o gênero atribuído a sua genitália. Como, por exemplo, uma pessoa que possui uma *vagina* e se identifica enquanto do sexo feminino e vice-versa.

Trajetória dos estudantes cotistas – caminhos e trilhas até a universidade

Tal como iniciamos este capítulo, reiteramos a importância em conhecer os beneficiários das vagas reservadas pela política de ações afirmativas, a fim de entender melhor o contexto histórico e social desses indivíduos que, certamente, reflete no comportamento desses sujeitos no ambiente universitário. Pensando nisto, dedicamos maior parte desta pesquisa no levantamento de informações que evidenciam os processos vivenciados antes da universidade e as mudanças ocorridas depois de ingressarem na vida acadêmica.

Começaremos com a discente do curso de graduação em História, Anna Luiza Rodrigues Félix. Nascida em Uberlândia/MG, filha de pais pastores de igreja evangélica, ao longo de sua juventude a discente sempre teve muitas dúvidas quanto ao ingresso na universidade. Questionamos se durante os ciclos da educação básica ela pensava em cursar ensino superior. Apesar de suas particularidades, tal como veremos, a resposta de Anna Luiza reflete um pensamento comum entre os estudantes negros do ensino fundamental e médio.

Eu sempre tive muita dúvida do tipo... será que eu vou conseguir entrar na faculdade? Será que eu vou conseguir não reprovar? Porque eu sempre tive dificuldade em muita matéria como Matemática, Biologia... tudo o que não era 'Humanas' eu tinha muita dificuldade [risos]. Então, assim, eu sempre fiquei muito na dúvida: Será que vai mesmo? (ENTREVISTA, 2018 – 12:48)

A fala da discente revela a tensão vivenciada por estudantes em fase de conclusão da educação básica. Tendo em vista a eminência do encerramento dos ciclos educacionais, muitos começam a pensar sobre quais serão os próximos passos a serem dados. Todavia, mesmo com as dificuldades, Anna Luiza sempre foi incentivada a continuar nos estudos pelos pais. A estudante coloca este fato como crucial para que hoje, ela estivesse cursando graduação em universidade pública.

Anna Luiza estudou na Escola Estadual Enéas de Oliveira Guimarães, localizada no centro de Uberlândia/MG. Acompanhando os resultados da instituição, pode-se afirmar que a discente usufruiu de um ensino adequado para sua formação escolar. Certamente, a escola enfrentava alguns problemas. No entanto, comparado a outras instituições públicas, é preciso reconhecer que esta escola distingue dos demais estabelecimentos educacionais, como as localizadas nas regiões periféricas, por exemplo.

Quando abordado as vivências na escola a graduanda aponta para situações de tensões cotidianas afirmando que “lá aconteceram muitas coisas chatas” (12:57). Porém, a medida em que desenvolvemos a conversa acerca do ambiente escolar, Anna Luiza, em lágrimas, decide compartilhar um dos momentos de violência sofridos na instituição.

Não foi assim... 'nossa, um problemão! Ai, todas as vezes que eu lembro disto começo a chorar [pausa] [informamos que não há necessidade de continuar e oferecemos água] Tá tudo bem... Ai, porque é muito complicado... porque enquanto criança, menina, preta e pobre, a gente sempre tem aquela professora meio de classe média que aproveita pra tirar uma casquinha, né!? Fazer graça, sabe!? E ... muitas vezes ela me questionava e falava que, tipo assim... Ai, porque na época eu usava tranças. E daí ela falava assim... um dia que... eu sempre tive muita dificuldade em matemática. Ela falava assim: “É esse cabelo seu aí, essas trança que deve tá atrapalhando você pensar direito pra fazer esses negócio”. Isso é uma coisa que eu lembro sempre quando alguém me pergunta assim: “foi difícil chegar aqui [na universidade]? ” Aí eu lembro disto, eu lembro de várias coisas que aconteceram... (ENTREVISTA, 2018 – 13:14)

Certamente, não existem dúvidas quanto a gravidade da situação suportada pela entrevistada. Além disto, considerando que esta agressão aconteceu quando Anna Luiza era menor de idade, desprovida de uma visão crítica e sem o entendimento dos recursos possíveis para rever esta situação, torna o episódio ainda mais hediondo. Convém destacarmos também, a relação de poder envolvida entre professor – aluno que, apesar dos esforços dos profissionais da educação em horizontalizar esse contato, ainda está distante de ser revisto. Garantindo a professora posição privilegiada diante do ocorrido.

Todavia, o que mais nos chama a atenção no relato da graduanda, é o fato de a mesma iniciar a história, buscando, ainda que sem intenção, minimizar a situação a ser compartilhada, com a frase “não foi assim... ‘nossa, um problemão! ’”. Este sintoma é percebido também, na afirmativa “eu sempre tive muita dificuldade em matemática” que, aparece, um tanto quanto desconexa em meio ao relato de violência, como forma de encontrar motivos que, *grosso modo*, “justifiquem” a intimidação sofrida.

Indubitavelmente, devemos levar em consideração o instante de tensão vivenciado pela entrevistada ao se dispor realizar tal relato, como também o fato de no momento da entrevista, Anna Luiza já ter adquirido consciência acerca da violência que sofreu. Todavia, estas observações não podem deixar de integrar as análises deste trabalho, uma vez que refletem o pensamento de muitas outras pessoas que enfrentaram situações semelhantes.

Todo o contexto, nos conduz a recorrer aos estudos elaborados pelas pesquisadoras Cecília Azevedo Lima Collares (FE/UNICAMP) e Maria Aparecida Affonso Moysés (FCM/UNICAMP) que, apesar de abordarem a patologização da Educação (1994), nos serve como base para entender que, em situações como a vivenciada por Anna Luiza, *o sistema sociopolítico é praticamente desresponsabilizado, em uma concepção funcionalista bastante bem-elaborada e eficiente. Eficiente a ponto de terminar pela culpabilização da vítima, segundo RYAN (1976), e de conseguir que a própria vítima se considere culpada*⁴⁰.

Anna Luiza prossegue o seu relato afirmando que os demais anos escolares também foram marcados por opressões que resultavam em dúvidas quanto sua capacidade cognitiva e fazia ela sentir mal consigo mesma. A discente destaca o segundo ano do ensino médio como o mais difícil. Porém, ao perceber que as coisas sempre eram mais difíceis para ela, Anna Luiza tomou a decisão de ingressar no ensino superior como forma de mostrar para aqueles que lhe causavam mal o quão distante ela podia ir. Hoje, quando olha para trás e recorda das dificuldades econômicas e sociais que teve de enfrentar para alcançar o ensino superior, a discente se surpreende com sua trajetória e almeja ir mais longe, pensando, inclusive, dar continuidade as suas pesquisas, no mestrado e doutorado.

A discente do curso de graduação em História, durante o período escolar, sempre residiu com seu pai, sua mãe, seu irmão, sua avó, seu avô e sua tia. No total, eram 7 (sete) pessoas em casa. A família morava no Bairro Patrimônio, historicamente ocupado pela comunidade negra uberlandense⁴¹. Anna Luiza considera a dedicação dos pais ao pastorado, como um marco em sua vida. Pois, à medida que os pais assumiam maiores responsabilidades na igreja, os costumes no interior do ambiente familiar, tornavam-se mais inflexíveis.

A partir de um certo momento ficou mais rígido do que já era porque meus pais se tornaram pastores aí eu não podia tipo... sei lá... tipo, antes eu tinha o costume de ir num ensaio de escola de samba com minha tia, com minha avó e aí depois disso já não podia ir direito porque meus pais ficavam meio assim...
(ENTREVISTA, 2018 – 17:19)

⁴⁰ COLLARES, C. A. L., & MOYSÉS, M. A. A. **A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico**. Publicação Série Ideias, 23 (25-31). São Paulo: FDE, 1994. Para maiores informações sobre culpabilização da vítima confira RYAN, W. **Blaming the victim**. New York: Vintage Books Edition, 1976.

⁴¹ Para saber mais ANDRADE, Lívia Marina de; FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. **A TRANSFORMAÇÃO NO USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM UBERLÂNDIA**. Horizonte Científico, Uberlândia, v. 2, n. 2, p.01-29, dez. 2008.

Ao abordar esta questão, é interessante que Anna Luiza recorda com saudade do cotidiano do bairro em que morava. De acordo com sua fala, as mudanças provocadas devido aos pais se dedicarem mais ao universo evangélico, representa para além de uma nova concepção religiosa, a ruptura do seu contato com os costumes característicos de seu bairro que, não obstante, abrangiam manifestações da cultura negra. Todavia, não é nossa intenção aprofundarmos neste assunto. Citamos, pois como é constatado ao longo das colocações da entrevistada, a relação com a Igreja representa um marco simbólico em sua vida que, tal como veremos adiante, será reconsiderado por meio do seu ingresso na universidade.

A voz histórica de Anna Luiza Rodrigues Félix, ecoa com o som de muitas outras vozes que também representam a superação das estruturas excludentes da educação básica e dos obstáculos encontrados ao longo de sua trajetória para chegar até a universidade. Apesar das dificuldades, Anna Luiza conseguiu utilizar dos poucos recursos e das oportunidades que lhe apareceram, enquanto instrumentos para acesso ao universo acadêmico. Mesmo com as diferenças culturais, políticas e geracionais em relação a seus pais, a discente reconhece o apoio deles como também de toda sua família para que fosse possível propiciar a graduanda em História, a oportunidade de integrar o quadro de brasileiros que representam os primeiros integrantes da família a cursar o Ensino Superior. Às transformações ocorridas depois do ingresso na universidade, como também a atuação de Anna Luiza no ambiente acadêmico, serão mais bem explorados no próximo tópico. Nesse instante, vamos nos lançar ao conhecimento da trajetória trilhada pelos demais entrevistados.

Nascida também em Uberlândia/MG, Kárita Darc Machado cresceu no Bairro Santa Luzia, localizado na região Sul da cidade. Seu pai trabalha com venda de pneus e sua mãe na área de produção. Atualmente, cursando graduação em Filosofia, a discente conviveu com seus pais e dois irmãos mais velhos ao longo da maior parte de sua vida. No total, eram 5 (cinco) pessoas em casa. Kárita frequentou toda educação básica em escolas públicas. Passou por momentos de dificuldades, incertezas, mas trilhou seu caminho em direção a universidade.

Quando questionada sobre a realidade familiar, a discente afirma que *ao mesmo tempo que teve condições boas, também passou por muitos apertos* (12:23). Kárita continua dizendo que a família nunca passou fome, mas que *já chegou a tempos extremos, as coisas já ficaram muito difíceis* (12:38). O Bairro Santa Luzia, apesar de ser afastado da região central, não é lido enquanto “periferia”.

Kárita começou a trabalhar quando ainda cursava a educação básica. Entrou como “menor aprendiz” numa empresa de *Call Center*, onde ocupava a função de atendente de telemarketing, escalada no turno da noite. Depois, já maior de idade, trabalhou como operadora de caixa numa rede de hipermercados. Nesse tempo, quando ainda cursava o 2º ano do Ensino Médio, conseguiu uma oportunidade de trabalho em Brasília/DF. Por isso, mudou-se para a capital nacional. No Distrito Federal, trabalhou num salão de beleza, sem carteira assinada, no qual acabou por se profissionalizar na área de estética e beleza.

Preocupada com a formação educacional, Kárita procurou concluir o Ensino Médio. Por causa do trabalho, matriculou-se no programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA) de uma escola pública brasiliense. Assim, trabalhava durante o dia e frequentando as aulas no noturno. Depois de um ano na capital, a estudante retornou para sua cidade natal. De volta a Uberlândia/MG, a discente foi trabalhar na função de auxiliar de atendimento em outro hipermercado da cidade. Decorrido mais um ano, retornou para Brasília/DF onde começou a trabalhar como vendedora numa empresa que prestava serviços terceirizados para um banco internacional.

Foi bem legal, nesse ano eu realmente conheci Brasília. Porque na primeira vez que eu fui morar lá, como eu trabalhava num salão de beleza que era perto de casa, eu ficava muito nesse trajeto, então eu rodava muito pouco lá. Da outra vez que eu fui, eu fui trabalhar de vendedora em lojas. Então, assim, eu ia em todos os lugares. Aí eu passei realmente a conhecer Brasília. (ENTREVISTA, 2018 – 22:19)

Nesse ponto, surge um aspecto interessante na trajetória de Kárita. O trabalho assume características múltiplas que superam a finalidade exclusivamente econômica. Levando em consideração que o Distrito Federal é uma região turística, naturalmente, as pessoas que visitam ou frequentam a capital, anseiam por desfrutar dos espaços urbanos. Porém, uma vez que Brasília se configura como uma das áreas mais elitizadas do país, não são todas as pessoas que tem condições de acessá-la integralmente. Esta situação, acaba por refletir na desigualdade existente entre o chamado Plano Piloto e as regiões do entorno⁴².

⁴² Para maiores informações NUNES, B. F.; COSTA, A. **Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social**. Cadernos metrópole 17. pp. 35-57 1ºsem., 2007.

Esta análise é importante para nós, pois atinge diretamente a realidade em que Kárta Darc estava inserida quando residia em Brasília/DF. Na primeira vez em que a discente morou na capital, esteve restringida a espaços específicos da cidade, frequentando somente os lugares próximos de onde morava. Apesar desta primeira experiência ter sido significativa para a entrevistada, não é apresentada com o mesmo entusiasmo percebido quando abordado a segunda vez em que a discente residiu na capital.

Todo esse contexto, nos serve para ilustrar o fato de que mesmo Kárta Darc tendo mudado de sua cidade natal em busca de outras possibilidades, a discente permaneceu exposta a uma realidade de exclusão que, tal como temos percebido, é marcante na vida de muitos dos estudantes que utilizam das ações afirmativas no Ensino Superior. Desse modo, dentre as dificuldades que teve de enfrentar, Kárta precisou se submeter a exploração das relações de trabalho e a falta de acesso à cidade, agravado pelas violências do ambiente escolar,⁴³ como forma de se manter em Brasília/DF.

Assim que o projeto em que Kárta trabalhava encerrou, a mesma retornou para Uberlândia/MG, aonde, desde então, tem residido. Teve conhecimento do Sistema de Seleção Unificado (Sisu), por meio de uma amiga cabelereira que trabalhou com ela quando ainda morava na capital. Na ocasião, a filha desta companheira de profissão havia conseguido ingressar na Universidade de Brasília (UnB), utilizando da política de ações afirmativas. Kárta compartilha que na época, não possuía conhecia as modalidades e procedimentos de ingresso nas universidades públicas. Por esse motivo, a partir do instante em que se inscreveu no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a discente foi descobrindo estas informações de acordo que avançava no processo seletivo.

Tendo sido aprovada para o curso de Graduação em Filosofia, Kárta Darc Machado, na condição de mulher, negra e LGBT,⁴⁴ conseguiu romper com parte da estrutura⁴⁵ que conjecturava outros caminhos, possivelmente, distantes da academia. Tornando-se, assim, a primeira de sua casa cursar Ensino Superior.

⁴³ Ver SILVA JR., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

⁴⁴ Sigla que corresponde aos integrantes da diversidade sexual e gênero: *Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis*. No caso, a entrevistada encaixa-se na letra “B”, explicada na de nº4.

⁴⁵ Consideramos os estudos publicados em ALMEIRA, Sílvia. **O que é Racismo Estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

Outro graduando que também integra nosso grupo de entrevistados, Lucas Guzzo dos Santos, nasceu em Cosmópolis, no interior do Estado de São Paulo. De acordo com as informações disponibilizadas em rede pela prefeitura da cidade⁴⁶, o município faz parte de duas grandes regiões de influência: Campinas/SP e Paulínia/SP. O Bairro onde morava, chamado Jacinto Hackel Fren Aun (em homenagem a um médico local), é localizado numa região periférica da cidade.

A mãe de Lucas trabalha cuidando de crianças e com serviços domésticos. O pai é operário numa refinaria de petróleo localizada em Paulínia/SP. O discente morava com os pais e seu irmão. No total, eram 4 (quatro) pessoas em casa. Durante o período em que cursava a Educação Básica, o pai passava a maior parte do tempo viajando por causa do trabalho com extração de petróleo. Inclusive, por um determinado período, a família precisou se mudar para o Estado da Bahia (BA) por causa do trabalho do pai. Residiram no Nordeste por 4 (quatro) anos e, depois, retornaram para Cosmópolis/SP, devido ao pai ter conseguido ser transferido para Paulínia/SP. Apesar de os pais não terem tido oportunidade de concluir a educação básica, Lucas recorda que eles sempre o incentivaram a prosseguir com os estudos e, por esse motivo, desde adolescente já sonhava em cursar uma faculdade.

A mãe, a quem Lucas se refere sempre emocionado, procurou matricular os filhos em instituições que *apesar de públicas, eram consideradas escolas-modelo* (9:32). Dessa forma, os estabelecimentos de ensino frequentados pelo graduando ao longo da educação básica, sempre foram bem estruturados e com bons profissionais. Todavia, o discente reconhece que teve *sorte* por ter desfrutado de espaços de formação de excelência que, o diferencia dos demais estudantes cotistas entrevistados.

A escola aonde eu fiz o ensino de 5ª à 8ª série, foi a primeira escola em Cosmópolis a disponibilizar uma biblioteca multimídia e um teatro. Foi a que levou o teatro para minha cidade. Inclusive, o espaço do anfiteatro da escola recebia, e recebe até hoje, espetáculos teatrais, espetáculo de dança, espetáculo de música, muito da questão cultural... não só para a escola como também para a sociedade de fora. E assim, para mim foi muito bom porque eu pude ter contato tanto com professores muito bons que, foi inclusive, uma das coisas que me deram exemplo, sabe!? Que eu falei "nossa, eu preciso ser alguém igual a esta pessoa!" Que, foram, assim, incríveis para mim. E a estrutura que eu tive das escolas... eu nunca estive numa escola precária. (ENTREVISTA, 2018 – 9:28)

⁴⁶ Para saber mais: <http://cosmopolis.sp.gov.br/>. Acessado em 28 de maio de 2018.

Além disto, Lucas Guzzo foi beneficiário de um programa do Governo de São Paulo que o possibilitou cursar inglês e espanhol. O jovem teve a oportunidade de concluir os Ensino Médio sem precisar trabalhar. Assim, gozou de tempo para dedicar aos estudos e se preparar para a universidade. Antes de ser aprovado para o curso de Letras na UFU, Guzzo chegou a se inscrever no ENEM por duas vezes. Porém, em ambas ocasiões não pôde realizar a prova por causa de atrasos. Todavia, Lucas já tinha conhecimento sobre a existência da universidade pública e conhecia, vagamente, sobre as vagas reservadas nos processos de ingresso das instituições de ensino superior.

Tendo concluído o 2º grau escolar, a realidade de Lucas aproxima-se mais dos demais estudantes cotistas, uma vez que se vincula ao mercado de trabalho formal. O discente começou trabalhando como operador de *telemarketing* numa empresa de *Call Center*, depois, assumiu a função de *BackOffice*. Posteriormente, foi vendedor numa banca de revistas e, por fim, assistente de logística em outra empresa. Guzzo compartilha que de todos os lugares por onde passou, o último foi o que lhe ofereceu melhores condições de trabalho. Isto porque como o serviço exigia habilitação em língua estrangeira, o discente era mais bem remunerado.

Entretanto, Lucas permaneceu focado na formação superior. Para isto, ingressou numa instituição privada, onde cursou Comunicação Social com habilitação em Propaganda e *Marketing*. Porém, o que mais lhe chamava atenção era o uso da linguagem e suas abordagens, o que de acordo com o entrevistado era pouco explorado no curso escolhido. Por isto, constatando que a proposta não era a melhor para ele, o jovem trancou a faculdade, se inscreveu no ENEM pela 3ª (terceira) vez, conseguiu realizar a prova e utilizou a nota para ingressar no Programa de Graduação em Letras da UFU.

Nesse ponto, percebemos que apesar da situação de pobreza vivenciada pelo discente, a trajetória de Lucas Guzzo diferencia-se da realidade de grande parte dos demais estudantes cotistas. Isto, porque com as oportunidades que lhe foram dadas ao longo de sua vida, foi possível ao jovem tracejar outras perspectivas. Mesmo que Lucas tenha vivido com as coisas sempre muito contadas e sem excessos (22:22), ele reconhece que os recursos que lhe foram disponibilizados, sobretudo, por seus pais, foram essenciais para sua formação e êxito nos mais variados sentidos. Fazendo um diagnóstico sobre a formação de Lucas, nota-se que as escolas onde estudou, somada a qualidade dos profissionais em Educação, mais a chance de estudar dois idiomas e o fato de concluir a educação básica sem precisar trabalhar, são diferenciais relevantes.

Mesmo eu vindo de uma área periférica, eu sempre via que dos meus pais partiam certo tipo de disponibilidade ou de incentivo, que vários amigos meus não tiveram. E vários amigos meus que eram pretos, que realmente 'tavam' ali sempre trabalhando, desde o ensino médio trabalhando... eu tive a sorte de concluir o Ensino Médio sem precisar trabalhar, coisas que eu via que meus amigos não faziam, sabe!? Porque tinham [que fazer] bicos, tinham que trabalhar... Que já 'tavam' sabendo que o ensino médio era 'pra' concluir pra poder ter um emprego registrado, uma coisa assim. E eu já tinha outras perspectivas porque meus pais me davam essa liberdade de ter uma outra perspectiva. Eu via que não era uma questão do próprio preto querer ou não, tinha a questão do precisar, sabe!? Do rápido! Do precisar parar de ser uma despesa na casa e ser uma renda a mais. (ENTREVISTA, 2018 – 19:14)

Diante disto, pode ser que surja no horizonte, um ponto que tem sido bastante pautado no Brasil, que trata sobre a questão dos *privilégios* e seus reflexos no seio social. A sociedade brasileira em seu conjunto é desigual⁴⁷. Diante desta afirmativa, podemos, a partir do saber histórico, compreender que medidas políticas tomadas em benefício de um único grupo social, acabaram por intensificar as desigualdades sociais que são latentes em nosso país.

Por esse motivo, em nossos dias, muitas denúncias têm sido feitas em oposição a estes privilégios sociais, historicamente acumulados e, em certa medida, perenizados na situação atual. Toda esta contextualização se faz necessária, pois tem-se registrado em alguns espaços de discussões, o que acreditamos ser uma interpretação equivocada a respeito dos privilégios que pontuamos aqui.

Na obra *a História da Educação do Negro e outras histórias* (2005), organizada pela educadora Jeruse Romão (UDESC), os pesquisadores Geraldo da Silva (FATEC/SP) e Márcia Araújo (FATEC/Carapicuíba), apresentam um estudo o qual revela que, para além das violências impostas a comunidade negra trazida do continente africano ao longo do processo de colonização no Brasil, as políticas imperiais acabaram por gerar um fato, até então, pouco explorado pela História da Educação Brasileira: a interdição da comunidade negra na educação formal. Todo este contexto, fez com que a instrução escolar fosse restringida aos detentores do poder, os quais, mesmo com o fim da escravização, permaneceram, *perpetuando-se nos postos burocráticos do Estado, nos cargos políticos e nas melhores posições sociais e econômicas* (SILVA e ARAÚJO, 2005). Inclusive, são estudos como este fundamentam as Ações Afirmativas no Brasil.

⁴⁷ Ver CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.

Todavia, é preciso ter cautela ao abordar a questão dos privilégios. Numa análise comparativa dos casos apresentados até o momento, percebemos que a realidade de Lucas Guzzo é, consideravelmente, diferenciada em relação as experiências das estudantes Anna Luiza (Graduação em História) e Kárita Darc (Graduação em Filosofia). Posto isto, num olhar superficial do quadro apresentado, pode-se dizer precipitadamente que Lucas estaria em situação de privilégio, por ter desfrutado de melhores condições ao longo de sua trajetória.

No entanto, é preciso entender que os recursos pelos quais Lucas Guzzo se amparou para chegar até a universidade, são, na verdade, básicos para a vida de qualquer cidadão. Desta forma, concluímos que Lucas não desfrutou de privilégio algum, mas os recursos básicos de cidadania é que foram negados aos demais que não tiveram as mesmas oportunidades do discente. Obviamente, os privilégios sociais existem (como muito bem ponderado pelos pesquisadores Geraldo da Silva e Márcia Araújo, citados anteriormente). Porém, seria perverso tentar enxergá-los numa realidade que já é de exclusão.

Lucas Guzzo, apesar das oportunidades que usufruiu, enfrentou as estruturas que lhe apontavam outra direção, que não a universidade. Na condição de jovem, negro, *gay*, pobre e periférico, enfrentou as dificuldades de sua realidade. Ao ingressar na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o discente rompeu com muitas das dúvidas que o afligiam ao da Educação Básica, tornando-se o primeiro de sua família a cursar Ensino Superior.

Nosso último entrevistado que integra esta pesquisa, é também do curso de graduação em Filosofia. Pablo Silva Prado, nascido em Varginha, região Sul do Estado de Minas Gerais, cursou parte do Ensino Fundamental na rede privada, por meio de concessão de bolsas e todo o Ensino Médio na rede pública. O discente é filho de pais autônomos que trabalham com vendas de produtos de baixo custo num camelódromo. O jovem cresceu no Bairro Jardim Sion, área bastante pobre de Varginha/MG, marcada pela *alta incidência de crimes e o tráfico de drogas* (16:43).

Pablo morava com os pais e seu irmão gêmeo. No total, eram 4 (quatro) pessoas na casa. Ainda que numa realidade de muitas restrições, seus pais, sem o ensino básico completo, sempre o incentivou a prosseguir com seus estudos e mudar a realidade em que estavam inseridos. Por esse motivo, conseguiram descontos numa escola particular para ambos os filhos. Porém, devido as dificuldades financeiras, foi preciso transferi-los para a rede pública de ensino.

Durante sua adolescência, a mãe de Pablo foi diagnosticada com esquizofrenia. Por esta razão, seu pai optou pelo divórcio. Na ocasião, a mãe que ficou com a guarda dos filhos. O discente recorda que nesse tempo a situação piorou dentro de casa. Enquanto estavam sob responsabilidade da mãe, tiveram o fornecimento de água e energia elétrica suspensos, – precisando contar com ajuda de vizinhos – e, chegaram a ser despejados. No decorrer de todas estas circunstâncias, é de se esperar que a instabilidade vivenciada dentro de casa, refletisse no processo educacional dos filhos. Além disto, a escola configurava-se enquanto um espaço de outras violências que apontam para as práticas de racismo e discriminações correlatas que, permaneceram mesmo com a transferência para a rede pública.

Depois que eu fui para a escola pública, também foi muito difícil a adaptação, porque, apesar de ter vários alunos negros na escola pública, o racismo ainda acontecia na escola, dos colegas, para os colegas, então, acho que todo esse processo afetou muito minha formação pessoal, como eu me enxergo e muitos problemas que depois foram aparecendo sobre mim. (ENTREVISTA, 2018 – 21:58)

Ao abordarmos a transferência de Pablo para uma instituição pública de ensino básico, o jovem destaca que no início, percebia uma diferença no ensino entre os estabelecimentos educacionais da rede privada em relação a rede pública. Por ter vindo de um colégio particular, o discente afirma que,

No começo do Ensino Médio eu sentia que eu tinha uma certa vantagem referente aos alunos que estavam na escola [pública]. Porque a maioria deles tinham estudado em escola pública todo o período, toda formação educacional. Só que esta bagagem... ela esgota, né!? Como eu não terminei nem o fundamental lá [na escola particular], chega um momento que essa bagagem não comportava mais, e aí eu comecei a sentir as dificuldades. (ENTREVISTA, 2018 – 24:59)

Por esse motivo, apesar de Pablo ter uma “vantagem/bagagem” em relação ao ensino disponibilizado na escola pública de sua cidade, o mesmo teve dificuldades com o conteúdo exigido no ENEM/Sisu. Nesta época, o jovem já conhecia as ações afirmativas no Ensino Superior, por meio de uma professora de filosofia da escola que acabou se tornando uma amiga. Além disto, a escola chegou a realizar um debate sobre “Cotas”. Porém, que se restringia na enquete sobre quais pessoas eram “contrárias” e quais eram “favoráveis” a política, sem aprofundamento e/ou problematizações.

O discente compartilha que, dado a forma descuidada em que a questão da reserva de vagas foi abordada quando cursava o Ensino Médio, chegou a ter dúvidas se deveria optar pelas ações afirmativas, uma vez que se sentia diminuído por esta modalidade de ingresso. Contudo, ao concluir o 2º grau, Pablo Silva Prado conseguiu alcançar a média necessária para ingressar no curso de Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), utilizando da reserva de vagas garantidas pela Lei 12.711/12.

Concluído o quadro da trajetória dos estudantes cotistas até a Universidade Federal de Uberlândia (UFU), pode-se explorar as congruências e diferenças nos relatos apresentados, a fim de lançarmos algumas análises que apontam para a realidade dos estudantes cotistas da universidade. No conjunto dos estudantes entrevistados, percebemos que o fato de residirem em bairros periféricos coincide em todos os casos apresentados. Dessa forma, as questões inerentes da vida em periferia acabam por fazer parte da trajetória dos estudantes cotistas.

Se tratando disto, é interessante perceber que nos depoimentos coletados, apesar de mencionarem a realidade de pobreza, criminalidade e outras violências que já são conhecidas e estão, de modo estereotipado, elencadas no imaginário social, que, os bairros periféricos revelam-se também, enquanto lugares de cultura, manifestações populares, convívio social, sensibilidade, reflexão crítica e cooperação mútua. Assim, rompe-se com a visão generalizante de um ambiente delinquente e marginal. Ainda que devamos ter cuidado para não transmitir uma visão romântica da vida nas periferias que, reconhecemos os cerceamentos e demais cruzeiras fazíveis, certamente, convém destacar estes pontos enquanto aspectos consideráveis.

Outro ponto presente nas falas dos estudantes cotistas que salientamos, é o fato da Escola ser um espaço de constante discriminação étnico-racial. Ao contrário do que se espera do ambiente escolar, os estabelecimentos de ensino têm sido terrenos férteis para a proliferação de preconceitos e outras intolerâncias⁴⁸. Ainda que muitos pesquisadores estejam se debruçando sobre esta questão com o intuito de democratizar e tornar o espaço escolar mais agradável, infelizmente, poucos são os avanços nesse sentido. Todo o contexto, acaba por se revelar enquanto nocivo para o desempenho dos estudantes negros. Pois, à medida que estes indivíduos são expelidos do espaço escolar, é compreensível que estes sujeitos passem a não se identificar com a Escola.

⁴⁸ Para saber mais MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. MEC: Brasília, 2005.

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado. (MUNANGA, 2005)

Diante disto, vem à tona as conjunturas que fundamentam as ações afirmativas nas políticas educacionais brasileiras. Numa reflexão histórica sobre a tentativa de introduzir a comunidade negra na educação formal durante o processo de abolição da escravidão no país, o professor Marcus Vinícius Fonseca (UFOP), a partir do estudo sobre a Lei do Ventre Livre⁴⁹, no século 19, evidencia que era de conhecimento das autoridades que a Educação nos moldes do chamado Mundo Moderno, seria essencial para inclusão dos negros na sociedade. Inclusive, chegou-se até mesmo, ensaiar uma “política pública” voltada para a educação das crianças negras recém-libertas. Todavia, a proposta não prosperou, pois contrariava os interesses escravagistas que prevaleciam no interior do Império⁵⁰.

Nesse sentido, a análise que realizamos confirma o que é sabido acerca da abolição da escravidão no Brasil, ou seja, seu caráter excludente, sobretudo no que diz respeito ao tratamento dispensado aos negros escravizados. Mas, por outro lado, a análise desse processo na perspectiva da questão educacional revela que havia uma consciência acerca da importância da educação como elemento de inclusão social. O que nos leva a crer que, entre essa consciência e a atitude de não tornar a educação um bem acessível aos indivíduos oriundos do cativeiro, o que verdadeiramente se construiu foi a determinação de incluir os ex-escravos e seus descendentes de forma absolutamente marginal na sociedade organizada a partir do trabalho livre. (FONSECA, 2001).

⁴⁹ Aprovada em 1871, o texto integra o conjunto de leis abolicionistas no Brasil. De acordo com a redação, as crianças nascidas de mulheres escravas passavam a ser consideradas na condição de “livres”. Todavia, estudos revelam contradições no cumprimento e no próprio texto desta legislação. Ver MATTOSO, Kátia de Queirós. **O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 8, n. 16, 1988.

⁵⁰ FONSECA, Marcos Vinícius da. **As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil**. IN: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves et al. Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro. Ação Educativa: São Paulo, 2001.

Não obstante, a situação da comunidade negra permaneceu árdua ao longo do século 20, subsequente. Com o fortalecimento das teorias eugenistas que hierarquizavam os grupos étnicos, a partir da exaltação da “raça ariana” (branca), em detrimento das etnias negras e indígenas, embasadas nos discursos do Racismo Científico, a comunidade negra manteve-se institucionalmente perseguida por décadas, para a consolidação de um modelo racista de ordem social.

Na obra intitulada *Quem é bom já nasce feio – sanitarismo e eugenia no Brasil*, lançada em 2003, de autoria do historiador André Mota (USP), o pesquisador apresenta um panorama sobre a eugenia enquanto um projeto nacional brasileiro. Por meio de seus estudos, compreendemos as transformações das cidades com a chegada das ideias sanitárias, as políticas voltadas para os “imigrantes indesejáveis” e, mais especificamente, a atuação dos paulistas frente a visão nacional da época. Todavia, nos interessa aqui o que Mota denomina de um Plano de Higiene Racial, vigente na primeira metade do século 20 que, no geral, defendia o embranquecimento da população brasileira.

Se o sanitarismo impulsionava o país na sua constituição nacional, a eugenia era tida como um passo à frente nesse processo. Asseguradas as condições de salubridade, seria a hora de voltar-se igualmente e com os mesmos esforços para o aperfeiçoamento dessa raça. Era o momento de avaliar a constituição biológica desse homem e implementar um projeto que, de fato, "fabricasse o brasileiro ideal". Assim, muitas dessas prédicas foram sendo implementadas em diversas cidades do país, podendo ser encontradas, de diversas maneiras e intensidades, em manuais de ensino, livros universitários, em práticas e legislações de hospícios, asilos e orfanatos. Juntava-se a esse arsenal prático o branqueamento da população pela presença dos exaltados "arianos" estrangeiros. (MOTA, 2003)

Dessa forma, a comunidade negra se viu diante de novas práticas de subalternização e exclusão. No entanto, é preciso levar em consideração que estes sujeitos não permaneceram inertes frente as injustiças que lhes eram impostas. Por meio das organizações políticas, a comunidade negra conseguiu avançar no interior das instâncias de poder, no sentido de opor-se as concepções racistas preponderantes no início do republicanismo brasileiro. Toda esta movimentação, é muito bem documentada no texto *O movimento negro educador: Saberes construídos nas lutas por emancipação*, de autoria de Nilma Lino Gomes (UFMG).

Neste trabalho, a pesquisadora está preocupada na atuação do Movimento Negro, no sentido de construir alternativas para a realidade na qual estavam inseridos. Evidenciando, a importância das ações promovidas pela Imprensa Negra enquanto *produtora de saberes emancipatórios sobre a raça e as condições de vida da população negra*⁵¹, da Frente Negra Brasileira (1931) e do Teatro Experimental do Negro (1944-1968). No qual, de acordo com Gomes, contribuíram para a formação dos *saberes identitários, políticos e estético-corpóreos* do Movimento Negro que se fortificou ao longo da segunda metade do século 20.

Todavia, o que mais nos interessa nas abordagens da pesquisadora é o fato de que as experiências sociais ao longo da História do Brasil, acabaram por provocar a resistência negra, escalada a partir da organização do Movimento Negro Brasileiro. O qual, será protagonista na desconstrução das teorias raciais e, sobretudo, nas políticas reparatórias de ações afirmativas e de promoção da igualdade racial no Brasil. As quais foram amplamente debatidas durante o processo de redemocratização (1985) e aprovadas, majoritariamente, no século 21. Assim, o Movimento Negro, *constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como o racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas* (GOMES, 2017). No qual, a vista desse entendimento, acompanhado da organização ativista e de reivindicações políticas, traçaram outras perspectivas para a realidade da comunidade negra no Brasil.

Diante disto, a partir deste breve histórico sobre a situação dos afro-brasileiros nos últimos três séculos, percebemos parte das movimentações necessárias para que, em nossos dias, estudantes como os entrevistados nesta pesquisa, pudessem ocupar cadeiras nos cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Poderíamos aprofundar em outras questões que interferem na trajetória desses estudantes e apontam para uma realidade em comum. Como, por exemplo, os vínculos empregatícios na adolescência, o núcleo familiar ou a saúde mental desses sujeitos ao longo de sua formação básica. No entanto, os aspectos abordados até aqui, já atendem com a proposta desta parte do capítulo, uma vez que nosso objetivo era de construir uma narrativa capaz de apresentar a realidade em que estes sujeitos estavam inseridos antes de ingressarem na universidade.

⁵¹ Ver GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

Olhares sobre a vida acadêmica: Atuação, desafios e perspectivas dos estudantes cotistas da Universidade Federal de Uberlândia

Certamente, a Universidade configura-se como um espaço de múltiplas possibilidades. Depois de ingressar no mundo acadêmico, muitas transformações são percebidas na vida dos indivíduos. Mudanças que vão para além do saber acadêmico-científico. Como, por exemplo, a aproximação com a diversidade das manifestações culturais, ligação com uma consciência identitária, formação de um pensamento crítico, construção de novos nichos sociais, viabilidade de viagens, atuação política, dentre outros itens. Todo esse contexto, faz com que a universidade assuma uma importância que supera as salas de aulas, uma vez que dispõe de recursos que reflete na vida dos acadêmicos em todos os sentidos.

Posto isto, se tratando dos estudantes cotistas que tem ingressado na universidade, a realidade não é diferente. Ao longo das entrevistas realizadas, buscamos abordar a atuação acadêmica dos estudantes cotistas entrevistados, destacando as mudanças na vida desses sujeitos, possibilitadas por intermédio da Universidade. Não obstante, procuramos sublinhar o papel que estes estudantes têm desempenhado no interior das instituições de ensino, evidenciando a maneira pela qual a presença de discentes *pretos, pardos e indígenas* interferem no cotidiano universitário. Dessa forma, nesta parte final do capítulo, nos dedicaremos na trajetória acadêmica dos entrevistados, pautando o desempenho universitário e seus desafios no mundo acadêmico, bem como as perspectivas destes sujeitos em relação a universidade.

Seguindo a mesma ordem de apresentação utilizada anteriormente (conforme a classificação alfabética), Anna Luiza Rodrigues, do curso de Graduação em História, ingressou na universidade em 2015. A discente compartilhou que no primeiro ano do curso, enfrentou muitas dificuldades de adaptação. Por esse motivo, chegou a pensar em *desistir e largar tudo* (2:32). Porém, por causa de sua proximidade com uma professora do Instituto de História e os diálogos ocorridos entre elas, Anna conseguiu se organizar e optou por continuar cursando a graduação.

Do conjunto de dificuldades enfrentadas pela discente, uma delas foi com a escrita, bastante exigida no curso. Por esse motivo, a jovem acabou se fechando para o curso. Dessa forma, Anna Luiza se viu diante de uma situação inusitada, na qual, apesar de cumprir com as atividades, sentia-se bloqueada para entregar aos professores.

Eu tive muita dificuldade de fazer as provas e entregar. Então, eu fazia todas as provas, mas eu não entregava. Porque eu tinha muito medo de ser julgada. Ai eu passei um ano, a metade de 2015 e o 1º semestre de 2016, com um monte de provas [prontas] em casa e não entregava. (ENTREVISTA, 2018 – 2:41)

Diante desta situação, surge uma questão que é também vista no depoimento dos demais estudantes entrevistados. Tendo em vista que muitas instituições públicas de Ensino Médio não dispõem dos recursos necessários para preparar os estudantes para o ingresso no Ensino Superior da maneira ideal, os estudantes oriundos da rede pública tendem a ter dificuldades na adaptação ao chegar na universidade. Todavia, tal como percebemos no caso da Anna Luiza, devido ao estereótipo que se tem em relação aos universitários cotistas, alguns são induzidos a desistirem dos cursos de graduação, antes mesmo de identificarem suas ausências.

Convém ressaltar que a jovem não deixava de realizar as atividades propostas, mas o *medo de ser julgada* fazia com que ela não as entregasse. Ainda que os trabalhos que já estivessem prontos. No entanto, tendo em vista que a discente encontrou apoio em uma das professoras do curso, esta dificuldade foi superada. Contudo, é importante destacar que nem todos os estudantes cotistas contam com este tipo de apoio.

Quando questionada sobre as atividades que a jovem desempenha na universidade, Anna Luiza nos conta que participa das Assembleias Estudantis, joga *basquete* e *handball* pela Associação Acadêmica de Atlética de seu curso, integra o coletivo feminista de mulheres negras *Bonecas de Pixe*, além de se dedicar aos estudos. Anna Luiza acrescenta ainda que, depois de ter ingressado na universidade, conseguiu romper com muitos dos dogmas que trazia dos ensinamentos cristãos. Elencamos esta informação aqui, pois, tal como colocado pela entrevistada, este representa um momento significativo em sua vida.

Eu comecei a ver que o mundo é muito mais do que eu vivia. As coisas não são daquele jeito, sabe!? E tipo assim, eu comecei a me experimentar num mundo diferente, de uma forma diferente e comecei a fazer coisas diferentes. Comecei a sair mais, porque eu nunca tinha saído. ‘Pra’ você ter noção, eu entrei na UFU em 2015, eu fui no bar esse ano! Em 2018! Por causa da “Recepção dos Bichos” [um evento do curso]. Então, tipo assim, são coisas muito pequenas, sabe!? Por exemplo, ‘tá’ tudo bem se você quiser fazer um acompanhamento com uma terapeuta. Isto, ‘pra’ eles, é uma coisa que tá assim... fora de cogitação. Então, assim, coisas simples, começaram a fazer parte [da minha vida] e eu comecei a ver que era tudo bem diferente. (ENTREVISTA, 2018)

Diante das colocações da discente, torna-se evidente o papel que a universidade desempenha na vida dos estudantes para além da formação acadêmica. Configurando-se assim, enquanto um espaço de múltiplas possibilidades na vida desses sujeitos. Dessa forma, é entendível que através do acesso ao Ensino Superior, a realidade desses estudantes pôde ser transformada a partir de novos olhares sobre a própria trajetória em que trilharam até a universidade, por exemplo. Por fim, questionamos a discente sobre suas pesquisas. Atualmente, Anna Luiza tem estudado a solidão da mulher negra na infância.

Nos últimos tempos, temos registrado maior preocupação com as discussões sobre *gênero*⁵² no universo acadêmico. Por esse motivo, dentre as transformações impulsionadas por esse movimento, as mulheres têm sido lidas a partir de perspectivas que tem revisto o lugar do feminino, sobretudo, na historiografia⁵³. Todavia, não podemos deixar de pontuar o fato de esta observação estar associada também, a maior participação das mulheres na produção do saber⁵⁴. Todo este contexto tem apontado para a existência de um lugar social de fala⁵⁵ que, dentre seus efeitos, tem redirecionado o interesse dos agentes pesquisadores para questões, historicamente, *invisibilizadas* na ciência.

Posto isto, podemos concluir que com a inserção desses novos grupos sociais na universidade, provoca-se também, uma mudança na maneira pela qual a própria ciência é produzida. Pois, levando em consideração o fato de a discente ser mulher negra (seu lugar de fala) que, utiliza de sua formação para pesquisar a situação das mulheres negras na infância, certamente, devemos considerar que, em outras conjunturas, sem a presença destes sujeitos na universidade, estudos como este poderiam ser secundarizados ou produzidos de maneira distante da realidade dos personagens sociais analisados.

⁵² Ver SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p.71-99, Julho, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> . Acesso em: 05 jun. 2018.

⁵³ Para maiores informações: PERROT, Michele. **Minha História das Mulheres**. Contexto: São Paulo, 2007.

⁵⁴ Ver SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2010.

⁵⁵ Confira RIBEIRO, Djamilia. **O que é lugar de fala?** Letramento: Belo Horizonte, 2017.

Dessa forma, a presença de Anna Luiza Rodrigues na universidade, aponta para o fato de causar mudanças que se refletem nas estruturas da universidade e, ao mesmo tempo, em transformações significativas em sua vida. Evidenciando esta *via de mão dupla* que configura o espaço acadêmico.

Kárita Darc Machado, nossa entrevistada do curso de graduação em Filosofia, entrou na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em 2014. Ainda no início de nossa entrevista, a discente afirma que sente que a base escolar que trouxe do Ensino Médio é menor que a de seus colegas de turma que tiveram acesso a escolas mais bem estruturadas. Todavia, ainda diante destas dificuldades, a jovem tem se dedicado aos estudos e buscado permanecer na academia.

Atualmente, a discente ainda não tem um tema de pesquisa definido, mas se interessa pelas temáticas que englobam as questões identitárias. Não obstante, a graduanda participa de ações dentro da universidade que vão para além das atividades em sala. Kárita é integrante de um coletivo de arte intitulado *Ocupa Teatro*. O grupo surgiu ao longo do ano de 2016, quando a discente, juntamente com outras pessoas, se envolveu nas mobilizações grevistas que marcaram o país. Na época, os jovens ocuparam blocos da UFU por alguns meses, em protesto as medidas políticas do governo federal, depois do então vice-presidente, Michel Temer (PMDB), assumir a cadeira da presidenta eleita, Dilma Rousseff (PT), por meio de um controverso processo de *impeachment*. Mesmo com o término da greve, o coletivo continuou atuante no município de Uberlândia/MG, com apresentações em diversas cidades do país.

Nesse sentido, surge um ponto interessante na entrevista com Kárita Darc. Ao longo de suas colocações, percebemos que a discente é bastante engajada em atividades de extensão, que possibilitam deslocar-se da universidade e, do mesmo modo, em eventos com proposta interdisciplinar. Desta forma, ainda que a discente não compartilhe, declaradamente, da mesma leitura que a nossa, o aprendizado que a universidade fornece a graduanda por meio dos espaços em que transita dentro da academia, certamente, a formará enquanto uma profissional mais bem preparada para lidar com questões que, eventualmente, transpassem, no caso, o ensino de Filosofia.

Todavia, o que mais nos chama atenção no relato da discente, é a maneira que ela enxerga a universidade e os desdobramentos que precisa fazer para se manter no curso. Por causa da carga horária dedicada a graduação, desde que ingressou na UFU, Kárita não tem trabalhado com emprego formal. Por esse motivo, para ajudar a se manter na universidade, Kárita se submete aos empregos informais.

Até a coleta das informações para esta entrevista, além da assistência com transporte e o auxílio alimentação no Restaurante Universitário (RU), a graduanda, ao longo de todo o curso, não havia recebido nenhum tipo de subsídio financeiro para se manter na universidade como, por exemplo, bolsas de projetos de *pesquisa* ou voltados para *extensão*.

Eu tenho o auxílio refeição que é o R.U., almoço e janta. Tenho o vale transporte, 'pra' vir 'pra' cá e voltar. Esses são os dois únicos auxílios que eu tenho, nunca recebi nenhuma bolsa de salário, de valor...preciso inclusive. Eu passei dois anos, assim, me inscrevendo em várias bolsas, várias entrevistas, dos órgãos aqui dentro da universidade. Porém, assim...devido a minha bagagem, né!? Acho que eu nunca consegui manter um nível alto na minha carga horária, no meu C.R.A. que é exigido de maior parte aqui na universidade. Meu C.R.A. nunca foi aquele C.R.A. exemplar. Diferente de alguns alunos aqui. E, isso sempre me impossibilitou também. E graças também, a todo esse atraso, essa falta de renda. Porque daí também, eu não consigo ter bolsa, 'pra mim' trabalhar fora da universidade me atrasa 'pra' continuar mantendo os meus estudos. Devido a todo esse atraso eu tive que começar a fazer 'tramos' por fora e 'pra' ter dinheiro pra continuar mantendo os meus estudos, isso começou a enfraquecer meus estudos. Hoje meu C.R.A. 'tá' cada vez mais baixo. Eu não consigo arrumar um emprego fichada, por isso. Porque daí agora eu 'tô' muito tempo sem trabalhar também, né!? Devido a universidade. E 'tá' virando uma bola de neve. Assim, minha vida completa. E aí eu não consigo arrumar bolsa porque meu C.R.A. foi lá 'pra' baixo, literalmente. Mas é isso, assim. Até então, eu 'tô' vendo até aonde eu consigo ficar de pé. (ENTREVISTA, 2018 – 32:13)

Diante do relato de Kárita Darc sobre sua atual situação na universidade, surge uma série de questões que evidenciam a importância da assistência estudantil para que os estudantes cotistas, permaneçam na universidade. Num estudo elaborado para dissertação de mestrado, intitulada *Equidade e Eficácia na Educação: Contribuições da Política de Assistência Estudantil na permanência e desempenho discente* (2015), a educadora Dacíola Figueirêdo de Andrade Baqueiro (UFBA), analisando a política de permanência estudantil instituída em 2011, no Instituto Federal da Bahia (IFBA), evidencia que a preocupação com as questões de ordem sociais, psicológicas e econômicas, foram/são fundamentais para o bom desempenho dos estudantes cotistas⁵⁶.

⁵⁶ Ver BAQUEIRO, Dacíola Figueirêdo de Andrade. **Equidade e eficácia na educação: contribuições da política de assistência estudantil na permanência e desempenho discente**. 157 f. 2015. (Dissertação Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

Elencamos as análises realizadas por Baqueiro, pois, além de o programa examinado contemplar estudantes do nível Médio e Superior, como também, serem cotistas, as políticas de ações afirmativas, tanto de Reserva de Vagas como de Assistência Estudantil, no IFBA, são anteriores as políticas federais. Assim, os programas pesquisados fundamentaram a construção de políticas similares, no âmbito nacional.

Dessa forma, foi por meio da experiência das instituições públicas, percussoras nas ações afirmativas, como o IFBA, por exemplo, que o governo federal publicou o Decreto Nº 7.234/10 que, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e, posteriormente, instituiu a política de reserva de vagas por meio da Lei 12.711/12. Nesse instante, a partir do caso da Kárita Darc, traremos algumas reflexões acerca do PNAES, especificamente.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), apesar de ter sido decretado em 19 de julho de 2010, tem sido pautado, no Brasil, desde 1928, no qual, com a inauguração da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, ocorreu a primeira manifestação com o intuito de apoiar universitários que estudavam na França, mas tinham dificuldades de se manter na cidade⁵⁷. Todavia, foi preciso quase um século entorno de discussões que conciliassem Ensino Superior com Assistência Social, para que resultasse numa política voltada para assistência dos estudantes (IMPERATORI, 2017).

Todavia, o fato de o programa ter sido aprovado por Decreto do então presidente Lula (PT), evidencia, dentre seus muitos aspectos, as disputas que existiam/existem na política nacional em relação à proposta⁵⁸. Toda esta contextualização, nos serve para exemplificar o fato de que o auxílio socioeconômico para universitários não é consensual, nem prioridade na esfera pública (DUTRA, 2017).

⁵⁷ Para maiores informações IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 1, n. 129, p.285-303, ago. 2017. Quadrimestral.

⁵⁸ Ver DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, [s.l.], v. 25, nº 94, p.148-181, mar. 2017. FapUNIFESP (SciELO).

De acordo com o texto legal do PNAES, o Programa existe com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior Pública Federal. Dessa forma, objetivando democratizar as condições de permanência dos universitários, bem como, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão, como também, contribuir para a promoção da inclusão social pela educação, o PNAES apresenta uma série de ações que, articuladas com as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão (o tripé universitário), se propõe ao atendimento dos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Assim, através do PNAES, os estudantes têm direito a moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (BRASIL, 2010).

No entanto, ainda que sejam muitos os direitos expressos na redação do Decreto, acompanhando casos como o da discente Kárita Darc, nota-se uma discrepância entre as garantias legais e a realidade de estudantes em vulnerabilidade no interior das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Por meio do relato da discente, percebemos que, mesmo a graduanda tendo acesso ao transporte e alimentação, tratam-se de recursos estruturais que, apesar de serem importantes para permanência da estudante na universidade, não são suficientes para impedir a evasão.

Além disto, convém destacar que as bolsas concedidas a graduanda, não estão ligadas a nenhum dos eixos de Ensino, Pesquisa ou Extensão. Desta forma, prioriza-se a frequência da discente, mas não garante que ela seja, de fato, incorporada no cotidiano acadêmico. Não obstante, é importante abordar também que, por parte da discente existe interesse em estar inserida nos projetos da universidade. Por esse motivo, a mesma tem participado dos processos de seleção internos. Porém, em contrapartida, para acesso a estes projetos, a universidade exige requisitos que, ao mesmo tempo, não fornece as condições necessárias para que a estudante possa alcançar.

Você entra já comprovando que a sua renda é zero, que você tem uma renda mínima. Já é muito difícil estar aqui e se manter, sabe!? A universidade é gratuita, é pública, mas ela é gratuita no sentido de mensalidade. Porque o custo financeiro aqui dentro é muito alto, sabe!? (...) a política de cotas (...) vem te jogando como se fosse um favor. Já te jogaram aqui dentro! (...) é muito difícil, porque daí a gente vem na intenção de que vai ser tranquilo por ser numa pública, né!? Porém, não é tão fácil assim quanto parece. (...) A maioria das pessoas do meu curso vem de outras cidades. Já vem com a estrutura. Que a família já tem uma base ali, 'pra' manter a pessoas nesse tempo. Ela já 'tá' toda preparada 'pra' 'tá' esse período desse estudo. Toda ali cercada de benefícios, né!? Que ela vai ter, que ela vai conseguir se manter no curso. E você precisa desses benefícios porque não é gratuito, sabe!? Não é você só vir estudar e 'tá' tudo certo. Tem muitas coisas que a gente tem que manter. A gente come, a gente vive, a gente calça, a gente tem que comprar apostila, a gente tem que ler a apostila, a gente tem que ter um computador, a gente tem que ter um celular mais ou menos pra 'tá' falando com as pessoas. Então, é tudo um custo, é tudo difícil. Então, eu acho que... é! Eu acredito que a política de cotas ela é muito boa, ela é ótima, ela começou a nos trazer 'pra' esse espaço. Só que eu acho que 'tá' na hora dela ser bem melhor reavaliada e reestruturada. (ENTREVISTA, 2018 - 36:20)

Analisando a trajetória dos estudantes cotistas, é notável a realidade de pobreza vivenciada pela maioria ao longo da vida. Assim, não existem dúvidas quanto ao fato de os estudantes que ingressam por ações afirmativas precisarem de assistência para se manter na universidade. Porém, a medida que conhecemos quem são os estudantes que fazem uso das ações afirmativas, percebemos que, mesmo depois de ingressarem na universidade, continuam enfrentando muitas dificuldades. Ainda que os recursos do PNAES estejam disponíveis para estes estudantes, devido a uma série de questões, como, por exemplo, acesso a informação, preparação, desempenho acadêmico, dentre outros, estes não desfrutam integralmente dos benefícios.

Toda esta situação acaba por refletir na relação dos estudantes cotistas com a universidade. Considerando que estes estudantes não são inseridos nos projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, somado as restrições econômicas, a discriminação existente no espaço universitário, o baixo rendimento acadêmico e as reiteradas frustrações advindas de processos seletivos dos quais se quer são informados dos motivos de não terem sido aprovados, faz com que a universidade, assim como a experiência escolar da Educação Básica, se configure enquanto um dos piores espaços para se estar.

A universidade é um lugar muito enriquecedor, porém as pessoas aqui não são tão enriquecedoras assim, eu diria. É um lugar que nos propõe muitas coisas, muito amplo assim, eu tive um crescimento muito grande desde que eu entrei aqui dentro. Porém tive desagrados também, muito grandes. Conheci coisas que eu jamais imaginei ver, assim... e... O patamar de vida das pessoas também, comparado ao meu, às vezes é um pouco assustador. E isso me deixa um pouco desmotivada também. Principalmente no meu curso. Por ser um curso muito elitista, eu diria. E...é... Sei lá! Isso 'pra' mim me deixa um pouco desmotivada, também. Porque é difícil, né!? [Suspiros]. É muita desigualdade num sentido muito grande. E, é muito difícil 'pra' mim mudar isto, sabe!? Eu 'tô' num estágio que eu nem sei mais o que falar sobre isso. Porque eu 'tô' tentando me aceitar nesse meio. (ENTREVISTA, 2018 - 23:38)

Ainda que os relatos apresentados por Kárita Darc, revelem o lado perverso que surge das imperfeições detectada nas ações afirmativas, na universidade, a jovem faz questão de pontuar, sempre que possível, o fato de a universidade ser também, propulsora de significativas transformações em sua vida. Ao longo desta entrevista, a graduanda prossegue conversando sobre a importância do espaço universitário para as transformações que ocorreram em sua vida depois de ter ingressado no curso de Filosofia.

Por várias vezes ao referir-se à universidade, a discente repete a frase “virei outra pessoa”. Isto, porque de acordo com Kárita, depois de ter ingressado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), adquiriu maior consciência étnico-racial e passou a ter orgulho e mais respeito com sua cor (29:02). Além disto, por meio da Universidade, a discente pode ir a regiões que nunca havia ido antes, como, por exemplo, Fortaleza (CE), Blumenau (SC), várias vezes ao Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA). Nestas duas últimas cidades, Kárita destaca que foi quando começou a ter contato maior com a cultura afro-brasileira que, antes não possuía.

Kárita Darc Machado é, de modo geral, o grande exemplo de sucesso acadêmico que abordamos no primeiro capítulo. Em conformidade com os estudos do professor Rodrigo Ednilson de Jesus (UFMG) que, também citamos anteriormente, mesmo que a discente ainda não apresente um rendimento que seja quantificado pelo CRA (Cálculo de Rendimento Acadêmico), a mesma, depois de ter ingressado na universidade, conseguiu romper com muitas das estruturas que a condicionavam a uma realidade mais limitadora e, mesmo com as dificuldades que ainda enfrenta, trilhou uma jornada em direção a algo que transformou sua vida.

A discente prossegue a entrevista abordando um pouco das dificuldades que tem enfrentado na área emocional e de saúde mental, em geral. Porém, não deixa de pontuar sua persistência e resistência dentro da academia. Afirmando que, *é muito difícil, dá vontade de enlouquecer, dá vontade largar tudo, dá um desespero de vez em quando. Mas eu 'tô' de pé!* (39:22). Diante de tudo o que foi exposto, Kárita finaliza dizendo: *'tô' aprendendo, é isto que eu tenho a dizer. 'Tô' num lugar de aprendizagem, aprendendo* (40:09).

Obviamente, não podemos relativizar as angústias que Kárita tem passado dentro da universidade. Porém nosso objetivo ao elencarmos estes trechos, serve para evidenciar a necessidade de se pensar a política de cotas, a partir da perspectiva de ações afirmativas. Ou seja, não basta uma medida para equiparar as oportunidades, mas um conjunto de ações que sejam capazes de reparar as estruturas que condicionaram sujeitos como Kárita Darc Machado para o lugar de onde cresceu, com restrições e opressões que ainda enfrenta.

Lucas Guzzo dos Santos, nosso terceiro entrevistado, desfruta de uma realidade diferenciada. Podemos dizer que dos entrevistados, o jovem que, teve acesso a uma educação básica mais bem estruturada, conseguiu incorporar-se melhor na universidade. Todavia, isto não significa que não tenha que pelear por sua permanência no curso.

Vinculado ao Programa de Graduação em Letras, o jovem, logo no primeiro ano de curso, tornou-se representante discente, integrando a gestão do Diretório Acadêmico Vinícius de Moraes (DALVIM), de seu instituto. A organização estudantil, com finalidade deliberativa, representa todos os discentes de graduação de seu curso. Quanto a isto, Lucas afirma que considera importante a participação nas construções políticas da universidade (2:42). Por isso, sempre que possível, o jovem está inteirado das movimentações políticas no *campus*.

É interessante as colocações do discente, pois vai ao encontro com o trabalho de dissertação de mestrado elaborado pelo sociólogo Marco Aurélio Monteiro (UNESP), intitulado *Universidade pública e cultura política* (2007). Na obra, a partir da análise do comportamento dos estudantes da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Campus Araraquara, o autor evidencia a maneira pela qual o espaço acadêmico configura-se enquanto um lugar de conhecimento político e democrático, o qual reflete na cultura política.

De acordo com o sociólogo, todo este processo contribui de forma minuciosa, para que muitos estudantes assumam consciência política, tornando-se em muitos casos, agentes políticos em diversas esferas de poder (MONTEIRO, 2007). Dessa forma, a universidade seria dentro de todas as suas possibilidades, uma “agência de socialização política”⁵⁹.

Toda esta contextualização, nos serve para apontar o quanto o espaço acadêmico, proporciona possibilidades de formação que superam o conhecimento, exclusivamente, em sala de aula. Lucas Guzzo que, atualmente, por causa da universidade, está sem vínculo empregatício formal, tem usufruído destas oportunidades. Em sua trajetória na universidade, o discente conseguiu ser aprovado no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), o qual além de ter melhor preparado para o ambiente escolar, na condição de professor de educação básica, auxiliou o jovem em seus estudos com uma bolsa no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Convém destacar que, no projeto escolhido pelo discente, priorizava-se as discussões voltadas para os conteúdos da Educação para as Relações Étnico-raciais.

Tendo o jovem concluído o projeto PIBID, foi preciso prestar outro processo seletivo a fim de ter outra formação prática e, ao mesmo tempo, conseguir recursos para custear a universidade. Por esse motivo, Lucas concorreu a vaga de revisor do Jornal da UFU, da Diretoria de Comunicação (DIRCO), sendo aprovado em 1º lugar.

Através do trabalho desempenhado na DIRCO, Lucas recebe um auxílio no valor de R\$496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais). O jovem destaca a importância desse vencimento no complemento de sua renda mensal. Além de fortalecer seu currículo. No presente, o discente é responsável por revisar todas as publicações feitas pela Diretoria de Comunicação da UFU. Semelhante aos demais entrevistados, de acordo com o discente, *a universidade foi uma mudança muito drástica [em sua] vida* (22:58). Todavia, na medida do possível, tem procurado usufruir dos benefícios da instituição.

Na universidade eu achei lugar para falar de coisas que eu nunca tinha falado com outras pessoas. Inclusive, de ouvir coisas que eu nunca tinha ouvido. De saber que a área das Relações Étnico-raciais era um campo do conhecimento. Jamais podia imaginar! Jamais podia imaginar que haviam pessoas que estudavam e pesquisavam isto especificamente. Eu achava que era sempre

⁵⁹ Ver MONTEIRO, Marco Aurélio. **Universidade pública e cultura política**. 2007. 120 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

uma vertente da Sociologia, ou da História, ou da Geografia, 'pra' fazer senso, fazer contagem de pessoas... Mas nunca tinha visto como uma área de conhecimento. E, ver isso na universidade foi maravilhoso 'pra' mim. Eu me identifiquei, eu gostei muito, e é algo que eu pretendo levar 'pra' frente. (...) A questão de gênero se fez muito presente de uma forma diferente, né!? Eu sempre convivi muito com essa diversidade, quanto de gênero como de sexualidade. Sempre tinha pessoas ao meu redor de todas as formas. Desde transexuais, mulheres trans, homens trans, gays, lésbicas. Todo tipo de diversidade de gênero... Só que, isso passou a ser debatido de uma forma não convencional, como era. Porque a gente não discutia muito essas questões. A gente simplesmente vivia, eu no caso né!? Vivia e assim, não me atentava a questões de debater ou de ter concepções mais elaboradas sobre essas determinadas questões. (ENTREVISTA, 2018 - 24:27)

As colocações de Lucas Guzzo, reforçam nosso entendimento acerca do espaço universitário enquanto difusor de múltiplos saberes. Por meio de sua inserção na universidade, foi possível ao jovem, por exemplo, conhecer e aprofundar-se no estudo das Relações Étnico-raciais, como também, nas discussões sobre gênero e sexualidade. Certamente, tal como abordamos anteriormente, o lugar social do estudante deve influenciar nestas descobertas. Porém, o fato de a identidade do sujeito refletir em seus estudos, não deve servir para minimizar suas produções. Pelo contrário, potencializa as investigações e rompe com a falácia de uma narrativa imparcial que, baseada em concepções positivistas, por tempos, esforçou-se em policiar os métodos de pesquisa⁶⁰.

Contudo, Lucas Guzzo dos Santos, mesmo vindo de uma família simples, tem se esforçado no sentido de usufruir ao máximo das possibilidades que a universidade tem a oferecer. Ao longo de sua entrevista, por ser de fora, o jovem compartilhou que precisa do auxílio da família para se manter na cidade. Situação que o deixa bastante desconfortado, uma vez que seus pais precisam economizar no próprio consumo para ampará-lo. Para o discente, as políticas de ações afirmativas são essenciais para ascensão social da comunidade negra no Brasil. Porém, de acordo com o graduando, é preciso maior fiscalização da universidade no sentido de averiguar quem são as pessoas que fazem o uso desta política. Pois, na percepção do estudante, *tem gente que nunca na vida foi visto como preto. Tem gente que não é preto! Nem mestiça a pessoa é (...). Acredito que haja muita fraude nessa questão da autodeclaração. (37:22)*

⁶⁰ Ver CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) **Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia**. Campus: Rio de Janeiro, 2011.

Além disto, o estudante aponta a necessidade de a universidade investir em ações que possibilitem aos estudantes negros do Ensino Médio, terem ciência da política de cotas, a partir de uma perspectiva afirmativa. O discente finaliza sua entrevista denunciando que os estudantes cotistas não têm um sentimento de pertencimento em relação a universidade, e que falta unidade entre os discentes que ingressaram por cotas raciais dentro do *campus*.

Por fim, apresentaremos nosso último entrevistado, Pablo Silva Prado. O estudante que, certamente, emociona muitos com sua trajetória até a universidade, semelhante aos demais cotistas, também teve sua vida transformada depois de matricular-se no curso de graduação em Filosofia. A grande conquista acadêmica apontada pelo discente, é o fato de integrar o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UFU (NEAB). Atualmente, o jovem recebe uma bolsa no valor de R\$ 496,00 (quatrocentos e noventa e seis reais) do NEAB. O mesmo afirma que usa esse recurso para se manter na cidade.

Pablo depois de ter entrado no curso, percebia situações de ordem política que o incomodava em seu Instituto. Por esse motivo, juntamente com seus colegas, concorreu as eleições e assumiu a coordenação geral do Centro Acadêmico de Filosofia (CAFIL). Assim, passou a fazer parte do Movimento Estudantil (ME). Sendo também, bolsista do PNAES, chegou a residir na Moradia Estudantil, mas por dificuldades logísticas e questões de convivência, preferiu mudar-se para uma república⁶¹. Todavia, recebe auxílio no valor de R\$ 400, 00 (quatrocentos reais) destinados para o pagamento do aluguel.

As bolsas que Pablo recebe, ainda não são suficientes para custear todos os gastos mensais. Para melhorar suas condições de vida, o discente nos conta que chegou a trabalhar num *Call Center* durante o período da graduação. Porém, ao perceber a queda considerável no seu rendimento acadêmico, teve de optar por priorizar a graduação, rompendo com o vínculo empregatício.

Optei por viver uma vida que não é confortável 'pra' mim. Então, eu passo cerceamento de alimentação, adquirir bens... bens eu não tenho nenhum! Tipo, nem notebook que é algo básico 'pra' qualquer universitário poder fazer seus trabalhos etc... que, é algo que vai te acompanhar por todo seu curso, eu não tenho.
(ENTREVISTA, 2018 – 14:33)

⁶¹ [Por Extensão] Moradia coletiva composta somente por estudantes. [REPÚBLICA]. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2018. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/republica/>>. Acessado em: 22 ago. 2018.

No entanto, o jovem acredita que fez a melhor escolha e, à sua maneira, tem se organizado para usufruir da vida universitária. Uma das grandes mudanças apontadas pelo estudante depois de ter ingressado na universidade, diz respeito a sua sexualidade. Na condição de *gay*, Pablo recorda que o ambiente universitário foi fundamental para sua aceitação e *empoderamento*⁶², diante da atual situação da comunidade LGBT no país. Ainda que o jovem já se relacionasse afetivamente com outros homens, foi por meio da universidade que conseguiu tomar consciência acerca do *ser gay* no Brasil. Não obstante, o jovem reconhece que depois de ter entrado na universidade também tomou maior consciência étnico-racial, a qual acabou por contribuir para sua inserção no *Candomblé* – religião de matriz africana, no Brasil. Entendemos que esta não é uma especificidade da vida universitária, porém em recorrentes casos, o ambiente acadêmico configura-se enquanto um espaço propício para emancipação das identidades.

Todavia, apesar dos muitos benefícios que a universidade possibilitou ao discente, existe um momento específico que o jovem recorda com aflição. No ano de 2016, quando enfrentava questionamentos acerca da escolha e andamento de seu curso, somado a outras questões ligadas a ansiedade e de saúde mental, o jovem precisou procurar o atendimento psicológico da universidade.

Atualmente, este serviço é fornecido pela Divisão de Saúde (DISAU), gerido pela Diretoria de Qualidade de Vida do Estudante (DIRVE) e coordenado pela Pró-reitoria de Assistência Estudantil (PROAE). Contudo, na época em que o estudante procurou auxílio, os profissionais em psicologia não puderam atendê-lo em suas demandas. Entretanto, esta notícia não foi dada da maneira ideal para um discente que buscava apoio psicossocial.

Eu já procurei assistência psicológica aqui da universidade, eu não recomendaria 'pra' ninguém. Hoje, eu digo: Não recomendaria! Porque, não me ajudou. Foi o lugar que não quis me ajudar. Foi justamente a universidade. Quando eu fui lá, foi numa época na qual eu 'tava' pensando em desistir do curso porque não 'tava' dando conta. Eu não me via no curso. E, acho que também isso é reflexo do racismo mesmo, de como ele atua de forma às vezes... apenas num olhar, ou de como as pessoas te olham, você não é incluído em certos lugares ou como você não se vê no curso. É como se tivessem dizendo a todo momento que você não deveria estar aqui, que este não é o seu lugar. E, eu estava surtando, um pouco, assim, né!? 'Tava' com pensamento de largar o curso, de desistir. E eu procurei a assistência

⁶² Ver BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Letramento: Juiz de Fora, 2018.

psicológica da UFU. E a única coisa que foi me dita foi... aí eu falei 'pra' ela tudo aquilo que eu sentia sobre meu curso, sobre como eu achava que não era bem vindo na universidade, sobre racismo. E, a única coisa que ela conseguiu me dizer foi que a minha demanda era muito grande para a universidade e que eu deveria procurar outro lugar. Aí, no caso, ela me passou apenas lugares pagos! E tipo, eu não tinha condições de pagar. Quando ela disse que a universidade, que ela, que a assistência psicológica da Universidade Federal de Uberlândia não dava conta dos meus problemas, não dava conta de me ajudar em nada... eu entendi que, eu, né!? Tem alguma coisa muito errada comigo. Alguma coisa muito errada... (ENTREVISTA, 2018 – 47:29)

Elencamos este relato do estudante, pois é um grande exemplo da ineficiência dos programas voltados para assistência estudantil que, no geral, recebe em grande parte estudantes que ingressaram por meio de ações afirmativas. Convém ressaltar que, o caso aconteceu em meados de 2016, quando o estudante completava um ano de curso. Com isto, pode ser que esta realidade tenha mudado com as reestruturações administrativas ocorridas na universidade, nos anos subsequentes. No entanto, considerando que a atenção à saúde dos estudantes é garantida no Decreto 7.234/10 que, como aprofundamos anteriormente, regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), é inadmissível que estudantes da universidade sejam submetidos a violências institucionais como a cometida contra o discente entrevistado.

Apesar disto, Pablo tem prosseguido com seu curso e, dentro do possível, lidado com os obstáculos que aparecem em seu caminho. Sem deixar de pautar as dificuldades enfrentadas na vida acadêmica, o jovem compartilha os momentos felizes que a universidade lhe proporcionou. Como, por exemplo, a possibilidade de viajar pela primeira vez. O discente, com entusiasmo, recorda que foi para o Rio de Janeiro (RJ), Bahia, São Paulo (SP), Belo Horizonte e outros lugares: *Nossa, foi loucura! (...). Ver o mar – coisas tão distantes da gente, né!? (43:48).*

O discente tem visitado sua família, duas vezes ao ano, em Varginha/MG. Se dependesse dele iria mais vezes, mas por causa dos custos não é possível. Atualmente, Pablo Silva Prado tem pesquisado Filosofia Africana e, soma-se aos estudantes cotistas que tem impulsionado transformações epistemológicas no interior da academia.

Pablo diz que concorda com o professor Renato Nogueira (UFRRJ), uma grande referência na área de Filosofia Africana, no Brasil, o qual citando, Charles Mills, afirma que, “nas ciências humanas, a Filosofia é a área mais branca”⁶³. Por esse motivo, Pablo se propõe a somar aos pesquisadores do campo da Filosofia que se lançam em mudar esta realidade. Para isto, o jovem tem estado bem melhor em relação com sua graduação e, pretende, inclusive, seguir carreira acadêmica.

As trajetórias dos estudantes cotistas são fundamentais para entender o papel da universidade na vida desses indivíduos. Ainda que a vida dos estudantes tenha suas especificidades, por meio das entrevistas realizadas, é possível lançar luz sobre quem são os sujeitos que utilizam das ações afirmativas na Universidade Federal de Uberlândia (UFU)⁶⁴. A nível nacional, este trabalho vem sendo muito bem feito, sob coordenação do professor Rodrigo Ednilson de Jesus (UFMG), por meio da pesquisa nacional sobre *As políticas de Ações Afirmativas no ensino superior: continuidade acadêmica e o mundo do trabalho*, ou simplesmente, *Trajetórias dos estudantes cotistas*, do Programa de Ações Afirmativas, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Todo o contexto aponta para a necessidade de se repensar a maneira pela qual o rendimento dos estudantes é quantificado na universidade. O sucesso acadêmico se faz para além dos critérios de avaliação institucional, revelando-se também nas fissuras que, apesar de não serem consideradas pelo Cálculo de Rendimento Acadêmico (CRA), por exemplo, são comprovações máximas do êxito dos estudantes cotistas no ambiente acadêmico. Todavia, não podemos deixar de pontuar também que, mesmo nos exames oficiais, muitos estudantes cotistas têm conseguido atender com as expectativas da academia, apresentando resultados análogos dos ingressantes por ampla concorrência.

⁶³ CARTA CAPITAL - AFROPERSPECTIVIDADE: POR UMA FILOSOFIA QUE DESCOLONIZA: Entrevista com o doutor em filosofia e professor da UFRRJ, Renato Nogueira. São Paulo: Ed. Confiança, 11 jul. 2015. Semanal. Disponível em <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/>>. Acessado em: 27 ago. 2018.

⁶⁴ Referimos aqui aos estudantes que estão, devidamente, ocupando as vagas reservadas aos PPIs. Sabe-se que nos últimos anos, a UFU tem recebido várias denúncias de discentes que, apesar de ocuparem vagas de cotistas, não atendem aos critérios fenotípicos para uso destas vagas. Inclusive, abordamos esta situação ao longo do capítulo II. Todavia, nesta pesquisa, atemo-nos aos casos de estudantes heteroidentificados enquanto pertencentes da comunidade negra.

Toda esta situação, revela a necessidade de se investir em maiores estudos sobre as ações afirmativas, como também, a urgência de se aprimorar a política de cotas de modo que, verdadeiramente, se institua uma política capaz de reparar as desigualdades latentes no país e, possibilitar, aos negros e indígenas, oportunidades de ascensão social, compensação histórica e justiça. Certamente, a pesquisa realizada para este trabalho de conclusão de curso, é sucinta para uma análise mais aprofundada da situação dos estudantes cotistas da UFU. Porém, nos serve de base para traçar o panorama da implementação das ações afirmativas na UFU, bem como as insuficiências em relação a permanência desses estudantes na universidade. Todavia, para esta atividade, acreditamos ter conseguido atender com os objetivos que se almejava para esta pesquisa. Quanto a ampliação e o aperfeiçoamento destes diagnósticos, consideramos que poderão ser mais bem elaborados em outras oportunidades que, certamente, surgirão dos desdobramentos desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, não existem dúvidas quanto ao potencial transformador das ações afirmativas no Ensino Superior. Desde as mobilizações protagonizadas pelo Movimento Negro nos anos finais do século 20 que intensificaram as discussões sobre cotas nas universidades, até os nossos dias, muito se tem falado sobre a necessidade de promover ações políticas com o intuito de reparar as desigualdades históricas deste país. Diante disto, a lógica é simples: se tivemos um passado desigual, se faz necessário promover ações afirmativas no presente para que as oportunidades sociais sejam equiparadas.

Posto isto, a Lei Federal 12.711/2012, representa para além de uma compensação histórica, uma conquista da comunidade negra que, organizada, reivindicou políticas públicas capazes de rever a realidade social em que os afro-brasileiros estavam/estão inseridos. Todavia, tal como foi possível identificar ao longo da elaboração desta pesquisa, esta política precisa ser revista no sentido de ampliar direitos e garantir que sua aplicação seja implementada de forma efetiva.

Acompanhando o processo histórico das discussões sobre a reserva de vagas com recorte étnico-racial no Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia (CONSUN/UFU), tal como apresentamos no primeiro capítulo, foi possível identificar as disputas entre diferentes projetos de universidade que, certamente, se reverberam para as concepções de projetos de nação. O fato de amparar um grupo historicamente lesado tanto pelas políticas imperiais, como também, pelas políticas racistas da República, implica na não manutenção dos grupos privilegiados, – o que consecutivamente gera conflitos.

Nesse ponto, podemos destacar a própria legislação que garante a reserva de vagas para os candidatos pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência e que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas que, em seu 7º (sétimo) artigo, prevê que no prazo de dez anos a contar da data de publicação da Lei 12.711/12, seja promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições federais de ensino. Certamente, seria ingenuidade de nossa parte acreditar que esta “revisão” prevista na política, foi pensada para ampliar o programa ou reestruturá-lo de modo a garantir seguramente a permanência dos estudantes cotistas nas instituições de ensino.

Considerando a conjuntura política do Congresso Nacional, historicamente conservador e, mais recentemente, a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), assumidamente contrário a política de ações afirmativas e outras questões de ordem identitárias, para assumir a presidência da República, certamente, sinaliza que serão muitos os enfrentamentos para garantir a continuidade das reservas de vagas aos Pretos, Pardos e Indígenas no país.

Todavia, este contexto é reflexo das disputas que envolvem conflitos étnicos, econômicos e sociais, no Brasil. Em 2009, antes da aprovação da Lei de Cotas, quando se avaliava as deliberações da Conferência de Durban (2001), a Lei 10.639/03, que garante a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, além da situação das universidades que utilizavam de sua autonomia para instituir a reserva de vagas para candidatos negros e indígenas, como também outras matérias que envolvia a realidade da comunidade negra no país, o historiador Wilson Roberto de Mattos (UNEB), escreveu sobre os aspectos históricos da exclusão racial no Brasil⁶⁵, pautando como os historiadores negros poderiam contribuir para o debate contemporâneo sobre as ações afirmativas.

De um espectro que vai das elites econômicas aos setores populares, passando, como sempre, pelas mãos severas e determinantes das elites acadêmicas, é notório um certo mal-estar diante do fato de que as populações negras, seguramente, pela primeira vez na história da nação brasileira, passam a se constituir como as principais beneficiárias de um conjunto de políticas públicas nacionais reparadoras de desigualdades que se arrastam, desde a escravidão, como veremos a seguir, transformando o Brasil em um dos países mais racialmente excludentes do mundo. (MATTOS, 2009)

Por meio do trabalho do autor, torna-se evidente tanto a situação dos negros, como também os conflitos étnicos que marcaram a História do Brasil. De acordo com Mattos, considerando as universidades espaços que possibilitam ascensão social, com o aumento do número de instituições que reservam vagas para negros e indígenas no ingresso ao Ensino Superior público, inverte-se parcialmente a ordem de beneficiários das políticas públicas e, estes grupos que foram prejudicados ao longo dos períodos históricos brasileiros, tornam-se pela primeira vez, alvos de políticas públicas que visam reparar e equiparar as oportunidades sociais.

⁶⁵ MATTOS, Wilson Roberto de. **Aspectos Históricos da exclusão racial ou como nós, historiadores negros, podemos contribuir com o debate contemporâneo sobre as ações afirmativas.** IN SILVÉRIO, Valter Roberto e MOEHLECKE, Sabrina (org). *Ações afirmativas nas políticas educacionais – o contexto pós Durban.* EDUFSCAR: São Carlos, 2009.

No entanto, a partir do entendimento do Racismo Estrutural, evidenciado ao longo de toda esta atividade, percebe-se que, ainda que a comunidade negra tenha conquistado algumas garantias legais, as estruturas se movem de modo a garantir a subalternização dos negros (pretos e pardos) e, ao mesmo tempo, falando mais diretamente, viabilizar a manutenção da supremacia branca que, ao longo de toda a História do Brasil, sobretudo a partir do século 16, esteve em situação de privilégio em relação aos demais grupos étnicos. Todas estas circunstâncias refletem, por exemplo, na não efetividade da política de ações afirmativas que, para concluir, abordaremos três pontos principais: a ideia de “cotas”; a permanência dos estudantes e; a fiscalização de quem são as pessoas que o utilizam desta política para ingresso no Ensino Superior.

Partindo do primeiro ponto, é preciso entender que apesar de utilizarmos a expressão “cotas raciais” para designar a reserva de vagas aos candidatos negros e indígenas, este termo serve para positivar o uso das vagas reservadas aos PPIs. Pois, sabe-se que ao longo dos debates sobre ações afirmativas no Brasil, a expressão “cotas”, amplamente utilizada pela imprensa brasileira, nasceu com o objetivo de minimizar os sujeitos que utilizariam das vagas reservadas, a partir do pensamento corrompido de que as “cotas seriam para comprovar a incapacidade cognitiva de seus beneficiários”. Raciocínio que em nossos dias tem sido fortemente combatido com o resultado dos estudantes cotistas nas universidades.

Entretanto, se faz necessário pensar a “política de cotas” a partir da perspectiva de ações afirmativas. A ideia de “cotas” está associada a uma única medida tomada para integrar os grupos desfavorecidos no mundo acadêmico. Dessa forma, de acordo com este entendimento, o simples ingresso desses estudantes bastaria para promover a reparação histórica. Porém, para uma equiparação efetiva das oportunidades, no âmbito do Ensino Superior, se faz necessário pensar em Políticas de Ações Afirmativas, no plural. Ou seja, uma única medida política não basta para compensar os prejuízos atribuídos a estes grupos, é preciso um conjunto de medidas asseverativas para que o passado desigual seja reparado.

Situação que culmina no segundo ponto destacado: a permanência dos estudantes nas universidades. No último capítulo que dedicamos em traçar um perfil em comum dos estudantes que são beneficiários das ações afirmativas na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), um ponto que se tornou bastante evidente, diz respeito a dificuldade destes discentes em se manterem nos cursos de graduação. Sejam por questões de ordem econômicas, saúde ou sociais.

As questões de ordem econômica existem pelas ausências do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Uma vez que os recursos disponibilizados aos estudantes não custeiam todo o investimento da vida acadêmica, como também, o acesso a este direito muitas vezes é dificultado pela burocracia universitária, muitos discentes acabam não usufruindo do programa que, em teoria, garantiria as condições necessárias para que estes estudantes alcançassem a conclusão de seus cursos.

As preocupações com as incertezas de conseguir permanecer na universidade, acabam por desencadear uma série de circunstâncias que, dentre elas, refletem na saúde mental dos estudantes cotistas que, tal como vimos, é agravada pelas cobranças da vida acadêmica. No qual, considerando o despreparo da comunidade universitária, como também, a disposição das estruturas da universidade para integrar, de fato, estes estudantes no universo acadêmico, acaba por gerar conflitos sociais que, em conjunto a todas as circunstâncias apresentadas, agem de modo a expelir os estudantes cotistas do espaço universitário.

Diante de todo este cenário, os cotistas vão absorvendo cada vez mais a mensagem que, por vezes, esteve presente nas colocações dos discentes entrevistados, de que a universidade não é lugar para eles. Por fim, chegando ao último ponto que destacamos, levando em consideração que muitas das vagas reservadas aos estudantes pretos, pardos e indígenas, foram indevidamente ocupadas por pessoas que não apresentam o conjunto de características fenotípicas (traços negroides) ou o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), sendo socialmente lidas enquanto pessoas não negras e não indígenas, tal como abordamos no capítulo II, faz com que a universidade permaneça um espaço majoritariamente branco, o que resulta na não identificação dos estudantes coerentemente cotistas, com o ambiente universitário.

Dessa forma, percebemos que apesar das garantias legais, as estruturas, como também, as relações, historicamente racistas, agem de modo a neutralizar as ações afirmativas e dificultar as transformações possíveis a partir das políticas compensatórias. Com isto, surge no horizonte a necessidade de repensar as reservas de vagas, de modo a garantir aos estudantes cotistas, para além do ingresso na universidade, principalmente, as condições de permanência e a identificação com espaço acadêmico. Certificando-se também, que os sujeitos que fazem o uso destas políticas sejam, devidamente, integrante da comunidade negra e/ou indígenas que, historicamente, conviveram e convivem com os descabros político-sociais desse país.

ANEXO I – Roteiro utilizado para as entrevistas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISCIPLINA DE MONOGRAFIA III
RÉGIS RODRIGUES ELISIO

Políticas de Ações Afirmativas e os estudantes cotistas da
Universidade Federal de Uberlândia

1. Nome:
2. Identidade de gênero:
3. Ano de ingresso na Universidade:
4. Ano de conclusão (ou previsão):
5. Curso:
6. Modalidade de ingresso:
7. Autodeclaração étnica:
8. Participa (ou participou) de algum grupo ou coletivo de estudantes? Se sim, qual?
9. Participa (ou participou) de alguma entidade representativa de estudantes (DA, DCE, Centro Acadêmico, Grêmio)? Se sim, qual?
10. Participa (ou participou) de algum grupo de pesquisa e/ou extensão sobre temáticas raciais, indígenas e de gênero? Se sim, qual?
11. Participa (ou participou) de algum outro grupo de pesquisa e extensão? Se sim, qual? Caso participe (ou tenha participado), você recebe(u) bolsa?
12. Atualmente você está trabalhando? Caso esteja trabalhando, qual é sua função atual?
13. Qual sua trajetória para chegar até a Universidade?
14. Como você soube da Política de Ações Afirmativas?
15. O que você pensa sobre o Programa?
16. Quais apontamentos críticos você destacaria na Política de Ações Afirmativas?
17. Você tem outras questões que acredita ser necessário abordar neste trabalho?

Uberlândia, ____ de _____ de 2018.

FONTES

APÓS MUDANÇAS NO VESTIBULAR DA UFU, DIRETOR DE PROCESSOS SELETIVOS É EXONERADO DO CARGO. Uberlândia, 25 de julho de 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/apos-mudancas-no-vestibular-da-ufu-diretor-de-processos-seletivos-e-exonerado-do-cargo.ghtml> Acesso 08. Abr.2018.

Ata da 4ª Reunião/2003 do Conselho Universitário da universidade Federal de Uberlândia. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/atasResolucoes.php>. Acesso em 15. Jan.2018.

ATA da 4ª Reunião/2016 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/Atas/ataCONSUN-2016-4.pdf> Acesso em: 19 mar. 2018

Ata da 8ª Reunião/2004 do Conselho Universitário da universidade Federal de Uberlândia. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/atasResolucoes.php>. Acesso em 17.Jan.2018.

BARBOSA, Alcimar. Pré-Projeto do Programa de Inclusão Social e Acesso à Universidade Federal de Uberlândia (PRO-CIDADANIA). CONSUN, 2007

BRASIL. Lei Federal nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Lex. Brasília, DF: Planalto, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa Normas de Organização e Funcionamento do Ensino Superior e Sua Articulação Com A Escola Média, e Dá Outras Providências. Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5540.htm Acesso 16.jan.2018.

BRASIL. Lei nº 9192, de 21 de dezembro de 1995. Altera Dispositivos da Lei Nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968, Que Regulamentam O Processo de Escolha dos Dirigentes Universitários. Brasília, DF. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9192.htm#art1 Acessado em 16.jan.2018.

CARTA CAPITAL - AFROPERSPECTIVIDADE: POR UMA FILOSOFIA QUE DESCOLONIZA: Entrevista com o doutor em filosofia e professor da UFRRJ, Renato Nogueira. São Paulo: Ed. Confiança, 11 jul. 2015. Semanal. Disponível em <http://negobelchior.cartacapital.com.br/afroperspectividade-por-uma-filosofia-que-descoloniza/>>. Acessado em: 27 ago. 2018.

CARTA DA COMUNIDADE NEGRA DA UFU. 20 de maio de 2016. NEAB, 2016.

COMISSÃO TOMA POSSE NA UFU. Uberlândia, 06 setembro 2014. Disponível em: <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2014/09/comissao-toma-posse-na-ufu>. Acesso em: 26 mar. 2018.

COTAS RACIAIS: EXIGÊNCIA DE ENTREVISTA ELIMINA QUASE 70% DOS CANDIDATOS EM FEDERAL. Uberlândia, junho de 2017. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/educacao/cotas-raciais-exigencia-de-entrevista-elimina-quase-70-dos-candidatos-em-federal-6f8vg2rsdlb3iixigo5k4a6e3> Acessado em 25/04/2018

COTAS RACIAIS: UFU FAZ USO DE COMISSÃO AVALIADORA PARA VALIDAR AS MODALIDADES AUTODECLARATIVAS. Uberlândia, 08 de agosto de 2017. Disponível em: <http://www.agenciaconexoes.org/>. Acesso 09 abr. 2018

ENTREVISTA. Anna Luiza Rodrigues. UFU: Uberlândia, 2018.

ENTREVISTA. Kárita Darc Machado. UFU: Uberlândia, 2018.

ENTREVISTA. Lucas Guzzo dos Santos. UFU: Uberlândia, 2018.

ENTREVISTA. Pablo Silva Prado. UFU: Uberlândia, 2018.

MAIS DE 70% DOS CANDIDATOS COTISTAS TÊM MATRÍCULA CONFIRMADA PELA UFU. Uberlândia, 16 de março de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/triangulo-mineiro/noticia/mais-de-70-dos-candidatos-cotistas-tem-matricula-confirmada-pela-ufu.ghtml> Acessado em 30/04/2018.

MILITANTES PROMOVEM MARCHA PELO DIREITO DOS NEGROS NA UFU. Uberlândia, 20 maio 2016. Disponível em: <http://www.agenciaconexoes.org/single-post/2016/05/20/Militantes-promovem-marcha-pelo-direito-dos-negros-na-UFU-1>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

NOTA. Uberlândia, 24 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.sistemas.dirps.ufu.br/ArquivoAdministrativos/download/967edfdcdfbcc3b2d253fac24326e5b5> Acessado em 08.Abr.2018

PROCURADOR DESCARTA IRREGULARIDADE NO VESTIBULAR DA UFU. Uberlândia, 26 de julho de 2017. Disponível em <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/procurador-descarta-irregularidade-em-entrevista-de-selecao-de-cotistas-no-vestibular-da-ufu.ghtml>. Acesso 08.abr.2018

PROFESSORA DE LETRAS E LINGUÍSTICA ASSUME DIRETORIA DE PROCESSOS SELETIVOS DA UFU. Uberlândia, 26 de julho de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/professora-de-letras-e-linguistica-assume-diretoria-de-processos-seletivos-da-ufu.ghtml> Acesso em 30/04/2018.

Resolução 04/2003 do Conselho de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONGRAD-2003-4.pdf> Acessada em 29. Jan.2018.

Resolução 25/2012 do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2012-25.pdf> Acessada em 30. Jan.2018.

Resolução Nº 15, de 10 de junho de 2011, do Conselho de Graduação que, aprova as Normas Gerais da Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências. Disponível em <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-no-152011-de-10-de-junho-de-2011-do-conselho-de-graduacao-normas-gerais-da>. Acesso em 09. Abr. 2018.

SECRETÁRIO DE AÇÕES AFIRMATIVAS DO GOVERNO FEDERAL SE REÚNE COM COMISSÃO QUE AVALIA COTISTAS NO VESTIBULAR. Uberlândia, 21 de julho de 2017. Disponível em <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2017/07/secretario-de-acoes-afirmativas-se-reune-com-comissao-que-avalia-cotistas-no>. Acesso 09. Abr. 2018.

UBERLÂNDIA PROMOVE A IV CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Uberlândia, 20 de julho de 2017. Disponível em http://www.uberlandia.mg.gov.br/2014/noticia/14022/uberlandia_promove_a_iv_conferencia_municipal_de_promocao_da_igualdade_racial.html Acesso em: 08. Abr. 2018.

UFU ADOTA SISTEMA ON-LINE PARA VERIFICAÇÃO DE AUTODECLARAÇÕES DE COTISTAS. Uberlândia, 25 de janeiro de 2018. Disponível em <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2018/01/ufu-adota-sistema-line-para-verificacao-de-autodeclaracoes-de-cotistas> Acessado em 30/04/2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU). Estatuto da UFU. Conselho Universitário: 287ª reunião, de 18/12/1998. Disponível em <http://www.ufu.br/legislacoes/estatuto-e-regimento-geral> Acessado em 16.jan.2018.

VESTIBULAR 2017/2: CANDIDATOS SÃO CONVOCADOS PARA SEGUNDA ETAPA DE ENTREVISTAS. Uberlândia, 18 de julho de 2017. Disponível em <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2017/07/candidatos-sao-convocados-para-segunda-etapa-de-entrevistas>. Acesso 08.Abr.2018. Acesso em 08.Abr.2018.

BIBLIOGRAFIA

- AIZA, Maria Aparecida de Souza. Moradores da rua “C”: Jovens negros excluídos da escola. Cuiabá, 2007.
- ALEXANDRE, Ivone Jesus. Relações no Contexto Social, na Educação e na Saúde. Rio de Janeiro, 2012.
- ALMEIRA, Sílvio. O que é Racismo Estrutural? Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- AMORIM, Andréia Maria da Cruz Oliveira. Cor e ensino superior: Trajetória e o sucesso escolar de universitários negros na UFTM. Cuiabá, 2007.
- ANDRADE, Lívia Marina de; FONSECA, Maria de Lourdes Pereira. A TRANSFORMAÇÃO NO USO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS EM UBERLÂNDIA. Horizonte Científico, Uberlândia, v. 2, n. 2, p.01-29, dez. 2008.
- AUXILIADORA, Maria et al. Acesso e permanência da população negra no ensino superior. Brasília, 2007.
- BAQUEIRO, Diciola Figueirêdo de Andrade. Equidade e eficácia na educação: contribuições da política de assistência estudantil na permanência e desempenho discente. 157 f. 2015. (Dissertação Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- BATISTA, Neusa Chaves. Políticas públicas de ações afirmativas para a Educação Superior: O Conselho Universitário como arena de disputas. IN: Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, vol. 23, núm. 86, enero-marzo, 2015, pp. 95-128. Fundação Cesgranrio: Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=399538148005> (ISSN 0104-4036) Acesso em 16.jan.2018.
- BERTH, Joice. O que é empoderamento? Letramento: Juiz de Fora, 2018.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.) Domínios da História – Ensaios de Teoria e Metodologia. Campus: Rio de Janeiro, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo negro, 2011.
- COLLARES, C. A. L., & MOYSÉS, M. A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico. Publicação Série Ideias, 23 (25-31). São Paulo: FDE, 1994. Para maiores informações sobre culpabilização da vítima confira RYAN, W. Blaming the victim. New York: Vintage Books Edition, 1976.

COSTA, Hilton et al. Uma década de políticas afirmativas: Panorama, argumentos e resultados. Ponta Grossa, 2012.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, [s.l.], v. 25, nº 94, p.148-181, mar. 2017. FapUNIFESP (SciELO).

FONSECA, Marcos Vinícius da. As primeiras práticas educacionais com características modernas em relação aos negros no Brasil. IN: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves et al. Negro e educação: presença do negro no sistema educacional brasileiro. Ação Educativa: São Paulo, 2001.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONÇALVES, Clésio R. et al. Pensando Áfricas e suas diásporas - aportes teóricos para a discussão negro-brasileira. Belo Horizonte, 2015.

GUIMARÃES, Maristela Abadia. No meio do caminho tinha uma discriminação, tinha uma discriminação no meio do caminho: o potencial transformador das cotas raciais. Cuiabá, 2010.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2005.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, v. 1, n. 129, p.285-303, ago. 2017. Quadrimestral.

JOSÉ, Wagner Duarte. Ações afirmativas na UESC - o programa Bantu-Iê. Ilhéus, 2008. ISBN: 978-85-7455-145-6.

LAIA, Maria Aparecida de et al. Coordenadoria dos Assuntos da População Negra 20 anos. São Paulo: CONE, 2010.

MANIFESTO em defesa da justiça e constitucionalidade das cotas. 120 anos de Luta pela Igualdade Racial no Brasil. Brasília, 2008.

MARCON, Frank e SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. Ações afirmativas e políticas inclusivas no ensino público superior: a experiência da Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: EDUFS, 2010.

MATTOS, Wilson Roberto de. Aspectos Históricos da exclusão racial ou como nós, historiadores negros, podemos contribuir com o debate contemporâneo sobre as ações afirmativas. IN SILVÉRIO, Valter Roberto e MOEHLECKE, Sabrina (org). Ações afirmativas nas políticas educacionais – o contexto pós Durban. EDUFSCAR: São Carlos, 2009.

MATTOSO, Kátia de Queirós. O filho da escrava (em torno da Lei do Ventre Livre). Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 8, n. 16, 1988.

MONTEIRO, Marco Aurélio. Universidade pública e cultura política. 2007. 120 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2007.

MUNANGA, Kabengele et al. Superando o Racismo na Escola. Brasília: Mec, 2008.

NEVES, Gilberto. Cotas para Negros na Estratégia de Inclusão Social na Universidade. Educação Popular, Uberlândia, v. 02, n. 01, p.40-44, nov. 2003. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20021>. Acesso em: 26 jan. 2018.

NUNES, B. F.; COSTA, A. Distrito Federal e Brasília: dinâmica urbana, violência e heterogeneidade social. Cadernos metrópole 17. pp. 35-57 1ºsem., 2007.

NUPE: Revista do Núcleo Negro da UNESP para Pesquisa e Extensão. Políticas públicas em ações afirmativas: direitos, necessidades e conquistas na diversidade. São Paulo: NUPE, 2007. ISSN 1982-534X

OLIVEIRA, Yandra de. Um dia isso acaba, não acaba? Relatos de uma experiência psicodramática contra o racismo. Cuiabá, 2011.

PERROT, Michele. Minha História das Mulheres. Contexto: São Paulo, 2007.

Revista de ciências humanas. V.12, N2. - julho/dezembro de 2012. ISSN 1519-1974. Dossiê uma década de ações afirmativas no ensino superior. Viçosa: CCHLA-UFV, 2001.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Letramento: Belo Horizonte, 2017.

SANTOS, Ângela Maria dos. Vozes e Silêncio do Cotidiano Escolar: As relações raciais entre alunos negros e não negros. Cuiabá, 2007.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. Direitos Humanos e as Práticas de Racismo. Brasília: Mec, 2012.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ações afirmativas nas Américas e combate ao racismo nas Américas. Brasília, 2005.

SANTOS, Tereza. Trajetórias de professores universitários negros: a voz e a vida dos que trilharam. Cuiabá, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p.71-99, Julho, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>> . Acesso em: 05 jun. 2018

SILVA JR., Hédio. Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais. Brasília: UNESCO, 2002.

SOUZA, Cássia Fabiane dos Santos. Negros na UFTM: Trajetória escolar de alunos dos cursos de História, Economia e Direito. Cuiabá, 2007.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Pode o subalterno falar? Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2010.

V SIMPÓSIO INTERNACIONAL: O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO TEMPO PRESENTE, 5., 2009, Uberlândia. BARBOSA, Pedro. O debate sobre a adoção de política de cotas sociais e raciais na UFU. Uberlândia, 2009. 19 p. Disponível em: <http://www.simpósioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/CC09.pdf>. Acesso em: 17. Jan.2018

VALENTIM, Daniela F. D. Ex-alunos negros cotistas da UERJ – Os desacreditados e o sucesso acadêmico. Rio de Janeiro, 2012.